



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA (PROFEPT)
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

ROSENIRA MONTEIRO DA COSTA OLIVEIRA

**ASSISTENTES DE ALUNOS: QUEM SÃO ESSES PROFISSIONAIS
QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL
MÉDIO?**

**MANAUS – AM
2020**

ROSENIRA MONTEIRO DA COSTA OLIVEIRA

**ASSISTENTES DE ALUNOS: QUEM SÃO ESSES
PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO?**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM, como requisito para a obtenção do Título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Deuzilene Marques Salazar

Linha de pesquisa: Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

**MANAUS – AM
2020**

O48a Oliveira, Rosenira Monteiro da Costa.

Assistentes de alunos: quem são esses profissionais que atuam na educação profissional técnica de nível médio? / Rosenira Monteiro da Costa Oliveira. – Manaus, 2020.

119 p. : il. color.

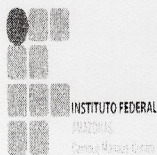
Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus Centro, 2020.

Orientadora: Profa. Dra. Deuzilene Marques Salazar.

Acompanha produto educacional.

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Ensino médio integrado. 3. Atuação profissional – assistente de alunos. I. Salazar, Deuzilene Marques. (Orient.) II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. III. Título.

CDD 378.013



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL



ROSENIRA MONTEIRO DA COSTA OLIVEIRA

ASSISTENTES DE ALUNOS: QUEM SÃO ESSES PROFISSIONAIS
QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, *Campus* Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação da Profa. Dra. Deuzilene Marques Salazar.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional E Tecnológica.

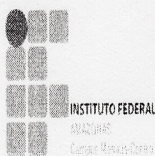
Aprovado em 18 de agosto de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Deuzilene Marques Salazar – Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

Prof. Dr. Paulo Henrique Rocha Aride – Membro Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazona – PROFEPT/IFAM

Profa. Dra. Márcia Irene Pereira Andrade – Membro Externo
Universidade Federal do Amazonas – UFAM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL



ROSENIRA MONTEIRO DA COSTA OLIVEIRA

TRILHANDO CAMINHOS NO TRABALHO DE ASSISTENTE DE ALUNOS: POSSIBILIDADES DE INTERLOCUÇÃO

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, *Campus Manaus Centro*, como requisito para obtenção do Título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação da Profa. Dra. Deuzilene Marques Salazar.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional E Tecnológica.

Validado em 18 de agosto de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Deuzilene Marques Salazar – Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

Prof. Dr. Paulo Henrique Rocha Aride – Membro Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazona – PROFEPT/IFAM

Profa. Dra. Márcia Irene Pereira Andrade – Membro Externo
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Aos meus Pais Vicente e Nice (in memoriam)

Não tenho palavras para dizer o quanto sou grata a vocês que na simplicidade da vida (financeira e intelectual), fizeram todos os esforços para dá a seus 9 filhos a melhor herança que pude receber: o estudo, a formação que ninguém subtrai. Lembro que sempre íamos para a escola à pé, e quando estava chovendo... íamos de táxi “para não perder aula”. Um muito obrigada seria pouco. Eu os amos eternamente. A saudade me consome neste momento da escrita, porém uma paz invade meu coração por vocês estarem descansando e não viverem a solidão do ano do Coronavírus.

AGRADECIMENTOS

Agradecer a Deus pela dádiva da vida seria muito pouco diante do que foi este acontecimento. Expresso minha gratidão por ter vindo ao mundo através do útero de uma mulher de 39 anos, diabética e com sangue fator RH (-), de um parto gemelar, prematuro, e realizado em casa, onde a incubadora foi o calor de minha mãe. Isso é um favor imerecido.

Agradeço aos meus pais José Vicente da Costa e Nice Monteiro da Costa (in memoriam), que mesmo sem conhecimento da EPT, procuraram dá a seus filhos a formação humana integral. Às minhas seis irmãs e ao meu irmão; aos sobrinhos e sobrinhas, que de alguma forma fizeram parte desta caminhada. Vocês são um presente de Deus para mim.

A Rosenilda Costa da Silva, minha irmã gêmea, por ser especial e única em minha vida. Você sempre incentiva meus sonhos. Você é um pedaço de mim, o melhor de todos com certeza. Agradeço o privilégio de compartilhar da vida com você desde o útero da nossa mãe, onde aprendi dividir tudo, desde os alimentos e até os espaços. Obrigada por acreditar e investir na formação humana integral, o que possibilitou que meu resumo fosse traduzido com grande esmero por “nossa filha”. Amo você, minha cópia favorita!

À Flavia Nice Costa da Silva, minha filha sobrinha, que com dedicação e sempre solícita traduziu o resumo e elaborou o QR Code do nosso produto. Amo você eternamente.

Ao Prof^o. Dr^o. José Alcimar de Oliveira com quem tenho dividido as alegrias e tristezas dos últimos 28 anos. Obrigada amor pelo incentivo, pelas auscultas matinais, por sua dedicação na revisão deste trabalho. Você foi exímio Coorientador “Meu eterno professor de Filosofia”. Amo você.

À Coordenadora do Programa e minha orientadora, Prof.^a Dr.^a. Deuzilene Marques Salazar, por suas orientações e por toda a aprendizagem que levarei para a vida.

Aos professores do mestrado, pela valorosa contribuição para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas de mestrado, pelos momentos juntos, pela troca de conhecimentos.

À Francilene Memória (Nina): uma agradável descoberta. Muito obrigada pela ajuda, pela simpatia, pela disponibilidade, pela amabilidade e pela amizade. Foi um prazer conhecê-la.

Aos Assistentes de Alunos, um agradecimento especial pela acolhida calorosa, pela disposição em nos receber. Sem vocês este trabalho seria inconcebível.

A prática de pensar a prática
é a melhor maneira de aprender
a pensar certo. O pensamento que ilumina a prática
é por ela iluminado, tal como a prática que
ilumina o pensamento é por ele
iluminado (Paulo Freire, 1978, p. 64).

RESUMO

Esta pesquisa, que discute as percepções da prática profissional dos Assistentes de Alunos no Ensino Médio Integrado-EMI, identificando suas atribuições e o seu trabalho educativo na EPTNM, concentra-se na Linha 02 do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), que se ocupa da “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em EPT”, direcionada ao Macroprojeto 06, referente à “Organização de Espaços Pedagógicos na EPT”. Apresenta como problema a seguinte questão: Como vem sendo construído o trabalho educativo do Assistente de Alunos no contexto da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade Integrada? Como objetivo geral definiu-se investigar o trabalho educativo do Assistente de Alunos no contexto da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade Integrada. Para estudar os sentidos atribuídos pelos servidores à sua prática, utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa de campo de cunho qualitativo, tendo como técnica o recurso do formulário impresso e a entrevista semiestruturada, aplicados a um grupo de oito servidores Assistentes de Alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus Manaus Centro (IFAM-CMC), que possibilitou o levantamento de informações essenciais ao processo de objetivação das concepções acerca de sua prática profissional. Além dos referenciais teóricos, foram levantados e analisados documentos, teses e outras fontes, de que nos servimos para a elaboração desse trabalho. Em síntese, verificou-se que a compreensão do sentido, tanto quanto dos desafios da prática profissional dos Assistentes de Alunos, está condicionada a fatores, positivos e negativos, relatados por esses profissionais e analisados como constitutivos de sua profissão: dicotomia entre suas atribuições e os objetivos da EPT; desafio de afirmar o trabalho como princípio educativo diante do trabalho submetido à lógica do mercado; desvalorização e falta de reconhecimento da profissão pela instituição. Por fim, como perspectiva de superação desses obstáculos, apresenta-se um produto pedagógico – materializada em Cartilha Digital e constitutiva da dissertação – em vista da promoção de espaços de reflexão e de ações educativas sob a fundamentação do trabalho como princípio educativo, imprescindível à formação humana omnilateral.

PALAVRAS-CHAVE: Assistente de Alunos. Ensino Médio Integrado. Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

ABSTRACT

This research discusses the perceptions of the professional practice of the Students' Assistants in the Integrated Secondary School-EMI, identifying their attributions and their educational work in the EPTNM, focused on line 02 of the Post-Graduation Program in Professional and Technological Education (PROFEPT) that deals with the "Organization and Memories of Educational Spaces in EPT" directed to Macroproject 06, regarding the "Organization of Educational Spaces in EPT". It gives as a problem the following question: How has the educational work of the Student Assistant been constructed in the context of the Technical Professional Education of Medium Level in the Integrated Modality? The general objective was to investigate the work of the Student Assistant in the context of Technical High School Vocational Education in the Integrated Mode. Studying the meanings attributed by the student assistants to their practice, qualitative research was used as a methodological procedure using the printed form and the semi-structured interview as a technique, applied to a group of eight student's assistant from the Federal Institute of Education, Science, and Technology off Amazonas - Campus Manaus Centro (IFAM-CMC) that made it possible to survey information essential to the process of objectifying the concepts about their professional practice. Besides the theoretical references, documents, theses, and other sources were collected and analyzed, which we used for the elaboration of this work. Summing up, it was verified that the understanding of the meaning and the challenges of the professional practice of the Student Assistants, conditioned to factors, positive and negative, reported by the professionals and analyzed as constitutive of their profession: a dichotomy between their attributions and the objectives of EPT; challenge of affirming the work as an educational principle before the work submitted to the logic of the market; devaluation and lack of recognition of the profession by the institution. Finally, as a perspective of overcoming these obstacles, the pedagogical product is presented - materialized in a Digital Booklet and constitutive of the dissertation - given the promotion of spaces for reflection and educational actions under the rationale of work as an educational principle, essential to the omnilateral human formation.

KEYWORDS: Student Assistant. Integrated High School. Professional and Technological Education. Federal Institute of Education, Science and Technology of Amazonas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
- CEFET-RJ – Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
- CEFET-MG – Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
- CETAM – Centro de Educação Tecnológica do Estado do Amazonas
- CMC – IFAM campus Manaus Centro
- DCNEM – Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio
- DCNETNM – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Técnico de Nível Médio
- DIREN – Diretoria de Ensino.
- EAF – Escolas Agrotécnicas Federais
- EMI – Ensino Médio Integrado
- ETUF – Escolas Técnicas vinculadas à Universidade Federal
- EPT – Educação Profissional e Tecnológica
- EPTNM – Educação Profissional Técnica de Nível Médio
- IFAM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
- IFs – Institutos Federais
- IFEPT – Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal no 9.394/1996)
- PROFEPT – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
- UFAM – Universidade Federal do Amazonas
- UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA A DISCUSSÃO DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL E DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES DE ALUNOS NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	14
2.1 Identidade e identidade profissional: aproximações iniciais	14
2.2 Institutos Federais: breve histórico	20
2.3 Atribuições do Assistente de Aluno nos Institutos Federais	27
2.4 O Ensino Médio Integrado e os desafios da formação para a cidadania	32
3 CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO	45
3.1 Local de estudo	45
3.2 Tipologia da pesquisa	47
3.3 Técnica da pesquisa	49
3.4 Análise de dados	50
3.5 Participantes do estudo	51
4 ASSISTENTES DE ALUNOS E SUAS COMPREENSÕES SOBRE SEU TRABALHO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	54
4.1 Percepções da Educação Profissional e Tecnológica	54
4.2 Dimensões do Trabalho Formativo	62
4.3 Perspectivas e Projeções do Trabalho dos Assistentes de Alunos	72
5 PRODUTO EDUCACIONAL: PRINCÍPIOS BÁSICOS PARA TRILHAR CAMINHOS NO TRABALHO DOS ASSISTENTES DE ALUNOS	77
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	84
ANEXO A – Parecer Substanciado do Comitê de Ética de Pesquisa	90
APÊNDICE A - Gráfico do questionário do Produto	93
APÊNDICE B - Produto educacional	96

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa discute as percepções da prática profissional dos Assistentes de Alunos no Ensino Médio Integrado-EMI, identificando as atribuições e o seu trabalho educativo na educação na EPTNM.

Uma das inquietações que concorreram para a definição do tema e problema dessa pesquisa refere-se à compreensão de como ocorrem as atividades educativas e formativas dos Assistentes de Alunos na Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade Integrada e de como esses profissionais constroem e percebem sua prática. Dessa primeira inquietação nasceram outras dúvidas e interrogações sobre o trabalho desses profissionais, principalmente relacionadas aos desafios do trabalho educativo diante do contexto de transformações que impactam os processos formativos da juventude e da adolescência.

Quem pesquisa é sempre condicionado por sua trajetória formativa que, no nosso caso, se deve a duas graduações: o bacharelado em Serviço Social e a licenciatura em Pedagogia.

O Serviço Social nos colocou diante da necessidade de compreender o mundo do trabalho e as transformações decorrentes de sua conformação à ordem do capital. A Pedagogia nos proporcionou a compreensão do trabalho do ser social a partir de seu necessário princípio educativo. Esses dois percursos formativos nos proporcionaram instrumentos teóricos que julgamos relevantes para a construção do objeto dessa dissertação: a identidade profissional do Assistente de Alunos e os desafios decorrentes de seu trabalho formativo no EMI.

Assim, é impossível ao sujeito de uma pesquisa abstrair de sua atividade investigativa a trajetória de sua formação intelectual. Sob esse aspecto, nossa compreensão objetivada nesse trabalho sobre a prática profissional do Assistente de Alunos é condicionada pela experiência formativa decorrente dessas duas graduações e pelas experiências vividas no cotidiano de nossa prática profissional, como Assistente Social e como Pedagoga.

A investigação sobre o trabalho dos Assistentes de Alunos nos colocou diante de desafios teóricos, práticos e profissionais, principalmente quanto ao campo de ensino, atribuições e sentido do trabalho desses profissionais frente aos princípios que orientam o processo formativo da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, doravante Rede Federal. Nessa perspectiva, a indagação feita pela presente investigação é: como vem sendo construído o trabalho educativo do Assistente de Alunos no contexto da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade Integrada?

Justifica-se a relevância dessa investigação por definir como objeto um tema, a partir da problematização – porque é o problema que torna relevante o tema – de uma categoria

profissional (os Assistentes de Alunos) sobre a qual, embora não tenhamos encontrado nenhum estudo sistematizado – e também em razão dessa lacuna –, parece haver uma identidade mais condicionada por preconceito, desconhecimento e ausência de reconhecimento do que, como seria esperado no universo educativo, pelo estudo e pela compreensão de seu valor profissional no interior de uma Instituição de Ensino. Afinal, quem é o Assistente de Aluno, como se vê e como é reconhecido?

Essa indagação – constituída de três questionamentos – nos motivou a trilhar esse percurso investigativo sem que tivéssemos à mão pesquisas e estudos prévios. Sob esse aspecto e para enfrentar esse desafio, ainda que nos limites de uma dissertação de mestrado, não tínhamos outro caminho senão o caminho a ser feito pela pesquisa de campo. Foi o que fizemos, sob os limites de condições objetivamente postas: sem liberação do trabalho e sem bolsa, enfrentar o desafio de conciliar o tempo exigido pela pesquisa de campo e pelas horas de leitura de autores referenciais com o trabalho profissional, em dois turnos, como Assistente Social na área da saúde e Pedagoga no ensino público do município de Manaus.

Por isso, reafirmamos: nunca podemos abstrair do sujeito pesquisador as condições históricas objetivas em que se dá a pesquisa, para o bem e para o mal, menos ainda as condições históricas objetivas dos sujeitos pesquisados, nesse caso, os Assistentes de Alunos. Mais que pesquisados – com P maiúsculo –, como os denominamos nessa pesquisa, foram parceiros.

Esse horizonte de desafios pessoais e sociais, teóricos e práticos, nos motivou a conhecer esses profissionais a partir do seu mundo de trabalho, do sentido e da falta dele, de suas projeções e perspectivas, não apenas para cumprir com os aspectos formais de uma pesquisa, mas sobretudo para contribuir, nos limites desse trabalho, para que essa categoria profissional possa se conhecer, se reconhecer como profissionais que atuam no ensino e, sobretudo, ser reconhecida pela instituição em que trabalha.

Conhecer para reconhecer e ser reconhecido. Nesse aspecto, esse estudo se desenvolveu em função de conhecer, reconhecer e fortalecer perspectivas profissionais e pedagógicas da prática do Assistente de Alunos no seu trabalho cotidiano numa instituição de ensino; compreender sua prática a partir do horizonte da formação humana integral, da totalidade e dos princípios que fundamentam e são intrínsecos aos fenômenos educativos.

Quanto à dificuldade já mencionada sobre a ausência de estudos e pesquisas sobre o trabalho dos Assistentes de Alunos, esclarecemos ainda que de um levantamento que fizemos, no período de 2014 a 2018, na base de dados da Capes e da Biblioteca Digital, correspondendo aos últimos cinco anos anteriores ao nosso ingresso nesse Mestrado Profissional, não encontramos nenhuma referência que viesse ao encontro do que definimos como objeto de

nossa pesquisa. Diante do atual quadro de desmonte de direitos sociais, da ausência de concurso público e do avanço da terceirização, é muito provável que essa categoria profissional, que sequer possui uma carreira definida, seja extinta sem que tenha sido objeto de estudo sobre sua identidade, sua natureza e seu perfil profissional.

Ainda que esteja fora de nossos propósitos e alcance saldar esse passivo investigativo, e a despeito de nossa investigação se limitar a um lócus institucionalmente definido – os Assistentes de Alunos do IFAM Manaus Centro – julgamos que essa pesquisa e seus resultados podem se constituir num dispositivo preliminar e indutor para estudos e investigações mais amplas e aprofundadas.

Mesmo que os relatos resultantes das entrevistas, bem como as análises por nós elaboradas, tenham por base um universo de oito Pesquisados do Campus Manaus Centro, não nos parece um despropósito inferir que muitas das conclusões a que chegamos possam se estender à situação de outros campi dos Institutos Federais.

Diante da relevância do tema por nós problematizado: a compreensão do sentido, da identidade, do reconhecimento e do valor do trabalho do Assistente de Aluno, com seu necessário referenciamento na relação trabalho-educação, tomamos como fundamento de nossa pesquisa e análise a categoria trabalho, categoria ontológica fundamental, por se constituir como princípio educativo do homem como ser social.

Qualquer que seja o nível da formação: técnica, profissional, superior, se a educação não parte da categoria práxis, e não toma o trabalho como princípio educativo, para o qual o ser social se forma pelo trabalho, será impossível pensar o trabalho em sua dimensão educativa. Reconhecer o princípio educativo do trabalho é afirmar a condição ontológica fundamental do ser social. Separar trabalho e educação tem como consequência aprofundar a dicotomia da sociedade de classes, entre os que pensam e os que fazem.

O estudo teve os seguintes objetivos:

a) Objetivo geral

Investigar o trabalho educativo do Assistente de Alunos no contexto da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade Integrada.

b) Objetivos específicos

- Identificar as atribuições do Assistente de Alunos no âmbito dos Institutos Federais de Educação;
- Discutir o trabalho do Assistente de Alunos e as possibilidades educativas no contexto do Ensino Médio Integrado, e;
- Elaborar uma Cartilha Digital (produto educacional).

Como metodologia enveredamos pelos caminhos da pesquisa de campo compreendida na modalidade de pesquisa qualitativa, em que o processo de investigação se fundamenta numa relação em que o pesquisador e o pesquisado se afirmam como sujeitos sociais que interagem e “o fenômeno, conforme afirma Appolinário (2004, 155), remete-nos à interpretação de um *fato* feita por um *observador*. Ou seja, o *fenômeno* é a interpretação subjetiva do *fato*”. A metodologia, portanto, considera os pesquisados como sujeitos interativos, submetidos às condições comuns de natureza relacional.

Por ser uma abordagem de investigação que exige um envolvimento ético, político e dialético dos sujeitos com a realidade social pesquisada, utilizou-se como técnica de coleta de dados formulários impressos e entrevistas semiestruturadas com os participantes do estudo. Esse procedimento tornou possível a discussão das concepções que permeiam a prática dos sujeitos, tanto quanto a compreensão sobre o seu próprio papel enquanto profissional.

Nosso percurso investigativo está estruturado em quatro capítulos, conforme os descrevemos a seguir:

No primeiro capítulo da pesquisa fizemos um levantamento dos subsídios teóricos que nos ajudaram a fundamentar a construção dessa pesquisa sobre a atuação do profissional Assistente de Aluno no IFAM Manaus Centro. Para o objetivo desse trabalho tornou-se necessário iniciar por essa discussão, ou seja, pensar os fundamentos teóricos da questão da identidade profissional e, a partir desses fundamentos, discutir a prática profissional do Assistente de Alunos, suas atribuições e sua interlocução com o Ensino Médio Integrado. Para esse embasamento teórico recorreremos, inicialmente, aos conceitos e autores que tematizam a questão da identidade profissional para, em seguida, estabelecer pontos de convergência e divergência com a questão (tema e problema) dessa dissertação: a identidade profissional dos Assistentes de Alunos, bem como suas atribuições, no contexto do Ensino Médio Integrado.

O segundo capítulo traz a descrição da metodologia, das técnicas, tipologia e abordagem da pesquisa, paralelamente, o desenvolvimento de sua aplicação. Ressaltamos também o desafio de contribuir para a inteligibilidade de um tema que, pelo levantamento que fizemos nos bancos de dados, não tem sido objeto de estudo e pesquisa sistemáticos.

O terceiro capítulo discute os resultados do estudo, a partir da análise das falas dos sujeitos da pesquisa. Para essa análise recorreremos à fundamentação teórica, mediação que nos possibilitou organizar a riqueza dos relatos em categorias de compreensão. Vale dizer que as categorias não se constituíram como elemento artificialmente imposto aos relatos. Ao contrário: foram definidas a partir da realidade pesquisada.

No quarto e último capítulo fizemos uma descrição do produto educacional (Cartilha Digital) composta pelos princípios educativos e pedagógicos, articulando suas atribuições à Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) no contexto dos IF's. Dessa forma, pretende-se contribuir para uma prática profissional efetiva, mais clara e objetiva, em busca da práxis social.

Por fim, e em razão de ser uma pesquisa sobre uma categoria profissional que atua no espaço de uma instituição educativa e, mais ainda, na Educação Profissional, que implica a explicitação das relações entre educação e trabalho, ressaltamos ter tomado como fundamento de toda a dissertação a compreensão do trabalho como princípio educativo e como categoria fundante do ser social. Por esse princípio discutimos a formação humana integral, fundada na omnilateralidade, e fizemos a crítica ao modelo de formação unilateral (mais instrução e treinamento do que propriamente formação), funcional à lógica capitalista, que reduz a Educação Profissional à formação para o mercado de trabalho, jamais a formar para a cidadania.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA A DISCUSSÃO DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL E DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES DE ALUNOS NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

As discussões a seguir exploram os princípios e fundamentos dos IF's enquanto espaços de atuação dos profissionais Assistentes de Alunos. Ressaltam ainda a compreensão do seu papel e da sua identificação profissional frente às peculiaridades do Ensino na EPT, e de como nesse espaço incidem transformações sociais significativas, provenientes do mundo do trabalho, que impactam a atuação profissional dos Assistentes de Alunos.

Nos itens constitutivos desse capítulo serão tratadas as contradições e demandas do trabalho na EPT, bem como a compreensão do processo de afirmação da identidade do Ensino Médio Integrado – EMI – diante dos desafios postos à educação pelo mundo do trabalho submetido à lógica do capital: preparar para o mercado de trabalho ou educar para a vida? Para tanto, fomos em busca das legislações que regem o ensino na EPT, como a Lei de criação dos IF's (BRASIL, 2008), a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 - LDB (BRASIL, 1996), como também da literatura acadêmica, a partir de estudos como de Saviani (2007), Kuenzer (2000), Manacorda (2007), entre outros, que discutem os conceitos da EPT e ampliam os debates sobre a construção da formação dos sujeitos no contexto contemporâneo.

2.1 Identidade e identidade profissional: aproximações iniciais

A leitura das questões teóricas acerca da identidade profissional revela e destaca os princípios que norteiam sua construção sob a interferência das relações sociais em sua constituição, ao mesmo tempo em que deve traduzir as transformações de comportamentos cotidianos dos sujeitos, bem como a forma como eles se reconhecem, produzem e reproduzem relações sociais e pessoais.

Em qualquer exercício de análise que se faça, percebe-se que a identidade se estabelece como base, sendo ela o ponto de referência para o comportamento dos sujeitos que se constituem e se desenvolvem, individual e coletivamente, de forma heterogênea e não definitiva.

Silva (2014, p. 97) nos oferece uma síntese do conceito de identidade ao afirmar que “[...] a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – nem da natureza, nem da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada ou permanente”. A identidade, podemos dizer, não é inata e sim construída e reconstruída nas relações sociais, assumindo-se

como um conjunto de características que tanto distinguem um sujeito do outro quanto unificam sujeitos diferentes numa compreensão comum.

A identidade concebida como uma produção em construção permanente que se relaciona e se transforma pela interação social, apresenta-se como um elemento instável, fragmentado, assumindo sempre um aspecto inacabado. Identidade e comunicação, por exemplo, estabelecem uma relação de interdependência, para o bem e para o mal: identificação pressupõe comunicação, comunicação exige identificação.

A compreensão da identidade implica, necessariamente, uma perspectiva sócio-histórica: “[...] assim como as pessoas, as identidades nunca estão prontas, transformam-se, assim como se transformam também as condições sócio históricas em que se deu a sua construção” (MARTINELLI, 2013, p. 146). Mais do que perguntar por identidade, seria coerente perguntar por identidades, sendo entendida como um processo que se constitui pela tensão entre transformação e permanência. Por isso, não é possível, como indica Martinelli, pensar a identidade fora da história e da dialética:

A pergunta pela identidade é, pois, uma pergunta de natureza histórica, dialética, que sintetiza/articula dialeticamente o que somos, a forma de ser da profissão, o que fazemos, a forma pela qual a profissão aparece socialmente, ou seja, o conjunto de intervenções que realiza em um dado momento histórico, e o que aspiramos fazer a partir das determinações ético-políticas de nosso projeto profissional e dos desafios e demandas que emergem da realidade cotidiana (MARTINELLI, 2013, p. 151).

A identidade não pode ser vista como uma realidade uniforme, transparente, isenta de oposição. Por sua natureza social, toda identidade é carregada de contradição. Sob esse aspecto, Vecchi assinala que, “qualquer que seja o campo de investigação em que se possa testar a ambivalência da identidade, é sempre fundamental distinguir os polos gêmeos que este impõe à existência social: a opressão e a libertação” (VECCHI apud BAUMAN, 2005, p. 13).

Para Boco (2010, p. 117), “a identidade, seja ela individual ou coletiva, é parte constitutiva do movimento dialético já feito, antecipando a expectativa do movimento que ainda fará a nova identidade [...]”. Nessa vertente, o movimento dialético vincula-se à forma subjetiva de como os sujeitos se veem e de como promovem uma nova ideia de si que regressa à sua identidade, tornando-a mais concreta.

Ademais, a identidade também é constituída por um conjunto de valores heterogêneos fundamentais para a existência humana e para a construção de pertencimento e autoconhecimento. Quando vista como um conjunto de características inflexíveis, a identidade

pode não resistir às novas estruturas mutáveis, em que as transformações e os deslocamentos impulsionados pela globalização são totalmente imprevisíveis.

Em face disso, a identidade se caracteriza, fundamentalmente, pela experiência já realizada e pelas expectativas que são postas pelo sujeito coletivo, ao intervir na natureza para transformá-la em favor de suas necessidades. Segundo Boco (2010, p. 118), a “identidade consciente” deve se elevar para atingir o patamar da “autoconsciência”, quando buscamos saber o que de fato queremos saber de nós mesmos enquanto classe. Essa perspectiva reflete a busca pela compreensão, de fato, da realidade circundante em que, a identidade permite saber o que os sujeitos querem fazer de si mesmos como classe que adquiriu consciência de classe.

É importante enfatizar que a identidade é uma construção de relações e de contextos, construção e reconstrução que se retroalimentam. Por isso, é necessário ressaltar, como afirma Vecchi, “[...] que o recurso à identidade deveria ser considerado um processo contínuo de redefinir-se e de inventar e reinventar a sua própria história” (apud BAUMAN, 2005, p. 13).

As identidades, portanto, são processos que se formam no interior das relações sociais, em outras palavras, na práxis, pela mediação das formas sociais de ser das profissões que expressam as respostas construídas no seu exercício profissional, pois a identidade é relacional, feita do mesmo e do diferente. Para existir, a identidade depende de outras coisas que existem fora dela, ou seja, de outras identidades que se diferem dela.

Em tal perspectiva, tomando como parâmetro a concepção de identidade como processo consciente, que se caracteriza pela práxis, propõe-se nesse espaço discutir a identidade profissional, no caso dessa dissertação, a identidade profissional dos Assistentes de Alunos, uma vez que a identidade se dá nas relações construídas pelos processos que integram a construção da prática profissional dos sujeitos.

De um modo geral, os cargos, as posições ou carreiras já estão ganhando novos direcionamentos na atualidade, mas marcados fortemente pela segregação de cargos, pelas divisões de trabalho e pelas reduções de postos de trabalho em diversos setores produtivos. Esse processo multiforme da classe que “vive do trabalho” se caracteriza, principalmente, pela redução dos empregos formais (ANTUNES; ALVES, 2004).

Diante do contexto tecnológico e da mutação do modo de trabalho, há uma tendência da proliferação de novos discursos acerca do lugar, dentro do processo produtivo, que ocupam determinadas profissões, acarretando mudanças extremas no modo como se concebe e até mesmo como esse profissional se vê dentro do seu exercício profissional.

Vale destacar as palavras de Martinelli (2013, p. 153) ao afirmar que:

O exercício profissional se dá em meio a identidades construídas e atribuídas, sendo de fundamental importância a leitura ético-política da realidade e do próprio cotidiano, tendo em vista o desvendamento das forças sociais em presença para a realização de uma prática profissional crítica, competente, direcionada para o fortalecimento de identidades historicamente construídas.

As formulações acerca da temática identidade profissional consistem na necessidade de demonstrar que a contemporaneidade é marcada pela consciência social da profissão exercida, pensada como uma categoria política, histórica e crítica, portanto, a história e a filosofia constituem a base da pergunta pela identidade, como enfatiza Martinelli (2013, p. 147):

A história como processo transformador da realidade. A filosofia como busca do saber, como um modo peculiar de olhar para o mundo. A identidade é, portanto, uma categoria sócio-política que se constrói no jogo de forças sociais: como síntese dialética entre modos de ser e de aparecer socialmente das profissões, expressando as respostas construídas profissionalmente, em diferentes momentos históricos, para atender às demandas que incidem em seu campo de ação; como expressão da dimensão ético-política das profissões; como elemento definidor da participação das profissões na divisão social do trabalho e na totalidade do processo social.

As profissões concebidas numa perspectiva ético-política e o olhar dado a elas a partir do marco de sua identidade, pressupõe relativizá-las como construções sociais mutáveis e dinâmicas, pois transformam-se a si mesmas, como igualmente as condições em que se deu sua construção histórica, o que exige dos sujeitos o exercício crítico de compreensão da realidade, condição para nela intervir e transformá-la.

As condições sociais e históricas em que se dá o exercício profissional (realidade cotidiana) pode colocar a competência profissional em uma situação de instabilidade e desconforto, afetando diretamente a autoimagem, a autoestima, interferindo decisivamente nas relações interpessoais. Para Coracini (2003, p. 143), essa realidade se caracteriza “pela dispersão, pela heterogeneidade, inteiramente vinculada ao momento histórico-social e ideológico, que atravessam, de forma conflituosa e dissonante, a constituição identitária”.

Na sociedade contemporânea considera-se indispensável que a educação esteja voltada não somente para a reconstrução histórica, mas, principalmente, que sirva de instrumento de intervenção social, sobretudo quando o sujeito vive numa sociedade marcada pelas desigualdades sociais, como é a regra dentro da sociedade capitalista. Vale destacar, a esse propósito, a contribuição de Gadotti (2012, p. 12), quando afirma que a formação do profissional competente não é suficiente, pois “[...] a competência depende de um ponto de vista de classe. Não somos competentes ‘em geral’, mas somos competentes para uma classe e não somos para outra”.

Sob esse entendimento, Kuenzer (2000, p. 32) reforça a necessidade da apropriação de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos pelos trabalhadores “[...] com particular destaque para as formas de comunicação e de organização e gestão dos processos sociais e produtivos, para além das demandas da acumulação capitalista”.

Assim, são muitos os estudos que defendem a necessidade de apropriação, pelos trabalhadores, de conhecimentos que propiciem uma compreensão orgânica dos saberes, tanto os técnicos e científicos quanto os humanistas, como forma de superar a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual. Saviani (2007) considera que essa integração entre a capacidade de pensar e a capacidade de produzir é necessária para instaurar uma educação que favoreça os trabalhadores.

Manacorda (1996, p. 66), em seu livro *Marx e a Pedagogia Moderna*, afirma que unidade dialética entre educação e trabalho é condição ontológica essencial para o ser social recuperar a sua integralidade, rompida pela dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, tal como ocorre na produção capitalista:

A união entre educação e trabalho [...] revela-se, portanto, parte de um processo de recuperação (Zuruecknahme) da integralidade do homem comprometida pela divisão do trabalho e da sociedade, mas cujo próprio desenvolvimento das forças produtivas, que são forças materiais intelectuais, domínio do homem sobre a natureza, permite, e até exige, a restituição.

A relação recíproca entre educação e trabalho parte do princípio de que o homem se educa mediante sua relação com a natureza, sendo o trabalho o ato de agir e transformar a natureza para atender às suas necessidades fundamentais (SAVIANI, 2007). É esse processo de criação e autocriação da espécie humana faz do homem um ser social. Quando afirmamos que o trabalho é o princípio educativo fundamental do ser social afirmamos igualmente a natureza social desse trabalho, que o diferencial da atividade animal em geral. Sob esse aspecto, o trabalho é a atividade exclusiva do ser social. É o que Gadotti (2012, p. 48), de forma precisa, assinala: “Essa práxis deve ser entendida como trabalho social ou simplesmente como trabalho”.

No âmbito das relações da divisão técnica do trabalho, o homem também se divide a si próprio. Suas capacidades humanas tornam-se então divididas e deformadas. Essa condição da divisão do trabalho tem implicações profundas sobre o ser social, em sua forma de ser e de pensar. A divisão do trabalho imposta pela lógica do mercado impede o ser social de afirmar sua natureza omnilateral.

De um modo geral, o caminho apontado para superação dessa realidade, em que o trabalho do trabalhador aliena-o de sua humanidade (trabalho como mercadoria *versus* trabalho como condição da existência humana), requer uma reflexão educativa sobre as múltiplas dimensões que fazem a humanidade do ser social como ser cultural, ser ético, ser estético, ser religioso, ser lúdico etc. Submetido à alienação, o trabalho perde seu potencial educativo.

Essa compreensão acerca do trabalho como princípio educativo é fundamental para entender o processo de constituição da identidade profissional dos indivíduos, seus vínculos de pertença, sua sociabilidade.

Dubar (1997, p. 79) ressalta que o processo de socialização é o espaço da interiorização de valores, segundo observação que abaixo reproduzimos. Transposta sua afirmação para forma que a socialização capitalista impõe ao trabalho, não é difícil concluir que dessa socialização não é possível outra identidade que não aquela afinada à lógica do capital:

As abordagens culturais e funcionais da socialização acentuam uma característica essencial da formação dos indivíduos: esta constitui uma incorporação dos modos de ser (de sentir, de pensar e de agir) de um grupo, da sua visão do mundo e da sua relação com o futuro, das suas posturas corporais, assim como das suas crenças íntimas [...] o indivíduo socializa-se, interiorizando valores, normas disposições que o tornam um ser socialmente identificável.

Mais ainda, a identidade do trabalhador ou da trabalhadora é construída na aprendizagem do exercício do trabalho, na aquisição de saberes práticos da experiência. Portanto, a não integração desses conhecimentos práticos com os conhecimentos gerais amplia a divisão do trabalho e diminui a capacidade da educação de atender às necessidades de formação do homem.

Nesse sentido, os conceitos introdutórios sobre identidade profissional devem refletir as preocupações tanto em relação ao modo como os sujeitos constroem-se a si mesmos (autoconhecimento) quanto à forma como são vistos pelos demais sujeitos (autoimagem), dentro de um contexto social dinâmico que transforma, também, as necessidades sociais, que são aspectos definidores da identidade, seja ela coletiva ou individual. Portanto, o fazer profissional ocorre em meio a identidades construídas e atribuídas, sendo importante o reconhecimento da realidade e do próprio cotidiano, pois o contexto revela os conflitos e as contradições que influenciam decisivamente nessa construção.

Nessa linha de fundamentação teórica da identidade e da identidade profissional, consideramos necessário, para vincular essa questão ao propósito de nossa investigação, que é compreender a prática profissional dos Assistentes de Alunos, é que consideramos necessário

elaborar uma breve síntese histórica dos Institutos Federais. É o que apresentamos no subcapítulo seguinte.

2.2 Institutos Federais: breve histórico

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, como a conhecemos hoje, teve seu início com o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha, o qual instituiu as Escolas de Aprendizes Artífices de ensino profissional primário e gratuito, com 19 unidades espalhadas pelo país.

A educação Profissional, ao longo da história, assumiu um caráter totalmente assistencialista, destinado às classes baixas, com um nível de ensino de ofícios conforme às particularidades das atividades industriais, agrícolas e comerciais de cada Estado. No final da década de 1930, as Escolas de Aprendizes e Artífices foram substituídas pelos Liceus, que apresentavam uma formação alicerçada nos mesmos objetivos do ensino profissional vigente.

Aos profissionais atuantes nesse período histórico era atribuída a função de monitorar e controlar os comportamentos discentes, centralizando suas atuações em medidas corretivas e preventivas. Segundo Cunha (2000), as Escolas de Aprendizes Artífices, embora tenham se constituído como fato marcante da Primeira República no âmbito da Educação Profissional, não significaram um avanço pedagógico, limitando-se a atribuir ao ensino um caráter meramente disciplinar e corretivo para livrar os desafortunados dos vícios e crimes.

Brandão (1999 apud TEODORO, 2006, p. 30), afirma que aos professores e mestres atribuíam-se igualmente a manutenção da disciplina e da moral, controle da presença e nota dos alunos. No entanto, aos mestres cabia ainda ensinar a arte ou ofício ao seu cargo, com todos os detalhes, de maneira que os alunos se tornassem hábeis nesse fazer. Os professores e mestres eram inspecionados pelo diretor, a quem cabia zelar pela eficácia do ensino.

Em 1942, o Governo Federal transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais, as quais passaram a oferecer Formação Profissional em nível equivalente ao do secundário. A partir de então, é oficializado o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do sistema educacional do país, onde os alunos formados nos cursos técnicos eram autorizados a “ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação” (BRASIL, 2009, p. 4).

Nessa concepção, percebe-se a questão da profissionalização ou do ensino profissionalizante voltado à formação de trabalhadores com um baixo nível de especialização para exercer uma determinada função no mercado de trabalho. O ensino profissional era ofertado àqueles que deveriam executar apenas mecanicamente uma função, sem

necessidade de competência maior ou capacidade de pensar o processo produtivo em que se inseria. Por outro lado, e destinado a poucos, o ensino científico ou intelectual era privilégio dos que detinham o controle do processo de produção.

Com o intuito de o Estado adequar o Ensino Profissional às demandas do desenvolvimento econômico e ao projeto de educação elaborado pelas elites dirigentes, em 1978 foi assinada a Lei nº 6.545, de 30 de junho, que transformou as Escolas Técnicas Federais do Paraná, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's). Essa mudança autorizou os CEFET's a formar profissionais de nível superior em engenharia industrial e tecnólogos, além da formação de técnicos de nível médio (PACHECO; SOBRINHO; PEREIRA, 2009).

Em 1994 foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica integrado pela rede federal e pelas redes ou escolas congêneres dos estados, municípios e do Distrito Federal. A partir desse sistema ocorreu a transformação gradativa das Escolas Técnicas Federais e das Escolas Agrícolas Federais em CEFET's (CORDÃO; MORAES, 2017).

Com a criação dos IF's inaugurou-se uma estrutura diferenciada na história da Educação Profissional do país, visto que eles conformam um novo arranjo institucional, sendo o resultado da agregação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), das Escolas Agrotécnicas Federais (EAF) e das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais (ETUF). Assim, uma característica que marca a importância desse novo arranjo é a convivência com a tradicional experiência das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IFEPT), cuja integração deu origem aos IF's.

Entretanto, foi a partir da promulgação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, em 20 de dezembro de 1996, também conhecida como Lei Darcy Ribeiro, que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ganhou maior notoriedade, sendo dedicado um capítulo inteiro a essa modalidade educativa, apresenta sob um novo enfoque, integrando-a aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Trata-se, sem dúvida, de um avanço que vai implicar uma perspectiva progressista para a compreensão e efetivação da educação profissional e tecnológica. Mas como sempre ocorre no Brasil, nem sempre os avanços no nível formal se efetivam como desejamos, no campo prático.

Esse enfoque coloca a Educação Profissional como importante estratégia capaz de responder à realidade do mundo do trabalho a partir da compreensão de sua necessária relação ontológica com a educação. Sob essa perspectiva, na educação profissional e tecnológica o

ensino ultrapassa os limites técnicos, de simples qualificação para o exercício de uma profissão, e passa a se constituir enquanto relação dialógica com as bases das ciências humanas, naturais, formais e sociais, tanto quanto com o mundo da tecnologia, das artes e da cultura.

Essa mudança de paradigma decorre, de um lado, dos desafios do processo de globalização na era do capitalismo neoliberal, das novas configurações do trabalho, do crescimento da informalidade, e de outro, das próprias lutas da classe trabalhadora que, cada vez mais, se conscientiza do valor da formação para vida, de que a educação pelo trabalho não é o mesmo que educação para o mercado de trabalho.

Além disso, a mesma globalização que amplia para o capitalismo as possibilidades de exploração do trabalho, também, mesmo a contragosto, favorece o acesso mundializado às informações. Hoje, a informação sobre as desigualdades do mundo chega a todos os lugares. O local e o global, mesmo em condições de desigualdade, se relacionam o tempo todo. As mudanças se evidenciam, e por força delas a Educação Profissional e Tecnológica teria que necessariamente se reconfigurar. A luta é para que esse processo de reconfiguração seja feito a partir dos interesses da classe trabalhadora.

Os cursos da EPT podem ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino que abrangerá cursos como: de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional; de Educação Profissional Técnica de Nível Médio; de Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-graduação.

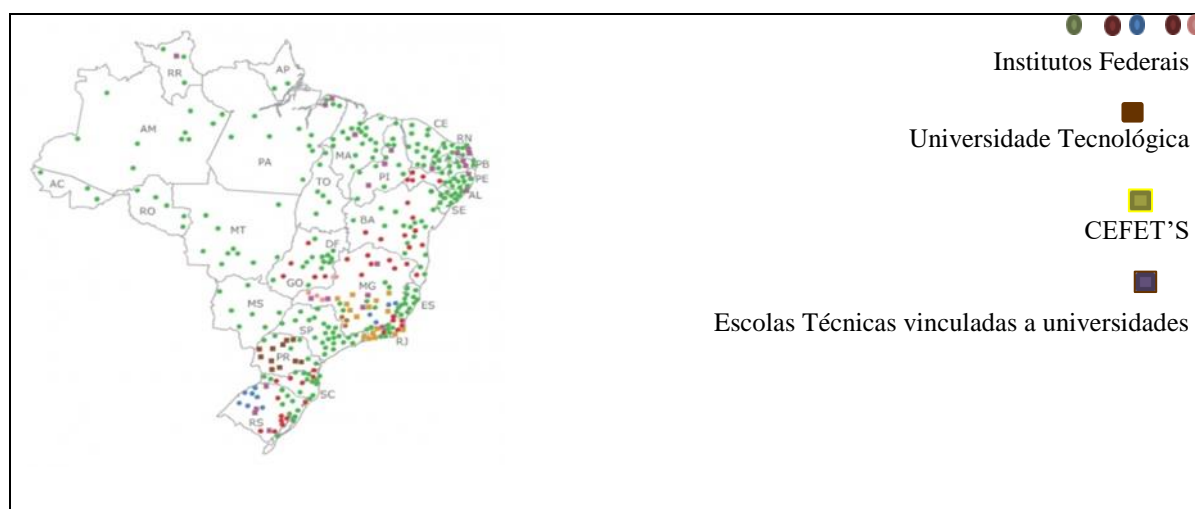
Em 2008, com a lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's). Os IF's têm como missão unir educação, trabalho e ciência (o que nunca se concretizou na política de educação profissional de governos anteriores), buscar o desenvolvimento do país no sentido de produzir conhecimento, inovação, prover o mercado de mão de obra qualificada, de tecnologia e favorecer a inclusão social (BRASIL, 2008).

De acordo com o art. 1º, fica instituída, no âmbito do Sistema Federal de Ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições: I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG; IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; V - Colégio Pedro II (BRASIL, 2008).

Do ponto de vista administrativo, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são equiparados às Universidades Federais. São instituições pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008, Art. 2º).

O projeto de expansão do Governo Federal se efetivou por meio da fusão aos CEFETs, de nove das Escolas Técnicas Federais, incluindo nesse grupo aquelas que estavam vinculadas às instituições federais de ensino superior e das escolas Agrotécnicas Federais. O mapa disposto na figura 1, abaixo, demonstra a expansão dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia em todas as regiões do Brasil:

Figura 01 - Distribuição dos Institutos Federais por região no Brasil



Fonte: Ministério da Educação (2019).

Acerca da criação e expansão dos IF's, Costa e Marinho (2018), afirmam que a instituição da Rede Federal e a criação dos IF's atendem aos anseios quanto ao status institucional das antigas escolas que queriam se tornar CEFET's e, no futuro, se constituir em Universidades Tecnológicas. Ressaltam, ainda, a importância dessas instituições para os rumos da Educação Profissional no Brasil. Entretanto, esses autores também tecem algumas observações críticas tanto à forma apressada como foram criadas essas instituições, o que se traduziu, sobretudo, em problemas de infraestrutura inadequada, quanto à efetivação política dessas novas instituições educativas, como apontado por esses autores:

[...] (d) o grande problema dessa institucionalidade ser aprovada sem sustentação real, o que virá atuar sobre a vida concreta das antigas instituições de forma distorcida, ou não chegando ao chão dos campi, estabelecendo uma grande distância entre a situação legal e a situação real; (e) a forma acelerada além de displicente com o futuro das instituições mostra que só houve preocupação com aprovação da lei e não com sua aplicação; (f) displicência com o processo legislativo também por parte das entidades representativas, deixando que fossem discutidas e decididas questões vitais somente

quando estivessem dentro das instituições, o que retoricamente parece democrático, no entanto, acentua o déficit de democracia e de república; (g) falta de estudos para alicerçar o novo arranjo da Rede Federal e sua expansão, sem que isso tivesse sido colocado como uma questão; e (h) a análise do trâmite traz à baila uma série de variáveis as quais poderiam ser mais esmiuçadas, o papel do legislativo na produção legal (tema da servidão voluntária), principalmente no que se refere à educação, o lobby como recurso político para obtenção de conquistas em contrapartida à abstenção de debate e disputa em prol de um projeto para a educação nacional (COSTA; MARINHO, 2018, p. 78).

Esses diagnósticos apontam contradições e superficialidade na construção da normativa e implementação dos IF's, pois não condizem com o tamanho e a importância dessas instituições para o Ensino Profissional. Frigotto (2018, p. 13) reforça essa compreensão ao afirmar que “[...] a expansão interiorizada por pressões políticas locais forçou a criação de campi avançados com estrutura de prédios primários e instituições de diferentes origens com uma cultura histórica diversa”.

Outro aspecto a ser discutido é em relação ao modelo teórico da institucionalidade dos IF's, acerca das finalidades explicitadas em seu marco legal como política pública, o qual não dispõe de ferramentas de avaliação para medir o seu alcance, que possibilitem propor medidas de correção de rumos e fornecer subsídios para futuras decisões políticas, de forma que diminua a distância entre o ideal e o real, o planejado e executado.

Andrade (2014, p. 27), ao tratar da importância política da avaliação para o processo de consolidação desses Institutos, assinala:

Isso porque, faltando-lhe a avaliação, a política de implantação e expansão dos Institutos Federais não resulta completa, uma vez que por hora, os Institutos Federais são apenas avaliados, no âmbito do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – quanto à sua oferta educativa de graduação, notadamente minoritária.

Por sua vez, o próprio contexto social e político em que se deu a expansão dos Institutos Federais e as várias contradições contidas nesse resultado, delineiam uma natureza que se reveste de conservadorismo moderno, especialmente ao considerarmos a oferta e acesso pelos grupos mais pobres da sociedade à Educação Profissional pública e gratuita. Além disso, as mudanças nas concepções de retomada do crescimento que projetam um novo programa de formação profissional podem comprometer ações em curso. Ainda assim, mesmo diante de todas essas problemáticas, seus campi se expandiram pelas regiões do país, sem que houvesse uma avaliação do seu impacto na realidade local (FRIGOTTO, 2018).

Mesmo que representem um avanço na política educacional, não podemos desconhecer que numa sociedade de classes o problema da educação é também um embate entre interesses

de classe. A classe dominante não tem interesse, e sempre se oporá às lutas da classe dominada pelo direito à educação de qualidade, seja a educação em geral, seja a educação de natureza profissionalizante e tecnológica.

Desse modo, segundo as reflexões de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a política educacional no Brasil não pode ser compreendida desvinculada do projeto capitalista de sociedade que se estruturou desde o longo processo de colonização até os dias de hoje, configurando-se como um processo crescente de desigualdade social e de manutenção do poder e dos privilégios das classes dominantes quanto à promoção e acesso à educação.

Então, o grande desafio está em conformar essas instituições, tanto em sua política educacional voltada para um projeto de educação profissional e tecnológica que tome por base as necessidades dos trabalhadores, de preparação técnica e formação intelectual, quanto em suas condições infraestruturas, inclusive na qualificação de seus servidores, para, de forma efetiva, formar jovens e adolescentes com domínio técnico, científico, crítico e intelectual, para compreender e transformar a sociedade numa direção oposta ao projeto do capital.

A despeito das insuficiências que ainda acompanham o processo de constituição dos IF's, da permanência de conflitos e do que ainda separa o real do ideal, é necessário reconhecer que, em sua essência, esse modelo se constitui na melhor proposta até hoje organizada para responder, de forma integral, aos desafios da Educação Profissional diante da complexidade e das contradições entre o mundo do trabalho e o mundo do capital.

Por sua natureza pública, de conceber a educação como direito social e universal e não privilégio de uma minoria, somente é possível um projeto com esse alcance quando se associam, em termos nacionais, trabalho, educação e cidadania, o que jamais estará no horizonte da educação privada.

Como bem ressalta Pacheco (2010, p. 11), a Rede Federal, pública e de qualidade, é a única que reúne excelência e compromisso para materializar um projeto dessa envergadura:

A Rede Federal, por sua excelência e vínculos com a sociedade produtiva, tem condições de protagonizar um Projeto Político-Pedagógico inovador, progressista e capaz de construir novos sujeitos históricos, capazes de se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o na direção de um novo mundo possível, capaz de superar a barbárie neoliberal e restabelecer o ideal da modernidade de liberdade, igualdade e fraternidade, sob a ótica das novas possibilidades abertas à humanidade neste princípio de século.

Segundo Bueno (2015, p. 67) “como finalidades, os institutos precisam promover a integração e a verticalização da educação básica à profissional e educação superior, desenvolver programas de extensão e divulgação científica e tecnológica; realizar e estimular a pesquisa

aplicada, dentre outras”. Nesse processo integrativo, o ensino cumpre o papel de contribuir para a construção de uma educação de qualidade e equitativa, porque ao assegurar que os educandos tenham acesso à ciência, às letras, às artes, enfim, estará promovendo o desenvolvimento omnilateral do ser social.

Assim, dentro dos seus princípios, os Institutos Federais compreendem a educação como um espaço múltiplo e dialógico, no qual o processo de ensino valoriza as experiências vivenciadas pelos sujeitos em contextos formais e não formais, numa ação comum de parceria com outras organizações, na qual tanto o poder público quanto a sociedade civil devem se articular na busca por uma educação emancipadora e transformadora.

Nesse itinerário de compreensão, Pacheco (2010, p. 20) reforça que essa orientação, de “[...] atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, constitui um preceito que fundamenta a ação do Instituto Federal”. Essa relação de proximidade da Instituição com a realidade local e regional tem como desejo um olhar mais sensível para os anseios e necessidades, podendo assim planejar um ensino que atenda, ou busque atender, à população em seu direito à educação, tanto profissional quanto científica e cidadã.

Inegavelmente, essa concepção de ensino deu forma ao exercício do saber, do fazer e do ser diante dos desafios do mundo contemporâneo, em que se instaura uma nova visão da sociedade, de caráter crítico e participativo. Essa visão, que não tem incidência apenas teórica, contribui para novas formas de organização de sociedade, de grupos e de indivíduos, imbuídos por aspirações e necessidades que os fazem lutar contra determinados obstáculos, demonstrando um posicionamento autônomo e consciente diante da história.

Sob essa perspectiva, Frigotto (2015, p. 92) nos mostra que os Institutos Federais, a despeito de representarem uma nova concepção acerca EPT, não podem ser compreendidos fora do contexto dos embates históricos que acompanharam a luta da sociedade brasileira pelo direito à educação de qualidade. Na prática, o que prevalece, nessa luta desigual, são os interesses do capital financeiro:

Os IF's em sua tessitura presente guardam a natureza de relações sociais, econômicas, culturais e políticas, que medeiam essa modalidade de ensino. As diferentes conjunturas, no que é estrutural, mantêm o viés da negociação pelo alto e sob um horizonte de projeto societário e de desenvolvimento de natureza modernizante conservadora. Ideário do progresso e da expansão de fronteiras para, hoje, o grande capital financeiro, industrial e do agronegócio e de serviços.

Diante desse contexto podemos afirmar que ao longo dos anos a Educação Profissional passou por inúmeras formulações e foi submetida a muitos programas e projetos governamentais, sempre modificados de acordo com as concepções e demandas da economia e das pressões decorrentes dos embates no âmbito do Estado (PACHECO; SOBRINHO; PEREIRA, 2009). O que se verifica, na verdade, é que o Estado se move não propriamente no sentido de responder às necessidades dos trabalhadores por formação profissional, mas antes para atender às demandas das elites. Essas contradições resistem, se fortalecem e representam um desafio permanente ao projeto de educação profissional e cidadã preconizado pelos Institutos Federais.

A escola como instituição da sociedade de classes sempre teve o seu papel questionado pelos que pensam a educação, profissional inclusive, a partir dos interesses da classe trabalhadora. Historicamente, o processo escolar sempre opera no sentido de legitimar e responder às demandas do capital. Noutras palavras, o viés mercadológico sempre imprimiu suas marcas Educação Profissional no Brasil. Desde seus primórdios foi criada com o objetivo de suprir às necessidades de mão de obra técnica, com cursos aligeirados, voltados para formações técnicas específicas, de modo a responder às demandas imediatas do mercado de trabalho. O trabalhador se profissionaliza em razão do lucro que será revestido para o bem da empresa, nunca para o seu bem viver, para melhorar seu padrão de vida.

Desse modo, a busca pela formação mediada pelas relações sociais, econômicas, culturais e políticas implica a superação de muitas contradições sociais, de vários obstáculos estruturais, e, em especial, contribui para a necessária compreensão de que as disputas e contradições historicamente conhecidas e presentes na escola não são provocadas por ela, porque resultam das contradições inerentes à sociedade de classe configurada pelo modo de produção capitalista (MOURA, 2014).

Por isso, a necessidade de reafirmar as perspectivas de integração entre Ensino Médio e Educação Profissional trazidas pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como meio de promoção da Formação Humana e Integral.

2.3 Atribuições do Assistente de Aluno nos Institutos Federais

Considerando as explanações feitas no subcapítulo anterior, cumpre explicar o papel da figura do profissional Assistente de Alunos dentro dos IF's. Com formação de nível médio, o cargo de Assistente de Alunos é especificado como de técnico-administrativo em educação. A despeito dessa nomenclatura técnica (Assistente de Alunos) encontrar-se sob a função geral de Técnico-Administrativo em Educação, não é comum, em seu ambiente de trabalho, encontrar

orientações e discussões sobre suas atribuições e os reflexos de sua prática no processo educativo. Essa, dentre outras, é uma razão que nos motivou, nessa pesquisa, da qual resulta essa dissertação, a compreender quem é esse profissional, qual a natureza de suas atribuições, como se reconhecem e são reconhecidos.

Como já afirmamos na introdução, e a despeito da pesquisa que fizemos, não encontramos, além das referências regimentais sobre sua função, nenhum trabalho consistente, estudo ou artigo em que pudéssemos nos apoiar para empreender a nossa pesquisa.

Se de um lado partimos da necessária fundamentação teórica para discutir, em geral, as questões da identidade, da identidade profissional, não pudemos, por outro lado, contar com referências sobre o trabalho específico desses profissionais. Tentamos preencher essa lacuna investigativa com a pesquisa que empreendemos com oito Assistentes de Alunos que aceitaram com o projeto dessa dissertação.

A Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012, dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas destinadas às Instituições Federais de Ensino, e trata das especificidades de cargos efetivos de técnicos-administrativos em educação criada no âmbito do Ministério da Educação para redistribuição às instituições federais de ensino (BRASIL, 2012).

No Edital nº 008/2014/IFAM, de 10 de outubro de 2014, referente ao concurso público para provimento de cargos técnico-administrativos em educação de nível médio e superior no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, assim são definidas as atribuições dos Assistentes de Alunos: assistir e orientar os alunos no aspecto de disciplina, lazer, segurança, saúde, pontualidade e higiene dentro das dependências escolares. Auxiliar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O Assistente de Alunos é um dos profissionais que atuam nos processos educativos do EMI que, de um modo geral, trabalha no atendimento e contato direto com os jovens e adolescentes, numa relação que não se limita, como muitas vezes se percebe, aos aspectos predominantemente disciplinares. Para além dessa compreensão limitada, há no trabalho desses profissionais uma interlocução cotidiana, de parceria no trabalho educativo, com os docentes e demais profissionais que trabalham na instituição.

Ocorre, no entanto, que a essa compreensão, real, de que esses profissionais são agentes educativos, que contribuem nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme vimos no Edital acima referido, também existe, contrariamente, uma compreensão negativa, e talvez mais forte que aquela formalmente definida no edital, de que a função dos Assistentes de Alunos se define por uma natureza disciplinar, como fiscais de alunos e controladores dos espaços

coletivos. Noutras palavras: são aqueles que acompanham de perto, controlam e disciplinam o comportamento dos discentes no interior dos Institutos.

Mesmo que o propósito do nosso trabalho não seja propriamente o de discutir a sempre polêmica identidade, e igualmente da identidade profissional, não teríamos como não incluir nessa discussão a questão da identidade profissional dos Assistentes de Alunos, tema que eles mesmos, de forma implícita ou explícita, expressaram em seus relatos.

A questão da identidade, da identidade profissional, permeia várias tendências teóricas, inclusive aquelas vinculadas ao materialismo histórico e dialético, em que essa questão necessariamente se vincula à questão da classe, da consciência de classe e da luta de classes. Considerando a própria natureza dos processos educativos, sob a visão materialista histórica, em contraposição a concepção da prática, o processo do exercício profissional deve abarcar não apenas o desenvolvimento de competências técnicas, essenciais para o exercício profissional, como também o desenvolvimento da capacidade de intervenção crítica na realidade circundante (GADOTTI, 2012).

Se compreendemos o trabalho pelo seu lado positivo, de trabalho não alienado, de trabalho como princípio educativo do ser social, cabe sempre explicitar, não de forma abstrata, mas muito concretamente, o sentido do trabalho para o trabalhador. Quando carente de sentido, submetido à rotina ou ao cumprimento de obrigações com as quais o trabalhador não se identifica, o trabalho afirmará sempre mais frustração e insatisfação do que realização e prazer. Ou seja: será um peso.

O trabalhador, uma vez inserido no cotidiano do seu trabalho, espera que o resultado do que faz não seja esvaziado do entendimento de como o seu fazer se processa e do significado daquilo que realiza, pois como encontramos na observação de Barato (2008, p. 5), para os trabalhadores, “[...] a celebração de suas obras se materializam no orgulho do que fazem em uma dimensão axiológica, identificada com os saberes que se constroem no e pelo trabalho”. Porém, o trabalho esvaziado de sentido revela algumas problemáticas marcadas, muitas vezes, pela falta de percepção do exercício profissional e do seu resultado.

Sob a abordagem sociológica, o homem apresenta especificidades determinantes que o diferencia dos demais seres, como ser ao mesmo tempo biológico e psíquico. Mais ainda: só ele é capaz de produzir ações conscientes em suas relações com os outros e com o mundo. E é por meio dessas relações que se estabelecem suas necessidades. Os animais em geral não criam necessidades e apenas buscam satisfazer às necessidades determinadas pela biologia. Vivenciá-las significa socializar-se, ou seja, ao transformar a natureza o homem se produz

enquanto ser social e histórico. Como ser social, o homem está sempre a criar novas necessidades.

De um modo geral, o Assistente de Alunos pode ser considerado um orientador dos espaços educativos, de forma que o resultado do seu trabalho possa se integrar e ser reconhecido no esforço coletivo pela melhoria do ensino. Sua prática, enquanto prática profissional que se realiza nos espaços da educação, deve se configurar numa articulação mais ampla do processo educativo com o trabalho docente, como forma de possibilitar um ambiente favorável à construção coletiva de um projeto educacional fundado na omnilateralidade.

Sendo assim, o seu trabalho requer o conhecimento não apenas de suas funções tradicionais, mas também o reconhecimento de quem são os discentes, os docentes e quais as condições concretas em que se desenvolve o seu processo de trabalho.

O sentido do trabalho vincula-se à forma e às condições de sua realização. Se o trabalho não contribui para a afirmação da humanidade do trabalhador significa que foi destituído de seu princípio educativo e transformador: deixa de ser um processo no qual o trabalhador, ao trabalhar, transforma a natureza, o mundo em que vive, ao mesmo tempo em que se transforma a si mesmo.

Antunes (2009, p. 142) nos esclarece o caráter dialético desse processo:

Tem-se, portanto, por meio do trabalho, um processo que simultaneamente altera a natureza e autotransforma o próprio ser que trabalha. A natureza humana é também metamorfoseada a partir do processo laborativo, dada a existência de uma posição teleológica e de uma realização prática [...].

Ao pensar sobre o sentido do trabalho dos Assistentes de Alunos, podemos perceber, pelo menos no horizonte do que deveria ser, que sua prática deve ser vista como práxis, deve ser entendida como trabalho social ou simplesmente trabalho, se tomamos o trabalho em seu sentido positivo, não alienado, como princípio educativo. Essa tarefa implica perceber que o corpo docente e o corpo técnico-administrativo, mesmo com funções diferentes, são sujeitos coletivos que trabalham em parceria e em prol de um objetivo comum.

A partir dessa compreensão sobre a formação integral, o Assistente de Alunos se apresenta como um sujeito que assume um papel de destaque a partir de suas atribuições, das mediações que domina e de suas experiências para a organização e efetivação do trabalho pedagógico. E sob esse aspecto, como todos os demais sujeitos do processo educativo, o Assistente de Aluno igualmente tem direito a um processo formativo permanente.

A função do Assistente de Alunos, se exercida no sentido de afirmar o conceito mesmo de sua profissão, que tem atribuições pedagógicas, ganha relevância e sentido, por ser

desempenhada num espaço institucional de natureza educativa, como é o caso dos Institutos Federais. Suas atribuições estão relacionadas a uma forma de assistência qualificada, de apoio aos docentes e discentes, como também é participe de todo processo educativo promovido na Instituição. Essa assistência e apoio são prestados nas mais variadas situações e se baseiam, principalmente, em relações pessoais e de comunicação.

A escola é por excelência uma organização sistêmica aberta, sendo definida como “[...] um conjunto de elementos (pessoas, com diferentes papéis, estrutura de relacionamento, ambiente físico, etc.), que interagem e se influenciam mutuamente, conjunto esse relacionado, na forma de troca de influências, ao meio em que se insere” (LUCK, 2013, p. 9).

Dessa forma, todos os elementos da escola se interinfluenciam, direta ou indiretamente. Ninguém trabalha sozinho. É o que o grande educador, Paulo Freire (2019), sempre reafirma: ninguém educa ninguém, e ninguém se educa sozinho, porque educação é sempre diálogo entre sujeitos mediados pelo mundo em que vivem. Quando ocorre a desarticulação entre um dos elementos do processo (educativo), sempre resulta em mudanças significativas nos demais sujeitos, e todo o processo é afetado. Os elementos da escola, dessa forma, em seu trabalho educativo, não podem prescindir do diálogo e da cooperação.

Ademais, hoje, diante das mudanças que o sistema capitalista impõe ao mundo do trabalho, em que os trabalhadores para sobreviver sentem-se pressionados a executar as mais variadas tarefas, sem que isso lhes assegure garantia de emprego, não é mais possível pensar a educação como um processo imune e separado dessas transformações. Nesse aspecto, como agentes do processo educativo, os Assistentes de Alunos também podem contribuir, em suas atribuições, para atender às demandas relacionadas às múltiplas expressões da questão social, intermediando o processo de autopromoção dos estudantes a partir do ambiente escolar. Trata-se de educar para a cidadania, afirmando em cada indivíduo o que a Constituição Federal de 1988 classifica como sujeitos de direito.

O Assistente de Alunos, enquanto trabalhador de uma instituição de ensino que lida com jovens nesta faixa etária do Ensino Médio no seu cotidiano, deve contribuir para dar visibilidade para as questões sociais. A questão social segundo Carvalho e Iamamoto (2009, p. 77) “[...] é a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”.

Para tratar apenas de uma das múltiplas facetas da questão social que o Assistente de Alunos pode se deparar em sua prática diária, pode-se destacar a problemática da saúde enfrentada pelos jovens em suas diferentes formas como, por exemplo, a questão da saúde mental que pode se manifestar, por exemplo, por meio da depressão. Essa questão se apresenta

como um dos desafios postos pelas expressões da vida social contemporânea, que permeiam esses jovens e que, visivelmente, afeta seus hábitos e atitudes no dia a dia da escola.

Diante disso, o Assistente de Alunos, ainda que tenha como objeto de trabalho a organização dos espaços educativos, tem no seu fazer profissional sua realização quotidiana, uma vez que, cuidar dos espaços é também cuidar das pessoas que ali circulam. A sensibilidade diante do problema social leva a uma ação de acolhimento e aproximação entre os sujeitos, reforçando a necessidade da busca por uma ajuda especializada em situações extremas.

Assim, é possível redirecionar as atribuições desses profissionais a partir das necessidades educativas que a escola necessita na atualidade, principalmente no que se refere às funções e contribuições de outros atores educacionais que não sejam os docentes, no processo de ensino e de aprendizagem. A compreensão das atribuições e do papel desses profissionais nos espaços do EMI é um caminho para desvendar suas contribuições para a organização da Instituição.

2.4 O Ensino Médio Integrado e os desafios da formação para a cidadania

O sentido do trabalho, em particular no EMI, é uma das questões que geram muitas indagações acerca da formação e atuação dos Assistentes de Alunos, tendo em vista as particularidades dessa etapa da educação, sobretudo por ser nessa fase que se busca a explicitação de como se adquirir conhecimentos relacionados ao mercado de trabalho.

Vale ressaltar, como afirma Bueno (2015, p. 72), que a modalidade da educação profissional e tecnológica vem passando por significativa transformação desde que o conceito de educação integrada, como um projeto que se amplia e se aprofunda, tenta materializar os seus objetivos para além da simples formação para o mercado de trabalho, pois “[...] em sua evolução a Educação Profissional e Tecnológica vem superando essa concepção e buscando o reconhecimento como valor estratégico para o desenvolvimento nacional a partir das diversas transformações ao longo das últimas décadas [...]”.

Na linha dessa mesma concepção, Cordão e Moraes (2017, p. 129) reconhecem que a incidência dessa transformação se dá tanto no nível dos conceitos quanto no projeto institucional:

Assim como houve significativa evolução nos conceitos e pressupostos da educação profissional, também houve evolução tão ou mais importante nas instituições que ofertam os correspondentes cursos e programas. Mesmo se excluirmos a assertiva

óbvia de que toda educação pós-secundária é verdadeiramente uma educação profissional, precisamos admitir que o quadro das instituições formadoras hoje é muito mais amplo, diversificado e indispensável para o desenvolvimento nacional.

O Ensino Médio Integrado é visto, frequentemente, como uma formação técnica em conjunto com a formação escolar, cujo discurso propagado é de que o aluno após a conclusão do curso estará apto para a vida profissional. Contudo, a despeito dessa condição limitante, de associar o EMI aos limites da formação média e técnica para o mercado de trabalho, é preciso ressaltar que esse modelo tem sido questionado e pressionado a buscar uma nova identidade, como forma de superação da dualidade educacional, afirmando a unidade do conhecimento humano. Essa tensão, caracterizada por um novo paradigma em processo de construção, pode ser percebida na análise feita por Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 44), como a seguir destacamos:

[...] ensino médio integrado é aquele possível e necessário em uma realidade conjunturalmente desfavorável- em que os filhos dos trabalhadores precisam obter uma profissão ainda no nível médio, não podendo adiar este projeto para o nível superior de ensino, mas que potencialize mudanças para, superando-se essa conjuntura, constituir-se em uma educação que contenha elementos de uma sociedade justa.

A articulação ou integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, nessa quadra histórica da sociedade capitalista, que cada vez mais subtrai direitos e barateia o trabalho, se apresenta como um desafio político-pedagógico que precisa ser discutido, explicitado e explorado, uma vez que implica o rompimento da estrutura dual da educação brasileira (educação propedêutica *versus* educação profissional), marcada historicamente por processos discriminatórios e assistencialistas.

A Constituição Federal de 1988 e a LDB- nº 9.394/96 passaram a contemplar a Educação Profissional como importante modalidade de ensino, situando-a na confluência dos direitos fundamentais do cidadão à educação e ao trabalho, como reconhecem os autores Cordão e Moraes (2017, p. 136): “A modalidade da educação profissional e tecnológica tem tratamento especial na LDB, uma vez que concilia o atendimento a dois direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito à profissionalização [...]”.

O art. 39: A educação Profissional e Tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, conforme a redação do art. 39 da Lei nº 11.741, de 2008 (BRASIL, 1996).

Ainda de acordo com a LDB, nº 9.394/96, art. 4º, §2º, vale mencionar que a educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008): I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008): II – de educação profissional técnica de nível médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008): III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

A EPTNM é desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio. A primeira pode ser integrada ou concomitante a essa etapa da Educação Básica que, “no cumprimento dos objetivos da educação nacional, articula-se com o Ensino Médio e suas diferentes modalidades, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA), e com as dimensões do trabalho, da tecnologia, da ciência e da cultura” (BRASIL, 2012, Art. 4º).

Como modalidade da educação escolar, a EPT perpassa a Educação Básica e a Educação Superior, e constitui-se como edificadora de um novo paradigma de Educação Profissional, especializada na oferta da EPT com especificidades e particularidades na formação profissional ofertada e de suas práticas científica, tecnológica e humanística.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) apontam a perspectiva da Formação Humana e Integral, conforme explicitado no artigo 5º da Resolução CNE/CEB n. 02/2012, que considera o ensino médio em todas as suas formas de oferta e organização, e baseia-se em: I – formação integral do estudante; II – trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente e ainda:

[...] § 1º O trabalho é conceituado na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência. § 2º A ciência é conceituada como o conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade. § 3º A tecnologia é conceituada como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levaram a ser produzida. § 4º A cultura é conceituada como o processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade (BRASIL, 2012).

O Ensino Médio integrado à Educação Profissional é um projeto baseado no trabalho, ciência e cultura, que deve superar o impasse histórico relacionado ao papel da escola de “[...] formar para cidadania ou para o trabalho produtivo e, assim, o dilema de um currículo voltado para as humanidades ou para ciências tecnológicas” (RAMOS, 2005, p. 106).

Nessa concepção entende-se que, no que diz respeito ao seu aspecto formal, a resolução tem possibilidade de atender a uma educação voltada para o mundo do trabalho, e para formação humana integral. Vale ressaltar a relevância desse documento ao assumir entre seus princípios:

Art. 6º São princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante; II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional; III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular; IV - articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico; V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem; VI - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem; VII - interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular [...] (BRASIL, 2012).

Face ao contexto apresentado, faz-se necessário enfatizar que o EMI tem o seu currículo estruturado a partir de três pilares fundamentais que se inter-relacionam, sendo eles: o Trabalho como Princípio Educativo, a Politecnia e a Formação Omnilateral. A partir dessas categorias o EMI tem como horizonte superar a dualidade histórica da educação, que separa o trabalho manual do trabalho intelectual.

Para Ciavatta (2005, p. 84) não se pode separar a educação geral (formação humanística) da educação profissional (formação técnica):

No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior.

Tendo em vista a articulação do Ensino Médio com a Educação Profissional, a Formação Humana Integral ou Omnilateral se constitui como formação mediada pelos eixos da ciência, da cultura e do trabalho, voltados para a aprendizagem e desenvolvimento nos estudantes da integralidade do ser e do pensar, da capacidade de intervir na realidade de forma significativa, em especial nos processos produtivos dentro do mundo do trabalho.

Esse modelo de educação advoga que o homem tem a possibilidade não só de reconhecer as bases da desigualdade social, mas também de intervir na sociedade de forma orgânica e transformadora e, desse modo, estabelecer uma forma de vida social e cooperativa, diferente daquela fundada pelo sistema capitalista, marcada pela desigualdade social.

Já a Politecnia, outro pilar da EPTNM, é assim definida por Saviani (2003, p.140):

A Politécnica diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica. Por quê? Supõe-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, da sua essência.

O domínio dos fundamentos ou dos princípios da formação politécnica visa propiciar ao trabalhador um desenvolvimento multilateral que lhe permita estabelecer a relação entre todos os aspectos da prática produtiva instaurada pelos atuais padrões de organização e divisão do trabalho.

De acordo com Ciavatta (2014), a educação integrada pressupõe o trabalho como princípio educativo por compreender o trabalho como atividade ontológica, estruturante do ser social, como um valor intrínseco à vida humana e ao conhecimento, que ele proporciona com a natureza e com os demais. Nesse sentido, o trabalho “[...] vincula-se, então, à própria forma de ser dos seres humanos. Somos parte da natureza e dependemos dela para reproduzir a nossa vida. E é pela ação vital do trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 2).

A contribuição do trabalho pode ser definida em um sentido duplo, como afirma Ramos (2014, p. 8):

Na base da construção de um projeto unitário de ensino médio que, conquanto reconhece e valoriza o diverso, supera a dualidade histórica entre formação básica e formação profissional, deve estar, portanto, a compreensão do trabalho no seu duplo sentido: a) ontológico, como práxis humana e, então, como a forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens e, assim, produz conhecimentos; b) histórico, que no sistema capitalista se transforma em trabalho assalariado ou fator econômico, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo; portanto, como categoria econômica e práxis diretamente produtiva.

Dessa forma, tanto o trabalho quanto a educação “[...] são dimensões centrais da vida, e, por isso, são direitos sociais e subjetivos” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2010, p. 11). Para a consolidação de uma estrutura educacional, em especial no EPTNM, que contemple uma formação humana e integral, são grandes os desafios, pois é preciso romper com a educação que forma para o mercado de trabalho e assumir uma nova forma de organização escolar que contemple conhecimentos gerais e específicos.

Esses pilares denotam a importância de um ensino integral diante de uma sociedade separada em classes sociais, realidade que demanda um ensino que contenha elementos de uma sociedade justa, humana e igualitária.

A EPTNM, mesmo que ainda apresente algumas insuficiências, tanto de natureza teórica quanto prática, pois se trata de um projeto em construção, sem dúvida já representa uma conquista formal que “[...] pode constituir-se numa modalidade e espaço de travessia para aqueles jovens da classe trabalhadora que têm pressa, por necessidade vital, de se integrar dignamente no processo produtivo” (FRIGOTTO, 2018, p. 58).

Isso porque, essa concepção de ensino implica uma formação profissional que tem como horizonte a própria prática social consciente, contrária, portanto, a um modelo de educação profissional que substitui formação por treinamento e instrução e legitima uma prática social limitada, destinada a formar mão de obra (barata) para o mercado de trabalho e não profissionais cidadãos.

Em contraposição a esse modelo, que mais deforma do que forma, Frigotto (2018, p.59), caracteriza que um modelo integrado de educação se constitui de:

[...] um duplo e concomitante vínculo: de integração orgânica com a educação básica e com políticas de geração de emprego e renda. A expectativa social mais ampla é de que se possa avançar na afirmação da educação básica unitária e, portanto, não dualista, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e democracia efetivas.

O ensino que integra organicamente a educação geral e educação específica é uma perspectiva de educação básica de nível médio, bem como de formação para o mundo do trabalho que pleiteia a construção de uma sociedade democrática, onde os sujeitos têm a capacidade de produzir de forma autônoma e reconhecer o sentido do seu trabalho e do seu tempo livre.

Trata-se, dessa forma, de uma educação que busca competências gerais e técnicas, mas, sobretudo, de comportamentos e valores que permitam que os sujeitos adquiram habilidades e competências que respondam ao seu desenvolvimento social e profissional.

Monasta (2010, p. 12) demonstra sua inquietação acerca do poder ideológico que subtrai à ciência e à cultura o potencial político e pedagógico, domestica as consciências e impõe a fragmentação disciplinar:

A utilização ideológica da cultura e da ciência, muitas vezes, leva à “neutralização” dos efeitos educativos e políticos do desenvolvimento cultural e à “justificativa” do poder político por meio de teorias domesticadas que, por isso, podem ser definidas

como “ideologias”. É difícil definir a totalidade dessa “educação” quando se opera a tradicional desintegração entre as disciplinas e os campos de investigação cultural, considerando que a educação segue paralelamente ao crescimento das crianças e de sua escolarização, desde o jardim de infância à universidade.

Os sujeitos estão condicionados à convivência, aos processos, à natureza, inserindo-se em um contexto social e histórico, vinculados às suas condições sociais e econômicas de produção. Para Marx, como destaca Manacorda (1996), a associação entre educação e trabalho não deve ser identificada com um trabalho meramente artesanal, nem como uma prática ainda reproduzida em escolas, onde há claramente uma ruptura do trabalho com a educação geral.

De acordo com Ciavatta (2014, p. 197-198), a formação integrada significa mais do que uma forma de articulação entre Ensino Médio e Educação Profissional, pois:

[...] ela busca recuperar, no atual contexto histórico e sob uma específica de correlação de forças entre as classes, a concepção de educação politécnica, de educação *omnilateral* e de escola unitária, que esteve na disputa por uma nova LDB na década de 1980 e que foi perdida na aprovação da Lei n. 9.394/96. Assim, essa expressão também se relaciona com a luta pela superação do dualismo estrutural.

Nesse sentido, integrar o Ensino Médio à Educação Profissional significa compreender o ensino médio numa perspectiva em que o processo formativo contemple de forma indissolúvel as dimensões estruturantes da vida, tais como trabalho, ciência e cultura, possibilitando assim que essa integração se dê como possibilidade de formar sujeitos autônomos, cidadãos conscientes e indivíduos sociais comprometidos com o bem comum.

Profissionalizar sem formar para a cidadania significa produzir trabalhadores sem perspectiva de vida, destinados à conformação e a reproduzir relações sociais de desigualdade. Significa dizer que ao tempo em que se concebe a oferta do ensino médio articulado com a educação profissional, também é possível uma educação integrada que possibilita uma visão ampla do contexto social, das ciências, em vista da apreensão da totalidade do conhecimento.

Não se pode conhecer a essência analisando apenas parte de um todo, nem um conjunto de partes, pois desta forma seria criar um "universo" reduzido. Entende-se também que não se pode analisar o todo sem a dialética, pois a realidade seria estática sem o eterno movimento histórico. Integrar é formar sem dicotomia entre formação básica e geral, percebendo que o homem é antes de tudo um ser social.

Esse conhecimento como produção social exige um método que deve restabelecer as relações entre os conceitos e a realidade social. Nem aprender por aprender, nem reduzir o aprender aos limites do mero treinamento ou instrução profissional.

Portanto, pensar o Ensino Médio como uma formação humana integral, com uma base unitária, é pensar a educação a partir da práxis. É ir contra a lógica do mercado, que para melhor explorar a força de trabalho, legitima a dicotomia pensar e fazer. Os que fazem devem ser impedidos de pensar. Não se trata de tarefa fácil, mas é um desafio necessário, se queremos fazer a travessia para uma formação em que essa integração se constitua como base do processo formativo dos sujeitos, para uma educação politécnica no sentido de propiciar possibilidades e escolhas.

Conforme Pacheco (2010), podemos concluir que a escola, e tanto mais a modalidade da educação profissional é o espaço privilegiado de práticas educacionais integradoras: “[...] todos aqueles que interagem com educandos são educadores, cada um dentro da especificidade de sua tarefa. Professores, técnicos, funcionários etc. são todos trabalhadores em educação e suas atuações na escola devem ser integradas pedagogicamente, tendo o reconhecimento da escola enquanto ação educativa”.

Por mais enraizada que seja a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre formação profissional e formação geral, é na educação profissional que podemos encontrar o espaço mais fecundo para recuperar tanto a dimensão educativa do trabalho quanto a práxis que deve fundamentar a educação. Antunes (2009, p. 145) afirma a importância fundante do trabalho para a constituição do homem como ser social:

O trabalho, portanto, configura-se como protoforma da práxis social, como momento fundante, categoria originária, onde os nexos entre causalidade e teleologia se desenvolvem de modo substancialmente novo: trabalho, como categoria de mediação, permite o salto ontológico entre os seres anteriores e o ser que se torna social [...].

A Educação Profissional é um espaço possível e aberto que pode contribuir para superar a visão estreita, tecnicista, que tenta reduzir essa prática educativa à qualificação para o mercado de trabalho. Não há contradição ou relação de exclusão entre qualificação técnica e formação integral.

Segundo Gadotti (2012, p. 48), fundamentado na concepção de Marx, “[...] educador e educando educam-se juntos na práxis revolucionária, por intermédio do mundo que transformam [...]”. Por meio da categoria trabalho e da explicitação teórica e prática de seu sentido ontológico o educador pode alargar a compreensão da práxis humana em sua dimensão histórica, política, ética, científica, técnica e epistemológica.

Percebemos, pois, que essa travessia, ou seja, a passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade, exige a recuperação do sentido do trabalho como mediação ontológica

fundamental para a constituição do ser social. Educar pelo trabalho é caminho de humanização e de superação das formas de controle e de exploração que a produção capitalista exerce sobre o trabalho. Conforme Arraias Neto (2014, p. 40), “[...] a educação deverá basear-se num enfoque humanista radical que inclua a compreensão crítica do atual modo de produção sob controle do capital e das formas e caminhos de sua superação”.

O sistema de metabolismo social do capital, sistema de crescimento e aglutinação do capital pelo capital, afetando todas as relações do ser social, transformando-as em relação social de produção, se dá por sua finalidade essencial que, conforme Antunes (2009, p. 23), é “[...] expandir constantemente o valor da troca, na qual todos os demais - desde as mais básicas e mais íntimas necessidades dos indivíduos até as mais variadas necessidades de produção, materiais e culturais devem estar criticamente subordinados”.

Ao integrar conhecimentos gerais e trabalho, a educação não está relacionada somente às dimensões dos métodos pedagógicos, mas também à concepção dos processos sociais e educativos mais amplos, o que a torna um processo feito de contradições e conflitos, sobretudo em razão do antagonismo fundamental do modo de produção capitalista, que se manifesta na luta permanente entre capital e trabalho.

Numa sociedade de classes é impossível uma educação neutra. O trabalho como princípio educativo é a base para a formação emancipatória, para a formação de sujeitos sociais autônomos e críticos. Reconhecer e explicitar esse princípio educativo do trabalho é explicitar que em todo trabalho do ser social, do artesanal ao mais tecnológico, está presente uma dimensão intelectual, como bem observa Gramsci, citado por Monasta (2010, p. 21):

A crítica à distinção tradicional entre o “trabalho manual” e o “trabalho intelectual” é um dos elementos mais importantes para a elaboração de uma nova teoria da educação. Segundo Gramsci, essa distinção é ideológica, na medida em que desvia a atenção das funções reais, no interior da vida social e produtiva, para os “aspectos técnicos” do trabalho. Em qualquer trabalho físico, até mesmo no mais degradante e mecânico, existe um mínimo de atividade intelectual.

A escola capitalista foi moldada, e não podia ser diferente, à imagem e semelhança da ideologia do mundo criado pela burguesia, pois para o capitalismo a formação do trabalhador deve ser realizada dentro de uma concepção pragmática, mecânica. A classe que vive da expropriação do trabalho não vê o trabalhador senão como força de trabalho para produzir mais-valia. Seria ingenuidade ou ignorância histórica esperar o menor movimento no sentido de uma formação geral e ampla de conferir ao trabalho um estatuto de princípio educativo.

De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) os desafios dessa mudança perpassam os seguintes aspectos: desconstrução dessa ideologia; mudança na organização do trabalho escolar e envolvimento da sociedade civil no processo de mudança. É necessário reconhecer que o poder do capital captura igualmente o trabalho e o mundo subjetivo do trabalhador. A subjetividade social da produção capitalista é o reverso do trabalho como princípio educativo. Sobre essa reversão deformadora muito nos esclarece a análise de Antunes e Alves (2004, p. 345):

Desde a sua origem, o modo capitalista de produção pressupõe um envolvimento operário, ou seja, formas de captura da subjetividade operária pelo capital, ou, mais precisamente, da sua subsunção à lógica do capital (observando que o termo “subsunção” não é meramente “submissão” ou “subordinação”, uma vez que possui um conteúdo dialético – mas é algo que precisa ser reiteradamente afirmado). O que muda é a forma de implicação do *elemento subjetivo* na produção do capital, que, sob o taylorismo/fordismo, ainda era meramente formal e com o toyotismo tende a ser real, com o capital buscando capturar a subjetividade operária de modo integral.

Com efeito, a nova base produtiva na perspectiva do capitalismo flexível adquire o caráter de uma exploração consensual, sempre numa relação desigual de forças, na qual a força (capitalista) que envolve e manipula as vontades dos sujeitos, não só subordina milhares de trabalhadores à produção, mas também aumenta o desemprego estrutural, terceirização do trabalho e crescimento da informalidade, precarizando o trabalho numa determinação mundial, exacerbando ao máximo a exploração do trabalho. Contra o pensamento que conforma a mente do trabalhador à lógica do capital é necessário, como assinala Frigotto (2009, p.74), trabalhar uma compreensão crítica e antagônica:

Ao contrário, o pensamento social crítico nos mostra que se trata de uma construção social que define a forma específica de nosso capitalismo dependente e subordinado. Uma sociedade cuja opção de desenvolvimento desigual e combinado pressupõe o analfabetismo, a escola dual com uma educação empobrecida para as massas, a informalidade e a desigualdade.

A premissa de que o trabalho é a categoria fundante do ser social implica ser ele, o trabalho, o ponto de partida para a humanização do ser. Nesse contexto, a educação precisa ter como objetivo maior proporcionar a capacitação subjetiva e reflexiva, preocupada em questionar criticamente a realidade numa perspectiva de emancipação social, combatendo a regressão dos sentidos e a paralisia de pensamentos que levam à alienação tanto social quanto política.

Quando se fala em desafios educacionais, entende-se que estes são aspectos que estão situados entre as intenções que os sujeitos têm e os objetivos que querem alcançar, ou seja, os desafios políticos e sociais dentro de uma organização institucional do Estado. A escola como um aparelho do estado, ao tempo em que é um espaço privilegiado para as transformações sociais, é também o lugar de contradições por seus aspectos ligados à separação entre educação propedêutica e formação para o trabalho, que bloqueia os avanços das lutas pela emancipação dos sujeitos.

Ramos (2014, p. 18) aponta que o ensino brasileiro tem como uma característica fundamental uma estrutura de formação dual, em que para as classes subalternas basta a formação profissional, reservando para as classes dominantes o privilégio da educação propedêutica:

[...] no Brasil os sistemas se organizam com tipos de formações diferenciadas. No caso dos filhos da classe trabalhadora desde cedo todos têm que se preocupar com a produção material da existência, e por isso, não podem perder tempo na escola situação essa que precisa ser superada e não reproduzida.

Uma concepção de educação a partir do trabalho como princípio educativo compreende a necessidade de um indivíduo manter uma relação ativa com a realidade social, no sentido de realizar atividades que acentuem a inter-relação entre pensamento e atividade prática, como garantia de afirmação do constitutivo social do conhecimento. De acordo com Correa, Rodrigues e Lima (2018, p. 89):

[...] a autoprodução do ser social só é possível na medida em que os homens singulares entram em determinadas relações de produção uns com os outros. Dessa forma, o trabalho é o elemento mediador que está na base da constituição concomitante do homem singular e da sociedade, de modo que a relação indivíduo-sociedade é uma relação de autodeterminação.

Portanto, pensando a educação profissional numa perspectiva da práxis social, significa conceber o homem como ser genérico e individual, em que sua ação profissional ganha importância na medida em que esta se mostra consciente, reflexiva e criativa. Em linhas gerais, a educação deve, acima de tudo, alicerçar-se na perspectiva da formação do homem em todas as suas relações, a fim de construir meios que possibilitem a leitura crítica do mundo concreto, com a intenção de romper com a alienação, o imediatismo e o conservadorismo. Essa compreensão integrativa é acentuada por Moura (2007, p. 22), como destacamos a seguir:

Compreende-se que uma prática pedagógica significativa decorre da necessidade de uma reflexão sobre o mundo do trabalho, da cultura desse trabalho, das correlações de força existentes, dos saberes construídos a partir do trabalho e das relações sociais que se estabelecem na produção. Essa reflexão sobre o trabalho como princípio educativo deve constituir-se em um movimento na busca da unidade teoria e prática, e consequentemente na superação da divisão capital/trabalho - uma utopia necessária.

O ensino e a aprendizagem devem ser pensados a partir da reflexão sobre o mundo do trabalho. Os conhecimentos das ciências, da cultura e da sociedade ganham maior significado quando a prática pedagógica assume um comprometimento ético-político com a transformação social. Trata-se aí, como bem caracteriza Gadotti (2012, p. 109), de superar a compreensão unilateral e reducionista do homem e da sociedade:

[...] contra os reducionismos e a visão unidimensional do homem, será preciso mostrar um homem por inteiro, com seus desejos, será preciso mostrar um homem por inteiro, com seus desejos, seus instintos, mas, igualmente com suas limitações, seus determinismos, com um corpo, uma inteligência e uma vontade.

Como garantia de uma nova formação, a prática educativa deve mobilizar os sujeitos da aprendizagem, buscando explicitar a dimensão social que integra a relação entre sujeito e objeto. A aprendizagem só se efetiva quando o sujeito se apropria subjetivamente do conhecimento como processo. O sujeito que conhece, não conhece sozinho, porque ele mesmo é sempre um sujeito social. Tomar consciência desse processo é qualificar o sujeito para enfrentar as contradições e adversidades de relações sociais marcadas pela continuada e crescente desigualdade produzida pelo sistema do capital. O trabalho educativo, como assinala Ciavatta (2014, p. 197), não pode desconhecer esse mar de adversidades:

As condições de vida são adversas, as relações de trabalho são dominadas pelo poder hegemônico do capital, a educação não está universalizada em acesso e em qualidade para toda a população; a ideologização crescente da educação subsumida ao consumo e ao mercado de trabalho torna ambíguo o conceito de qualidade da educação, e é incipiente a participação da população na reivindicação de um sistema educacional público, gratuito e de qualidade para todos.

Assim, a educação deve conceber um ensino voltado para concepção do homem como ser social e histórico, cuja sua consciência, em última análise, é determinada pelo processo produtivo que, inevitavelmente, reveste-se de forças que alienam esse ser, pois como afirma Marx (1983, p. 24), “[...] não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu *ser social* (grifo nosso) que, inversamente, determina a sua consciência [...]”.

De acordo com Arraias Neto (2014, p. 40), não há saída para um projeto de educação integral e emancipatório fora da práxis:

O processo educacional e político necessário a que se atinja o patamar de consciência social deverá levar para além da organização social burocrática e pragmática vigente e, por igual, irá além do modelo educativo atual centrado na escola e no dualismo do ensino profissionalizante e propedêutico, Vinculando escola e movimentos sócias, trabalho e educação, estudando os processos sociais e aprendendo em suas práticas, a educação tornar-se-á uma pratica social efetivamente articulada com a produção e reprodução da vida social, desenvolvendo o que Gramsci chamava de Teoria da Práxis.

Portanto, é necessário admitir que os limites da educação escolar é um espaço necessário, indispensável, mas ainda assim insuficiente para objetivar as relações ontológicas entre trabalho e educação, entre educação profissional técnica de nível médio e formação geral. A escola não pode ser pensada separada das relações sociais em que se insere. No capitalismo, essas relações serão sempre antagônicas.

Ademais, um desafio pedagógico e político que se impõe, é o de promover, tendo por base a categoria trabalho, um regime de cooperação interdisciplinar, entre a tradição técnica e científica e a tradição dos saberes das humanidades. Não se trata de um desafio menor, que pode se constituir num campo fecundo para discutir alternativas em vista da emancipação humana e da necessária superação da ordem do capital.

3 CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

Em termos metodológicos este estudo pauta-se em pesquisa de campo. Os dados empíricos foram coletados por meio de formulários impressos e de entrevista semiestruturada (MINAYO, 2010). Não há como separar o homem da sociedade, uma vez que suas necessidades e ações são socialmente condicionadas. O homem, mesmo que não tenha consciência dessa relação, é também o meio onde vive. Se vive em meio a relações capitalistas, essas relações condicionam igualmente o homem e a sociedade (GADOTTI, 2012).

A metodologia da pesquisa é um caminho racional e sistemático na busca de conhecer novos horizontes de conhecimento. Ela “[...] refere-se ao processo de produção do próprio conhecimento científico, atividade epistemológica de apreensão do real; ao mesmo tempo, refere-se igualmente ao conjunto de processos de estudo, de pesquisa e de reflexão que caracterizam a vida intelectual do estudante” (SEVERINO, 2007, p.17-18).

Assim, nesse capítulo, descrevemos os processos de estudo que nortearam o percurso dessa pesquisa. O referencial teórico-metodológico adotado, a caracterização do local em que ocorreu a investigação e, ainda os sujeitos participantes.

3.1 Local de estudo

A pesquisa realizou-se no Campus Manaus Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM. Seu objetivo foi investigar o campo de atuação do trabalho educativo do Assistente de Alunos no contexto da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade Integrada. Essa investigação, agora transformada em dissertação, não se limitou a um levantamento técnico, meramente descritivo sobre a atuação desses profissionais. Os próprios relatos, ricos e carregados pelas experiências narradas, nos obrigaram a elaborar uma análise mais ampla, mesmo que submetida a categorias de compreensão, de constitutivos de natureza pessoal e social vivenciados no processo da entrevista.

Ainda que por nós elaborado em sua escritura, esse trabalho não é trabalho apenas de um sujeito pesquisador, Rosenira Monteiro da Costa Oliveira, mas na verdade – e fazemos questão de registrar esse reconhecimento – de nove pesquisadores, porque os oito Assistentes de Alunos pesquisados são igualmente sujeitos dessa pesquisa. Cada um com sua rica experiência, impossível de ser inteiramente contemplada nos limites dessa pesquisa.

O IFAM Manaus atua desde 1909, quando então funcionava como Escola de Aprendizes Artífices e, hoje, com nova institucionalidade, abrange 17 municípios, sendo que dois ainda em processo de implantação. De acordo com o PDI 2019-2023 (IFAM, 2019), o

IFAM atua nos seguintes municípios, conforme figura 1: Manaus (são três *campi*: Manaus Centro, Manaus Distrito Industrial e Manaus Zona Leste), Coari, Lábrea, Maués, Manacapuru, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Humaitá, Eirunepé, Itacoatiara, Tefé, Boca do Acre além de um *campus* Avançado de Manacapuru e um Centro de Referência no município de Iranduba.

FIGURA 1 – Municípios de atuação do IFAM



Fonte: IFAM, 2019

O atual prédio onde funciona o *Campus* Manaus Centro foi inaugurado em 10 de novembro de 1941. Em 1942 passou a ser chamado de Escola Técnica de Manaus. Em 1959 foi denominada Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM). Em 2001, junto às demais escolas técnicas do Brasil, foi transformada em Centros Federais de Educação Tecnológica, passando então a oferecer cursos superiores de tecnologia e licenciaturas e, a partir da criação dos IF's em 2008, passou a ser chamada de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – *Campus* Manaus Centro.

Os cursos de EMI ofertados pelo CMC são: Meio Ambiente, Química, Eletrotécnica, Informática, Mecânica, Segurança do Trabalho e Edificações. Esses cursos podem ser ofertados das seguintes formas e modalidades: Forma integrada, Forma subsequente, Forma concomitante, na modalidade EJA e a Especialização Técnica de Nível Médio. Assim, o campo de atuação do Assistente de Alunos abarca todos esses cursos e modalidades, uma vez que a assistência é um processo de inter-relacionamento pessoal e dialógico que perpassa todo o

espaço da Instituição, onde o diálogo precisa ser um aspecto presente na atuação desses profissionais.

3.2 Tipologia da pesquisa

A discussão proposta pela presente pesquisa visa investigar o trabalho educativo do Assistente de Aluno, suas atribuições, o que inclui a discussão sobre sua identidade profissional, a questão do reconhecimento e da valorização do seu trabalho, no contexto da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade Integrada. A pesquisa situa-se na Linha 02 do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, que se ocupa da “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em EPT”, que trata dos processos de concepção e organização do espaço pedagógico na EPT, com foco nas estratégias transversais e multidisciplinares, que possibilitam a formação integral e significativa do estudante, com fundamento no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, em espaços formais e não formais.

Dentro da Linha 02 a pesquisa está direcionada ao Macroprojeto seis, que trata da “Organização de Espaços Pedagógicos na EPT”, abrigando projetos que trabalham questões relacionadas à organização e planejamento de espaços pedagógicos, formais e não formais, da pesquisa, do ensino, da extensão e da gestão da EPT, sob o olhar investigativo de suas relações e suas interlocuções com o mundo do trabalho e os movimentos sociais.

A partir das atribuições dos Assistentes de Alunos em seu fazer profissional, a pesquisa procura compreender a organização e o planejamento do seu trabalho no espaço pedagógico da EPT, bem como sua identidade, na medida em que os sentimentos de pertença, de reconhecimento e de valorização coletiva da sua prática são questões traduzidas em suas falas.

A abordagem é qualitativa, pois visa à exploração dos fenômenos do objeto de estudo para tentar entender as relações e as mudanças significativas para o desenvolvimento do problema, aspectos que consideramos relevantes e impossíveis de serem compreendidos sob a ótica da quantificação. Ainda que necessária e muito valorizada pelo paradigma positivista, a quantificação não tem como dar conta de relações sociais, e menos ainda do mundo da subjetividade.

Para Minayo (2010, p. 42), “o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é o próprio dinamismo individual e coletivo com toda a riqueza de significados que transborda dela [...]”. Assim, o sujeito neste tipo de abordagem é visto através de um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que

corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Em razão do fenômeno estudado ter como natureza a sua inserção em contextos sociais, e ainda por apresentar situações ainda não tematizadas, conforme levantamento que fizemos, sem encontrar pesquisas já feitas ou em andamento sobre o tema aqui problematizado, tivemos que recorrer à pesquisa de campo, mediação que nos possibilitou – mesmo num universo delimitado em oito Assistentes de Alunos – abrir vias cognitivas de compreensão sobre essa categoria profissional: sua atuação numa instituição educativa, suas atribuições, o sentido do trabalho que realiza, a questão da valorização e do reconhecimento, suas demandas e aspirações.

Esse caminho, porque afinal a palavra método em sua raiz grega significa caminho, nos mostrou a diferença entre o caminho apontado e o caminho percorrido. Uma coisa é indicar, por exemplo, para aqui marcar nossa descendência do povo mura, o caminho de Manaus a Autazes, terra mura de procedência de nossa mãe, outra coisa é fazer o caminho até lá, seja de canoa, de motor de linha ou de carro. Para quem pesquisa não há propriamente um caminho feito. Daí a rica compreensão da pesquisa como princípio pedagógico.

Um outro aspecto que aqui desejamos ressaltar é o de que a realidade tem sempre precedência sobre a pesquisa, seja qual for sua modalidade: qualitativa, quantitativa, fenomenológica, dialética. Esse princípio fundamental obriga o pesquisador a não reduzir o objeto da pesquisa a categorias previamente estabelecidas ou a esquemas já prontos. Hoje, movidos pela pressa e prazos, muitas pesquisas terminam por falar mais do pesquisador do que propriamente do universo pesquisado. Pesquisa, reflexão e paciência sempre devem caminhar juntas.

A pesquisa de campo é uma atividade de compreensão e de explicação da práxis dos grupos sociais por eles mesmos, com ou sem especialistas em ciências humanas e sociais práticas, visualizando a prática como forma de promover sua melhoria. Ainda que na pesquisa de campo, como observa Minayo (2010, p. 202), “os sujeitos/objetos de investigação, primeiramente, são construídos teoricamente enquanto componentes do *objeto de estudo*” não significa que essa construção teórica não venha a ser questionada ao ser confrontada com o objeto da pesquisa.

Assim, a escolha da pesquisa de campo justifica-se ao considerar sua capacidade de possibilitar diálogo com os agentes envolvidos na pesquisa, inclusive o pesquisador, por promover a troca de saberes e mobilizar sua participação, favorecendo a análise dos problemas e a tomada de decisões de forma dinâmica e coletiva.

A análise da atuação do Assistente de Alunos realizou-se por meio de um levantamento documental, tendo como referência a LDB, nº 9.394/96; as DCNEPTNM, Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012; Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, entre outros.

De acordo com Pádua (1997, p. 62), “a pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados) [...]”. A pesquisa documental é amplamente utilizada nas ciências sociais como meio de descrever e comparar fatos sociais, levando em conta suas características e implicações.

3.3 Técnica da pesquisa

O procedimento da coleta de dados foi baseado no formulário impresso e na entrevista semiestruturada, possibilitando o diálogo e tendo como uma das vantagens a flexibilidade, tanto por parte do pesquisador como pelos participantes. De acordo com Ribeiro (2008, p.141), na entrevista o pesquisador pode “obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações [...]”.

Em razão desse procedimento, a entrevista não somente pode gerar informações que permitem explorar o problema de pesquisa proposto, mas também, como salienta Richardson (1999, p. 2007), “[...] permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas” propiciando uma comunicação bilateral.

Quadro 1 - Eixos temáticos da entrevista

EIXOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	CATEGORIAS
Bases e fundamentos da Educação Profissional e tecnológica	1) Para você o que é educação profissional e tecnológica? 2) O que você entende por trabalho como princípio educativo, formação humana integral e politecnia?	Mercado de trabalho Educação Profissional e tecnológica
Trabalho formativo	3) Quais as atividades que realiza como Assistente de Aluno? 4) Quais os desafios para a realização das atividades?	Discriminação Relacionamento interpessoal Regulamentação da profissão
Expectativas e projeções do trabalho	5) Quais cursos de formação você participou no IFAM? 6) O trabalho que realiza atende em que medida suas expectativas profissionais e pessoais?	Qualificação profissional

Fonte: Produção da pesquisadora, 2020.

As entrevistas duraram em média de 25 a 40 minutos para cada participante, considerando que o horário foi previamente combinado com cada um. As discussões foram gravadas para facilitar a transcrição das falas dos participantes.

3.4 Análise de dados

A análise e o tratamento das informações coletadas foram fundamentados na Análise de Conteúdo que, de acordo com a concepção de Bardin (2011, p. 47), pode ser definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Bardin (2016, p. 123), afirma, ainda, que “nem todo o material de análise é susceptível de dar lugar a uma amostragem, e, nesse caso, mais vale abstermo-nos e reduzir o próprio universo (e, portanto, o alcance da análise) se este for demasiado importante”. Dessa forma, a presente pesquisa analisou os dados a partir de uma organização em torno de três etapas: 1) a pré-análise, 2) a exploração do material e 3) o tratamento dos resultados: inferência e interpretação. Assim, considera-se o cuidado redobrado acerca das opiniões dos sujeitos da pesquisa, bem como da organização pautada na ética e no rigor científico durante o processo de construção da investigação.

É preciso não subordinar todo esse movimento investigativo às exigências da busca dos objetivos da investigação que limita a realidade a fatos objetivos mensuráveis. Isso porque a articulação das técnicas não depende apenas do seu domínio técnico e teórico por parte do pesquisador e, sim, envolve a compreensão do espaço onde se dará a pesquisa, dos seus sujeitos e do reconhecimento de suas representações e que tenha uma sólida base teórica que possibilite conceber as informações coletadas dentro de um quadro de referências. Esses elementos permitem lançar um olhar para além do que está sendo revelado, ao considerar os aspectos objetivos e subjetivos da realidade (MINAYO, 2010).

Desse modo, a análise dos dados a partir da análise de conteúdo foi direcionada à questão que fundamenta pesquisa “como vem sendo construído o trabalho educativo do Assistente de Alunos no contexto da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade Integrada?” As fases da análise de conteúdo, de acordo com Bardin (2016) e no contexto do presente estudo, foram desenvolvidas da seguinte forma:

Para a pré-análise dos dados, foram utilizadas as falas transcritas dos Assistentes de Alunos (oito sujeitos) como referencial empírico, balizadas pelos documentos oficiais que legislam a Educação Profissional e Tecnológica e pelo referencial teórico que fundamenta a temática (o *corpus* da pesquisa). Todos esses elementos passaram pelos critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência quanto ao fenômeno estudado.

Nessa direção, na fase correspondente à exploração do material acima delineado (fase de codificação e aplicação das decisões), partiu-se para criação dos Eixos temáticos que são: Bases e fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica; Trabalho Formativo e; Expectativas e Projeções do Trabalho, tendo como base as respostas às questões da entrevista agrupadas de acordo com cada Eixo Temático, como demonstrado no quadro 1. Por consequência, foram destacadas as categorias de análise para a compreensão e codificação das falas dos sujeitos, a saber: Mercado de Trabalho e Educação Profissional; Discriminação, Relacionamento Interpessoal, Regulamentação da Profissão e; Qualificação Profissional.

De acordo com Bardin (2016, p. 131), essa fase corresponde à exploração do material que “[...] consiste essencialmente em operações de decodificação, decomposição ou enumeração em função de regras previamente formuladas”. Considerando a orientação de Moraes (1999), ao trabalhar os dados coletados, durante a criação das categorias de análise e de contexto foram tomados os devidos cuidados para não transmutar os significados reais das falas dos sujeitos.

Na última fase da análise de conteúdo, o tratamento dos resultados, partimos para as inferências e interpretações dos resultados do estudo. Para tanto, os dados brutos foram tratados com a finalidade de adquirir o necessário conteúdo significativo, sobretudo a partir do carácter descritivo dos elementos trazidos pelas mensagens, sendo analisados em seus conteúdos manifestos e latentes. Muitas vezes o não dito ou apenas sugerido tem tanto ou mais significado quanto o que foi manifestado. Vale enfatizar que essas categorias de análise surgiram das falas dos sujeitos a partir do exaustivo processo de confrontação do material empírico com o material teórico.

3.5 Participantes do estudo

No IFAM Campus Centro existem 16 (dezesesseis) servidores efetivos no cargo de Assistente de Alunos. Entretanto 10 (dez) não estão exercendo essa função, pois estão prestando serviço em outras ocupações. Inicialmente pretendia-se excluir desse universo amostral os servidores que não estivessem exercendo a função dentro de suas atribuições como Assistente

de Alunos; Depois, verificamos também a importância de dá notoriedade aos mesmos, haja vista ser bem maior o número dos que estavam em outras atividades administrativas. Dos 10 (dez) no exercício de outras funções, 2 (dois) aceitaram participar da pesquisa, compondo, assim, um universo de 8 (oito) Pesquisados, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 - Representação da nomenclatura dos sujeitos na análise e discussão dos resultados.

Participantes	Nome fictício
Assistente de Alunos 1	Pesquisado 1
Assistente de Alunos 2	Pesquisado 2
Assistente de Alunos 3	Pesquisado 3
Assistente de Alunos 4	Pesquisado 4
Assistente de Alunos 5	Pesquisado 5
Assistente de Alunos 6	Pesquisado 6
Assistente de Alunos 7	Pesquisado 7
Assistente de Alunos 8	Pesquisado 8

Fonte: Produção da pesquisadora, 2020.

Os oito participantes realizaram admissão ao IFAM por meio de concurso público para o cargo de Assistente de Alunos. Suas idades variam entre 23 (vinte e três) e 52 (cinquenta e dois) anos, sendo 03 (três) do sexo feminino e 05 (cinco) do sexo masculino. Todos possuem formação de nível superior, alguns ainda estudando. Alguns possuem especialização na área da educação. O tempo de serviço varia entre 07(sete) e 05 (cinco) anos e 75% atuam no cargo de Assistente de Alunos e 25% estão desenvolvendo atividades em secretarias acadêmicas ou outras atividades administrativas.

Por se tratar de pesquisa com seres humanos e com a eventualidade de riscos aos participantes da pesquisa, que vão além da dimensão física, podendo ser também de caráter psicológico, intelectual e emocional, submetemos o projeto à Plataforma Brasil e tivemos o parecer aprovado, conforme anexo A.

Inicialmente, realizamos uma reunião para apresentação do projeto de pesquisa, explicitando com clareza a razão das questões e o objetivo da pesquisa e, principalmente, esclarecendo aos participantes como seria sua participação e sua liberdade de, a qualquer momento, retirar seu consentimento. Lemos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, esclarecendo as dúvidas e pedimos a autorização para a gravação da entrevista em áudio.

Durante o processo da entrevista, que ocorreu em horário e espaço previamente combinados com cada participante, buscamos utilizar uma linguagem clara e objetiva, criando um espaço para que os participantes da pesquisa pudessem se expressar sem receio ou constrangimento. Para garantia do sigilo da identidade dos participantes, criamos nomes fictícios, conforme o quadro 2. Os participantes são denominados de Pesquisados, de 1 a 8. A

pesquisadora assumiu a transcrição das entrevistas e as encaminhou para que cada Pesquisado lesse e assinasse, assegurando-lhes o anonimato das falas.

Durante a pesquisa, não evidenciamos nenhum receio por parte dos participantes. Nenhum solicitou interrupção da entrevista semiestruturada ou se negou a respondê-la. Verificamos que os participantes expuseram suas ideias sem medo ou vergonha, bem como não demonstraram qualquer tipo de constrangimento ou alteração de comportamento durante a entrevista.

4 ASSISTENTES DE ALUNOS E SUAS COMPREENSÕES SOBRE SEU TRABALHO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

O trabalho na sociedade contemporânea efetiva-se por meio do processo de produção do capital, onde o trabalho se reproduz pela apropriação de sua mão de obra em troca de um salário. Mas o trabalho não é somente a venda da sua força, é também, quando não submetido à alienação, o espaço da realização humana; é ato intencional que permite reconhecer os modos pelos quais o conhecimento se estrutura no interior da sua atividade. O trabalho de natureza formativa e educativa se consagra pelos valores éticos e estéticos que são criados na organização do seu fazer. Esses valores enriquecem a formação e afirmam a humanidade do trabalhador.

A formação no trabalho é construída a partir das atividades intencionais em que os saberes técnicos e os saberes teóricos relacionam-se mutuamente e revelam a capacidade do trabalhador em dar sentido ao que realiza, engajando-se com o resultado social de suas práticas laborais.

Tais percepções permitem caracterizar os termos existentes entre as competências e atribuições exigidas e as mobilizações das experiências vivenciadas no âmbito da prática profissional, em particular do profissional Assistente de Alunos, que foram os sujeitos da nossa pesquisa, aqui apresentada nessa dissertação. Nesse espaço nos dedicamos à discussão e análise da prática dos Assistentes de Alunos e suas compreensões sobre seu trabalho na EPTNM, com base nas entrevistas que fizemos durante a fase da pesquisa.

4.1 Percepções da Educação Profissional e Tecnológica

A discussão do eixo Percepções da Educação Profissional e Tecnológica permitiu identificar a compreensão dos Assistentes de Alunos acerca do sentido da EPT. Para tanto, tomamos como referência para construção da análise as seguintes questões: Para você, o que é educação profissional e tecnológica? O que você entende por trabalho como princípio educativo, formação humana integral e politecnia? A partir dos relatos colhidos nas entrevistas, selecionamos duas categorias como forma de objetivar o processo de compreensão: Mercado de Trabalho e Educação Profissional. Vale destacar que durante as entrevistas muitas questões foram surgindo, o que demandou de nós uma necessária e fecunda discussão. Muitas vezes,

num trabalho de pesquisa, a realidade do pesquisado, que é sempre um sujeito, surpreende os propósitos do pesquisador, obrigando-o a flexibilizar o que foi planejado.

Ao serem questionados sobre o que entendem por EPT, a maioria dos pesquisados revelou que essa modalidade de ensino é uma preparação para o mercado de trabalho, como se pode depreender das respostas a seguir:

[...] Eu acho que a educação profissional e tecnológica é alinhar conhecimentos padrão das escolas com um conhecimento a mais como, por exemplo, esses cursos técnicos aqui do IFAM que eles conseguem preparar as pessoas de uma forma mais ampla para já sair daqui com uma chance maior, com um conhecimento maior para adentrar no mercado de trabalho (Pesquisado 1).

Eu acho que a educação Profissional e tecnológica ela está voltada em capacitar as pessoas para o mercado de trabalho, né? Capacita para uma atuação profissional no mercado de trabalho [...] enquanto tecnológica eu acho que envolve questões de inovação, mas não precisam ser inovações muito surpreendentes, às vezes uma mudança de um botão, uma mudança de um modo de tratar de pensar já é uma inovação, né? Uma tecnologia é isso (Pesquisado 2).

Na fala do Pesquisado 1 vê-se que sua compreensão da educação profissional e tecnológica está centrada num processo de alinhamento entre “conhecimento padrão” com um “conhecimento a mais” (domínio técnico) como condição para ingressar no mercado de trabalho. Não ressalta a relação entre educação e vida. O conhecimento, portanto, deve ser orientado para qualificar as pessoas e, dessa forma, aumentar sua chance de ingressar no mercado de trabalho.

A fala do Pesquisado 2, mesmo sem uma elaboração mais objetiva, apresenta uma compreensão que aponta para os processos de inovação e para as exigências profissionais decorrentes da incorporação de novas tecnologias no âmbito da produção. Utiliza, por exemplo, a expressão tecnologia associada à “[...] uma mudança de botão, (porque) uma mudança de um modo de tratar de pensar já é uma inovação”. Ele relaciona a educação profissional com a qualificação para o mercado de trabalho, equiparando a palavra tecnológica à tecnologia, ao mesmo tempo em que, na explanação de sua ideia, expressa dúvida sobre o uso desses termos.

O Pesquisado 3 deu a seguinte resposta acerca dos objetivos da EPT: “é aquela que dá suporte para ingressar no mercado de trabalho de forma profissional, onde ele conhece todas as tecnologias que vai usar ao longo de sua profissão”. A fala do Pesquisado, ainda que parcialmente demonstre uma aproximação com os objetivos da EPT, ressalta mais uma vez a ideia de formação para o mercado de trabalho.

A seguinte fala, do Pesquisado 5, também expressa igual preocupação e correlação entre formação profissional e preparação para o mercado de trabalho. Um elemento importante a ser

ressaltado em sua resposta é o da globalização, com seus desafios, dando a entender que caberia à educação profissional e tecnológica fornecer as mediações necessárias para enfrentar e responder às demandas do mercado de trabalho num mundo globalizado. Tanto na fala desse pesquisado, cuja resposta mais completa reproduzimos abaixo, como na fala dos anteriores, notamos a ausência de uma compreensão crítica acerca da globalização promovida pelo capitalismo neoliberal e de seus efeitos, sempre perversos, sobre a vida e a educação:

Para mim uma educação profissional e tecnológica está relacionada a preparar os estudantes com a visão das demandas do mercado de trabalho atuais. Então principalmente no mundo globalizado que vivemos tem um papel muito preponderante a questão da tecnologia. Então a educação profissional e tecnológica seria fornecer ferramentas para que os alunos tenham domínio já com a profissão e introduzindo a vertente tecnológica dentro disso (Pesquisado 5).

Na visão do Pesquisado 4 e do Pesquisado 6, a EPT é voltada para o emprego da tecnologia vinculada ao domínio de uma profissão. O conteúdo da fala do Pesquisado 4, por exemplo, compreende a EPT como “aquela educação que engloba a parte profissional e a parte tecnológica. Elas são integradas, pois hoje ninguém vive mais sem o celular, os processos de industrialização, todos os ramos do mercado, eles têm a tecnologia envolvida”. Por sua vez, e nesse mesmo contexto compreensivo, o Pesquisado 8 nos deu a seguinte resposta: “o objetivo principal dos Institutos Federais é no sentido de formar para o mercado de trabalho. Criar uma mão de obra especializada”.

Podemos afirmar que as falas dos Pesquisados refletem uma compreensão de que a EPT se caracteriza por um modelo de ensino voltado em grande medida para o manejo de tecnologias, fornecendo ferramentas que propiciam ao aluno um aprendizado em que a valorização da técnica se sobrepõe aos valores que devem fundamentar uma formação integral, de forma que aprender uma profissão se limita ao campo técnico, ao uso de elementos tecnológicos, dissociando processo de aprendizagem e contexto social e reduzindo a complexidade do conhecimento às habilidades exigidas para o exercício da profissão. De forma geral, a compreensão dos Pesquisados reforça uma característica fundamental do trabalho submetido à lógica da produção capitalista e já tematizada por nós nessa dissertação: a dicotomia entre trabalho manual e trabalho teórico.

A análise das falas nos indica uma compreensão que dicotomiza Educação Profissional e relações sociais, como se a ciência experimental e a técnica contemporânea não procedessem das relações sociais capitalistas. A esse propósito, Ortega y Gasset (1987), ao criticar o que ele

denominava de “barbárie da especialização”, afirma que “a técnica contemporânea nasce da cópula entre o capitalismo e a ciência experimental” (p. 121).

Como se pode notar na fala do Pesquisado 5, a seguir descrita, há uma recepção quase naturalizada dos dispositivos tecnológicos: é necessário introduzir “[...] a vertente tecnológica dentro disso, pois hoje ninguém vive mais sem o celular, os processos de industrialização, todos os ramos do mercado, eles têm a tecnologia envolvida”. As palavras tecnologia e tecnológico parecem adquirir um sentido mágico, como se os produtos que resultam de sua intervenção tivessem um valor superior. Na educação esse efeito é sobretudo sentido: a EPT tende a ser vista como superior à concepção de educação integral por oferecer um ensino voltado para o uso de plataformas digitais, a utilização de robótica, a utilização de tablets, telefones, computadores, entre outros.

A partir dessa análise, é necessário fazer, semanticamente, a distinção entre as palavras “tecnologia” e “tecnológico”. De acordo com o Dicionário Aurélio, a palavra “Tecnologia” é um substantivo que significa um “Conjunto de conhecimentos, especialmente princípios científicos, que se aplicam a um determinado ramo de atividade”. Também indica “a totalidade desses conhecimentos”. Já a palavra tecnológica é um adjetivo que indica aquilo que é relativo à tecnologia. É tecnológico aquilo que porta a qualidade da tecnologia, que tem a sua chancela. É superior o que tem estatuto de tecnológico. Há algumas décadas um comercial televisivo, para garantir o valor de um tipo de cinto supostamente emagrecedor, anunciava: “não é feitiçaria, é tecnologia”.

Esses dados coletados também podem ser submetidos às considerações críticas de Moura (2014, p. 56) a respeito da função da Educação Tecnológica e de sua instrumentalização para atender às exigências da empregabilidade:

[...] evidentemente, não se nega a importância dos conhecimentos técnicos e tecnológicos inerentes à formação, mas não se restringe a esses. Assim, ratifica-se a importância da formação humana integral, omnilateral, na perspectiva da autonomia e da emancipação que vai tornar viável a inserção do país de forma autônoma nessa “outra globalização”.

Para compreender as respostas dos entrevistados, é importante considerar o atual contexto social, conforme discute Ramos (2014, p. 90) “na sociedade moderna a relação econômica vai se tornando fundamento da profissionalização. Mas sob a perspectiva da integração entre trabalho, ciência e cultura, a profissionalização se opõe à redução da formação para o mercado de trabalho”.

Considerando o que foi apresentado sobre a natureza da EPT, é necessário esclarecer que, segundo as DCNEPTNM, a EPT tem por finalidade precípua preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade, cujo ensino integra-se às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (BRASIL, 2012).

Segundo Ciavatta (2005, p. 14), “[...] se a educação de jovens e adultos não pode ser reduzida às necessidades estritas do mercado de trabalho, ela não pode ser alheia às necessidades de sobrevivência e às exigências da produção econômica, como campo de onde os sujeitos retiram meios de vida”. Significa dizer que as necessidades do mercado de trabalho não são desprezadas pela formação integral; pelo contrário, o que ocorre é que a EPT deve partir do princípio de que não é admissível uma educação que reduza a formação à preparação exclusivamente para atender aos interesses da produtividade.

Sob a perspectiva da formação humana e integral, a EPT deve promover um processo educacional íntegro, enraizado na omnilateralidade, em que metodologia e conhecimento, na forma e no conteúdo, contemplem as dimensões técnicas e formativas do indivíduo enquanto ser social. Somente uma formação dessa natureza pode gerar cidadania. Quando é formado pela medida da produção, para o mercado de trabalho, o indivíduo é impedido de produzir-se como produtor de si mesmo e da sociedade em que vive.

Para tanto, as formas de oferta do ensino devem ser pensadas e organizadas visando alcançar a população que necessita de uma formação adequada, constituída de suas dimensões técnica e humana. Fundamentada no trabalho como princípio educativo, a formação para o trabalho não é o mesmo que formar para o mercado de trabalho.

Ao confrontar essa compreensão com a orientação geral manifestada nas falas dos Pesquisados, percebemos o quanto a EPT tem que caminhar para que os profissionais Assistentes de Aluno sejam integrados ao espírito da formação integral. Dos oito pesquisados, apenas um, e de forma lateralizada, associou a EPT à necessidade de educar para a vida e para o mercado de trabalho. Das entrevistas, mesmo a considerar as entrelinhas, não se verificou a compreensão de que a EPT não exclui a formação técnica e nem a formação propedêutica.

Em relação aos IFs, vale lembrar que estas instituições se dedicam à oferta, não exclusivamente, da EPT integrada ao nível médio e, que, portanto, demandam um ensino organizado e planejado para atender à formação omnilateral do ser humano, tendo o trabalho como princípio educativo. A integração do ensino profissional e propedêutico ganha maior significado e objetividade nas observações de Ramos (2014, p. 18) a seguir reproduzidas:

Quando o sujeito chega ao ensino médio ou mesmo o adulto com uma trajetória regular, a relação entre conhecimento científico, no sentido amplo das diversas ciências, da produção, do trabalho e da divisão social do trabalho, adquire materialidade. Quando a educação profissional faz parte da formação no ensino médio, essa materialidade ainda se exacerba, porque ela se mostra de forma concreta. Ou seja, manifesta-se objetivamente por meio de um projeto, que é o projeto da profissão. Mas, mesmo que não aja com a educação profissional presente no ensino médio, nessa etapa da educação básica há a associação da relação com o trabalho, com a produção, com a divisão social da riqueza, por meio da preparação para ingresso no ensino superior ou de perspectivas múltiplas para o futuro.

A afirmação supra demonstra um novo contexto social em que a educação passa a ser pensada na perspectiva da classe trabalhadora. Como o nosso objetivo nesse espaço é o de discutir o caráter da EPT, e não propriamente sua concepção política e histórica, pode-se afirmar que esta modalidade de ensino é peculiar, com características e objetivos próprias e que, necessariamente, como em qualquer processo, demanda a participação dos agentes educativos como um todo.

Nessa perspectiva, foi feita aos pesquisados a seguinte indagação: O que você entende por trabalho como princípio educativo, formação humana integral e politecnia? Esta indagação acerca do tripé da Educação Profissional se faz necessária para conhecer qual a concepção dos sujeitos acerca dos princípios e fundamentos que norteiam a EPT.

Nas análises dos dados constatou-se o seguinte: o Pesquisado 1 limitou-se a responder não entendia nada sobre isso. Outro, o Pesquisado 2, respondeu:

Bem, embora o trabalho como princípio educativo aqui eu não consigo vislumbrar muito assim o que seria isso né? É, (pausa de três segundos) trabalho é trabalho né? (Risos) né? Dentro do IFAM trabalho é trabalho seja um trabalho administrativo, um trabalho técnico, um trabalho de docente, um trabalho é algo que traz sustento, traz aprendizado né? Aumenta a nossa rede de contado, nossos relacionamentos, vontade de crescimento, porque a gente vai conhecendo pessoas diferentes que tem outros saberes né? Então eu vejo tudo isso como trabalho.

Os relatos de outros Pesquisados, notadamente os Pesquisados 5 e 6, embora tenham dado respostas meio genéricas sobre o assunto, manifestando desconhecer os conceitos (tripé) da educação integral e sua relação com a EPT, conforme os relatos abaixo citados, ainda assim estabeleceram alguns níveis de relação entre trabalho e formação humana, reconhecendo a importância da teoria e da prática para o processo formativo. “Fundamental para a formação do ser humano”, conforme afirma o Pesquisado 5, o trabalho implica disciplina, “direitos e obrigações”. É igualmente digno de nota o que observa o Pesquisado 6, ao pensar o currículo a partir do estudo e da prática: “O currículo (em si) não faz um bom profissional”, exige “estudar e praticar”.

Entendendo que o trabalho como princípio educativo deve acontecer onde a instituição busca oferecer ferramentas para que os alunos atuem no mercado de trabalho. E que insira dentro desta aprendizagem tecnologia para atuarem no mercado de trabalho. A formação humana integral entende que é tentar fazer com que os alunos tenham essa aprendizagem completa, ou seja, além de ser uma aprendizagem intelectual, seja também para a prática da vida. Entendo o trabalho como princípio educativo é a questão de você trazer o conhecimento teórico para o dia a dia do aprendiz. O trabalho é fundamental para a formação do ser humano. O trabalho é uma realidade, faz parte da dimensão do ser humano. Por isso, penso que tem que ter disciplina, pois a vida em sociedade requer isso, pois não agimos com os nossos interesses, temos que conviver com restrições, com disciplina com outras pessoas que também têm direitos e obrigações. Eles devem aprender desde cedo que a vida em sociedade tem ônus e bônus (Pesquisado 5).

Dentro do trabalho você aprende muita coisa. Então, quando você faz algo você reforça o que aprendeu e quando você tem que fazer na prática e você vê os resultados, é massificante na questão da memória da vivência, isso é muito importante. Porque tem muita gente que fala assim: o currículo não faz um bom profissional. Não é só estudar, estudar, estudar. É estudar e praticar, isso dá um diferencial para o profissional que está no mercado. Entendo que a educação humana integral não é só conteúdo, é também a parte humana, a parte da vida em si, todas as questões integradas, o emocional, o cognitivo englobando tudo, acho muito importante (Pesquisado 6).

Os Pesquisados 7 e 8, acerca da mesma questão, deram respostas aproximativas: “[...] Eu não sou da área, mas eu suponho que a formação humana integral seja instruir o indivíduo em diversas áreas, além da área de exatas, as humanas também, dando noção para uma vida em sociedade mais adequada, mais tolerante também” (Pesquisado 7); “Acho que o trabalho como princípio educativo é o objetivo do curso técnico e tecnológico. Para as pessoas ingressarem no mercado de trabalho nessa área específica. A formação humana integral, no caso não apenas a educação, mas o comportamento da ética” (Pesquisado 8).

As respostas acima remetem à necessidade de pensar o potencial pedagógico da categoria trabalho, tanto a partir de sua centralidade para a compreensão do ser social, quanto de seu vínculo ontológico com a formação humana, conforme a explicitação apresentada por Ramos (2014, p. 22) e abaixo reproduzida:

[...] Estar no laboratório, na oficina de mecânica, no trabalho manual, trata-se de trabalho. Pensar nas relações sociais, nos direitos e entrar com elementos jurídicos da vida em sociedade, dá trabalho. Então não tem jeito. Qualquer questão apresentada se vincula à formação humana, pois traz o trabalho internamente. É que normalmente nós nos prendemos na questão do trabalho quando se fala da profissão, do emprego. Mas falar da produção da existência, em todos os sentidos, é falar de como o ser humano, como nós produzimos a nossa existência ao longo da história e em um dado tempo-espço histórico-social definido.

Sob esse fundamento ontológico, do trabalho como princípio educativo, a educação integral tem como objetivo criar e promover um paradigma formativo dialógico, de natureza interdisciplinar, em que o pensar e fazer humanos sejam compreendidos na unidade dialética entre teoria e prática (práxis). Somente por esse itinerário será possível superar a resistente dicotomia entre trabalho manual e trabalho teórico, como é a regra na sociedade de classes do modo de produção capitalista.

Desse modo, busca-se superar o dogmatismo tradicional da educação como instrução e transmissão mecânica de conhecimento, pois trata-se, agora, de conceber a educação como construção de mediações por meio das quais o ser social se afirma como produto e produtor das relações sociais. Assim concebida, como campo de construção do conhecimento que fomenta o desenvolvimento de atitudes investigativas, críticas e reflexivas, a educação gera a participação ativa e consciente do educando como sujeito histórico e produtor de conhecimento, contrariamente à formação para o mercado, que requer apenas consumidores passivos, jamais cidadãos críticos. Saviani (2007, p. 154) assinala, de forma precisa, o vínculo ontológico e histórico entre a produção e a formação do homem: “[...] a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo”.

Sob a perspectiva do materialismo histórico e dialético, a formação unilateral implica um desenvolvimento multilateral do ser humano, compreendendo aí o conceito de politecnia, cujo fundamento reside na combinação, conforme Marx e Engels (1983, p. 60) de “trabalho produtivo e educação”. A visão politécnica, mais do que incorporar princípios científicos ao trabalho produtivo, preocupa-se em qualificar o sujeito com as mediações críticas para poder intervir de forma transformadora na realidade. Assim as pessoas estariam aptas a compreender a atividade de trabalho com domínio do coletivo, tanto de sua organização quanto de seu funcionamento.

Em relação às análises das respostas dos servidores pesquisados, podemos ressaltar que a maioria dos profissionais Assistentes de Aluno apresenta uma compreensão parcial sobre a EPT, e isso pensamos que de algum modo interfere em sua prática profissional, pois, seguramente, se a instituição garantisse aos Assistentes de Alunos oportunidade de estudo sobre a natureza da EPT, eles poderiam, em seu quefazer, contribuir coletivamente para ampliar o espaço de compreensão sobre essa modalidade de educação.

4.2 Dimensões do Trabalho Formativo

Nesse eixo, sob o título de Dimensões do trabalho formativo, discutimos o processo de construção da identidade profissional dos Assistentes de Aluno a partir de sua prática no Instituto Federal, com base em categorias que emergiram de suas falas, a saber: discriminação, relacionamento interpessoal, regulamentação da profissão. As questões pertinentes a este eixo são: Quais as atividades que realiza como Assistente de Alunos? Quais os desafios para a realização das atividades?

Ao serem indagados acerca das atividades que realizam como Assistente de Alunos, ressaltamos, por exemplo, as três respostas abaixo reproduzidas, sobre as quais, em seguida, tecemos algumas considerações de natureza analítica:

A importância do trabalho de assistente de aluno seria não ficar ali como um guarda, um policial, que não pode isso, não pode aquilo, essa meia? Esse sapato? Essa blusa? etc. Gente tudo isso é uma fase né? Todo mundo já foi adolescente, é uma fase, a gente tem que ter paciência e tentar só conscientizar o aluno: olha, agora é hora de estudar, vá lá para sua sala, presta atenção, respeita o professor, etc. Porque depois o professor já está com a vida dele ganha e tu ainda está ganhando a tua (risos) né? Eu acho que é mais ou menos isso (Pesquisado 2).

O aconselhamento, né! Porque a gente vê muitos alunos que chegam aqui para estudar, mas eles não estão estudando, eles estão interessados em bagunçar, em namorar, e a gente conversa muito sobre isso, até a disciplina né? E querem ficar brincando, querem fazer bagunça, namorando. A gente conversa muito com eles sobre a oportunidade que eles estão tendo aqui. Porque que não é para qualquer um, porque é um processo seletivo rigoroso, por notas, e eles têm que saber aproveitar (Pesquisado 3).

A minha vivência do dia a dia da minha profissão hoje que sou Assistente de Aluno, eu vejo que tudo que nós aplicamos dentro da instituição por parte do ensino eu vejo que tudo é importante, né? Primeiro lugar: abordagem do aluno, passar para o aluno tudo o que está direcionado para ele na parte pedagógica também, porque querendo ou não, nós auxiliamos essa parte pedagógica, mesmo nós sendo Assistente de Alunos. Orientamos sobre disciplina, sobre comportamento, né?, e de forma geral um todo. A gente faz um pouco de cada coisa, de cada atuação dentro da instituição, nós como Assistentes de Alunos estamos vivenciando no nosso dia a dia (Pesquisado 4).

Nas respostas acima, referentes à prática do dia a dia dos Assistentes de Alunos, podemos pôr em relevo conceitos como disciplina, punição, orientação, formação, diálogo, pedagogia, dentre outras. Como ressalta o Pesquisado 2, o trabalho do Assistente de Aluno não deve ser associado a práticas de natureza disciplinar e punitiva, embora seja essa uma compreensão corrente sobre suas atribuições no interior da instituição. No contracurso dessa

compreensão, o Pesquisado 2 manifesta a necessidade de estabelecer relações de empatia com o mundo dos jovens e adolescentes, com suas inquietudes e rebeldia, afinal, como ele mesmo admite, “todo mundo já foi adolescente, é uma fase. A gente tem que ter paciência e tentar só conscientizar o aluno”.

Nessa mesma linha de compreensão, o Pesquisado 3 ressalta a importância da orientação, do diálogo e da conversa com os alunos: “A gente conversa muito com eles sobre a oportunidade que eles estão tendo aqui”. E de forma mais explícita ainda, o Pesquisado 4 afirma, sob o aspecto da formação, a natureza pedagógica de sua prática: “[...] porque querendo ou não, nós auxiliamos essa parte pedagógica, mesmo nós sendo Assistentes de Alunos. Orientamos sobre disciplina, sobre comportamento, né? ”.

Se alguns Pesquisados expressaram suas ideias justificando suas atribuições de forma explícita, houve também respostas sem muito aprofundamento, como: “E acho que tudo que eu faço tem a ver com ou nada do que eu faço, tem a ver com isso, não tenho contato com a sala de aula, nosso trabalho aqui é ficar vigiando os alunos” (Pesquisado 7). Já o Pesquisado 8 menciona, sem relacioná-los entre si, os aspectos lúdicos e pedagógicos de sua prática profissional: “Acho que atuo de forma diferente das outras, ou dos outros, pois minha abordagem é mais lúdica, mais com brincadeira e depois faço o pedagógico”.

O Pesquisado 5 ressalta que, dentro de suas atribuições, considera importante atuar junto aos discentes da EPT para, assim, buscar compreender suas demandas. Essa percepção reconhece que sua ação só terá resultado efetivo se for coerente com o modo de ser do aluno da Educação Profissional, considerando o contexto do Instituto Federal:

Considero importante a questão que nós atuamos junto aos alunos para que de alguma forma eles possam compreender melhor quais são as demandas da Educação Profissional e Tecnológica, relacionadas aos comportamentos deles, ao processo de aprendizagem que eles devem observar. Então, de alguma forma, essa é a ação que devemos realizar para que possamos colaborar com o processo de aprendizagem, o processo pedagógico deles. Transmitir de alguma maneira questão relacionada à disciplina, comportamento e de observação do regimento institucional para que eles tenham uma aderência máxima, visão e missão do Instituto Federal.

A análise da maioria das falas permite observar que, dentro de suas práticas, a principal atribuição é a orientação e aconselhamento dos alunos, assumindo suas atividades cotidianas sem com isso aprofundar a forma pela qual percebem a contribuição do seu fazer profissional para a formação discente.

Diante da percepção referente às atribuições de sua prática, convém analisar as questões relativas à percepção da importância da sua profissão dentro do IFAM. Os Pesquisados 2 e 3

reconhecem que ainda não é dada a devida importância à sua profissão, uma vez que o cargo é pouco reconhecido e valorizado pelos demais profissionais da educação. No entendimento do Pesquisado 1, além de enfatizar a desvalorização do seu papel, acredita que há a necessidade de se repensar os estereótipos (“fama de preguiçosos”) decorrentes e associados à função desempenhada pelos Assistentes de Alunos:

É um cargo muito visto, mas pouco reconhecido, porque a fama que a gente tem é de não fazer nada. Mas ao mesmo tempo todas as bombas o pessoal joga para nós, então a gente está sempre segurando bomba, e ao mesmo tempo em que a gente está segurando as bombas, a gente tem fama de preguiçoso. É o que a gente mais ouve, que a gente não faz nada, que a gente não faz nada. Já veio gente de fora na minha frente pedir dicas para passar no concurso por que queria ficar igual a mim sem fazer nada aqui (risos), porque quem está de fora é fácil, acha né? Não vê a gente fazer. Quando vê, acha que não é nada também. Deve ser porque não são eles que fazem (risos) (Pesquisado 1).

O relato do Pesquisado 3, a seguir reproduzido, ressalta com muita força a percepção da desvalorização do trabalho dos profissionais Assistentes de Alunos que atuam no Instituto Federal: por não terem uma atribuição objetivamente definida, sentem-se pressionados a obedecer – “você tem que fazer” –, sendo que a única segurança que mencionam vincula-se à condição da entrada por concurso (“não podem dar a conta”). Em sentido amplo, nota-se pelo relato um ambiente de trabalho marcado pela insegurança e falta de diálogo:

Não dão valor nenhum à nossa profissão, não dão valor nenhum [...] Ali você ou faz ou pega as contas, como qualquer outro emprego. A gente não tem atribuição, a gente não tem respeito, você tem que fazer. E o Assistente de Aluno aqui é quase a mesma coisa. Só que são concursados, não podem dar a conta [...]. E não tem um pingão de valor, não tem um ah, muito obrigado! (Pesquisado 3).

O Pesquisado 6, a despeito de reafirmar o quanto o seu trabalho é desvalorizado, mencionando, inclusive, condições de trabalho insatisfatórias – “ficar no corredor com calor, no sol, sofrendo preconceito, como se nós valêssemos menos do que os outros” –, tem consciência da importância do seu trabalho e do quanto poderia contribuir, se não fosse “subutilizado e desvalorizado”, com o Instituto Federal. O seu relato, abaixo reproduzido, nos dá uma boa medida dos desafios que os Assistentes de Alunos enfrentam em seu ambiente de trabalho:

O Assistente de Aluno é muito importante, embora hoje a forma como ele está sendo tratado, ele está subutilizado e desvalorizado. Tem que rever as suas atribuições aqui dentro para que ele possa contribuir mais com o Instituto. Quando eu atuei, eu chegava aqui às 06h30min e passava em todas as salas, ligando ar e luz e depois ficava no corredor vendo se os professores estavam em sala de aula ou não e depois vendo

menino no corredor, e parecia assim que eu poderia contribuir mais, fazer algo diferente; porém a visão dos superiores tinha essa visão de nós. Isso é muito desgastante, ver todos os servidores em um ambiente climatizado e você tendo que ficar no corredor com calor, no sol, sofrendo preconceito, como se nós valêssemos menos do que os outros (Pesquisado 6).

Por vários relatos, como demonstra o que descreve o Pesquisado 5, abaixo, a desvalorização do trabalho é apontada como uma realidade presente no dia a dia dos Assistentes de Alunos. Vale ressaltar em seu relato a consciência de que se trata de um “comportamento antiético”, não condizente com o que se espera de uma instituição de ensino. Como esses profissionais têm um contato permanente com os discentes, o Pesquisado 5 chega mesmo a expressar um sentimento de tristeza diante do que percebe e ouve por meio dos alunos: “esse é mais um motivo que deixa a gente entristecido”, indicando que não deveria “existir esse tipo de comportamento dentro da instituição”. O seu relato se reveste de um conteúdo ao mesmo tempo ético e pedagógico:

Sinto desvalorizado. Dentro da instituição existe esse comportamento antiético, onde alguns profissionais falam mal da nossa função, fazem piadinha em sala de aula, especificamente os professores, mas isso chega aos nossos conhecimentos, pois nós temos contatos com os alunos e eles ouvem isso. Esse é mais um motivo que deixa a gente entristecido, pois teoricamente não era para existir esse tipo de comportamento dentro da instituição, pois todos somos servidores públicos, que apenas ocupamos cargos diferentes, e também isso não deveria existir em uma instituição de ensino, esse tipo de estigma [...] (Pesquisado 5).

A resposta do Pesquisado 6 se deu da seguinte forma: “Como Assistente de Aluno me sinto desvalorizado, [...] vez por outra a gente sente aquela discriminação. Porém sempre penso: eu tenho capacidade para mais!”. O Pesquisado 8 reforça essa questão ao responder que: “acho que muitas vezes somos desvalorizados, pois as outras áreas não sabem bem o que a gente faz e isso gera conflito. Muitos querem até nos determinar o que devemos fazer e desvalorizam os assistentes de alunos”.

O Pesquisado 2 destaca a contribuição de sua prática para o trabalho dos professores, tanto no suporte técnico quanto na organização dos alunos nos espaços escolares, mencionando ter uma boa receptividade por parte dos docentes e reconhecendo que alguns professores valorizam suas contribuições: “(eles) gostam das nossas ideias, permitem nossos posicionamentos e sugestões”. O Pesquisado demonstra, igualmente, que é possível haver colaboração entre os Assistentes de Alunos e os professores: “a gente (pode contribuir) para (que) eles (desempenhem) melhor o trabalho deles em sala de aula”. A leitura integral de seu relato é um indicativo dessa prática colaborativa:

Se os professores podem ministrar as aulas deles, é porque existem os técnicos por trás que dão apoio, né? Porque a sala de aula não é simplesmente o professor ir para a sala de aula, eles precisam de equipamentos, eles precisam de papel, eles precisam de alguém que chame os alunos, eles precisam de pessoas que tenham um outro olhar para contribuir, falar: não professor, olha tenta fazer assim, vamos fazer isso ou aquilo, às vezes, tem alguns professores que gostam das nossas ideias, permitem nossos posicionamentos e sugestões. Então eu acho que a gente pode ter essa intimidade, vamos dizer assim, com os professores, quem se dispõe também a ter tanto o Assistente quanto o professor que se dispõe a ter essa intimidade eu acho que é bom porque ajuda eles, né? Às vezes, eles também vêm de uma turma que estava uma disciplina de um jeito e aí já vai para outra turma, que já é outra disciplina, já é outra faixa etária e se a gente consegue assim, a gente pode acabar contribuindo para eles desempenharem também melhor o trabalho deles em sala de aula (Pesquisado 2).

O Pesquisado 4 demonstra uma percepção otimista acerca da importância da sua prática e da necessária valorização da mesma: “a minha percepção é que o Assistente de Aluno é muito importante, para que se faça uma orientação de tudo que pode ser feito e de acompanhá-los no dia a dia que a gente vivencia com eles dentro da instituição”. Para o Pesquisado 8, por exemplo, o trabalho com jovens e adolescentes facilita sua prática: “acho importante lidar com os alunos. Acho que sei lidar de forma diferenciada com eles, eu me escuto sempre”.

Estas questões revelam que o trabalho nos espaços da EPT requer um esforço coletivo para atingir seus objetivos. A educação deve ser organizada e planejada a partir dos discentes, numa perspectiva comum. Todos os sujeitos envolvidos nesse processo precisam ter um mesmo objetivo, que é o ensino.

Já o pesquisado 7, num relato que apresenta uma compreensão diferente das dos demais Assistentes de Alunos, afirma que faz o seu trabalho independentemente da percepção de terceiros: “eu faço o meu trabalho e não dou à mínima, mas esse pessoal é educado, e acho que eles dão um valor sim, eles reconhecem sim. Tem uma simpatia que eu acho que ela é sincera, e é mútua também. Então eu não me sinto diminuído mesmo”.

No entanto, a partir da análise das falas da maioria dos Pesquisados, pode-se afirmar que a compreensão comum acerca da importância de sua profissão está muito condicionada à percepção de desvalorização do cargo Assistente de Alunos, seja por suas condições de trabalho, seja pela não definição de suas atribuições. Esses fatores concorrem para uma percepção negativa de seu perfil profissional, deles sobre si mesmos e dos outros sobre eles.

Nesse contexto, os entrevistados foram indagados a respeito dos desafios que enfrentam para a realização das atividades? Ao analisar as respostas dos Pesquisados 1 e 2, observa-se que o maior desafio enfrentado em sua prática está no relacionamento interpessoal com os alunos e professores.

Em suas respostas é perceptível o quanto as dificuldades nesse âmbito podem comprometer o desempenho de suas atribuições profissionais, como relata o Pesquisado 1: “A maior dificuldade aqui é (...), creio eu, o ambiente escolar e lidar com os alunos. Muitas vezes, assim, naquela flor da idade, os hormônios a mil é (...) certa dificuldade ou (...) como é que eu posso dizer, pouca propensão a obedecer”.

Noutro relato, do Pesquisado 2, também encontramos uma forte referência à dificuldade de relacionamento, no interior da instituição, do Assistente de Alunos com estudantes e professores. Além de indicar as dificuldades, também aponta suas possíveis causas, como aquelas ligadas à diversidade cultural e religiosa, de um lado, e de outro, como ele menciona, aquelas resultantes do uso compulsivo da internet, que “deixa todo mundo alvoroçado, com uma energia sem fim”. Ainda, nesse relato, o Pesquisado 2 fala da dificuldade, seja de manter o equilíbrio diante dos alunos, seja de lidar com a discriminação por parte dos colegas de trabalho:

O desafio maior é o relacionamento com os alunos e o relacionamento com o professor, porque a gente lida com os jovens de diversas criações, culturas, religiões e tudo né? Essa questão da internet ela deixa todo mundo alvoroçado, com uma energia sem fim e aí a gente tem que estar sempre equilibrando o nosso humor para a gente não ficar com raiva desse menino (risos), descontar nele e ao mesmo tempo lidar com essa diminuição que outros colegas de trabalho fazem né? Como assim fala (...) o Assistente de Alunos (...), então acho que isso é uma dificuldade do tipo assim: eu estou aqui, sou servidor igualmente a você, independente do cargo que eu tenho, então às vezes, é difícil lidar com isso (Pesquisado 2).

As respostas dos Pesquisados 3, 4 e 6 apontam para uma imagem externa negativa sobre o trabalho do servidor Assistente de Alunos, pois expressam uma autoimagem de que sua prática não tem visibilidade para os outros. Indagados sobre essa percepção de si e as razões dessa autoimagem negativa, percebemos, no conjunto, uma resposta unânime, vinculada ao perfil disciplinar e punitivo associado ao seu trabalho. Subjacente a essa imagem negativa, de desmerecimento, está, sem dúvida, o não reconhecimento social e institucional de que eles são também educadores. São vistos apenas como agentes de disciplina, que advertem, que impõem normas e regras, tendo muitas vezes sua autoridade desrespeitada pelos alunos.

Nesse caso, conforme o que observa Guerra (2009, p. 703), caberia à instituição promover um trabalho formativo de amplo alcance, com todos os sujeitos da escola, para bem definir as competências e as atribuições desses profissionais: “[...] há que se realizar permanentemente a pesquisa das condições e relações sob as quais o exercício profissional se realiza, dos objetos de intervenção, das condições e relações de vida, trabalho e resistência dos sujeitos sociais que recebem os serviços”.

Por não serem reconhecidos profissionalmente, e pela pouca importância que os demais agentes da instituição atribuem à sua prática, os Pesquisados concluem que sua profissão é objeto de discriminação, sua autoridade não é respeitada e suas atribuições carecem de estatuto profissional. A resposta do Pesquisado 4 nos dá uma boa medida dessa situação vivenciada pelos Assistentes de Alunos:

Os desafios são muito grandes, porque nós, como Assistente de Alunos, a gente vivencia situações que, querendo ou não, a gente não é atendida dentro da instituição. Ninguém valoriza o nosso trabalho enquanto Assistente de Alunos. Nós fazemos um trabalho de abordagem, de decorrência de situações que acontecem dentro da instituição, nós relatamos, fazemos relatórios e nada disso tem um encaminhamento devido. Não temos o respaldo do que vai acontecer ou o que pode ser feito para melhoria. E não tem um retorno, porque a gente faz a abordagem dos problemas que a gente encontra no dia a dia do trabalho e quando a gente se depara com algumas situações que é relevante para a gente informar a diretoria, né? que é a DIREM ou até mesmo os Departamentos, né?, a gente faz os documentos e dificilmente vem um retorno do que será feito enquanto parte pedagógica. Isso só reforça a discriminação que sofremos.

O Pesquisado 3 também reafirma a atitude de discriminação profissional presente nas relações com os alunos e demais servidores e manifesta, de forma muito acentuada, como podemos verificar no relato abaixo, a falta de respeito e de reconhecimento por parte dos demais sujeitos em seu ambiente de trabalho, seja de sua autoridade, seja de suas atribuições profissionais:

O desafio é que chega na hora da punição do aluno a gente não tem um respaldo. Por exemplo, o aluno tem que estar fardado, entrou aqui, tem que estar fardado: a blusa, a calça jeans e o tênis. A gente faz a ocorrência, pega os alunos, faz um documento e a gente não sabe o que acontece. A gente fez mais de 100 e só recebemos resposta de 3. Como que a gente pode saber que os alunos foram punidos [...] Nós estamos fazendo nossa atribuição direito. A única reclamação que temos é não respeitar a nossa autoridade dentro das nossas atribuições. O grande problema da gente com a chefia, ou com qualquer um, como os professores, é a discriminação (Pesquisado 3).

A mesma percepção de discriminação e de tratamento injusto e negativo dispensados aos Assistentes de Alunos, como no relato acima, também é compartilhada pelo Pesquisado 6, ao reconhecer que “a dificuldade são os outros servidores que olham para nós com discriminação, como se a gente não entendesse das coisas, como se fôssemos apenas para acender e apagar as luzes, para fazer menino sair do corredor. É desmotivador”.

As atitudes discriminatórias são reflexos de opiniões formadas antecipadamente sobre o trabalho desses profissionais, baseadas em estereótipos que menosprezam o seu papel como

agentes de mudança dentro do processo educativo. A análise que se pode fazer em face dessas percepções é de que a discriminação que se apresenta não é individual ou relacional, mas direcionada à própria função do servidor Assistente de Alunos.

A considerar a cultura machista e patriarcal da formação social brasileira, não é de se estranhar, como percebemos no universo de nossa pesquisa, o registro de discriminação de gênero: “como se verifica no relato do Pesquisado 2: “[...] pensei até em desistir por conta desta discriminação e desse tratamento”.

Para refletir sobre a discriminação contra a mulher, vale ressaltar a compreensão de Espinoza (2007, p. 45), ao defini-la como:

Qualquer distinção, limitação ou exclusão estabelecida devido ao gênero, que tenha como resultado ou objetivo que o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres, o gozo ou o exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais por mulheres, nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil, ou qualquer outro, seja frustrado ou prejudicado.

Ainda que as questões de discriminação de gênero nos espaços de trabalho sejam veementemente repudiadas e combatidas, percebe-se a persistência de um tratamento diferenciado em razão de gênero e orientação sexual. Além da opressão de classe, a mulher trabalhadora é também oprimida e discriminada por ser mulher, sendo-lhe dispensado um tratamento preconceituoso, caracterizado – e nesse caso não nos referimos aos Institutos Federais – por salários diferenciados, mesmo que exerça um trabalho equivalente ao dos homens. Essa concepção e ação resultam de uma herança patriarcal, socialmente arraigada na sociedade brasileira.

No que diz respeito às dificuldades enfrentadas no exercício da profissão de Assistente de Alunos, as respostas dos Pesquisados 5, 7 e 8 fizeram referência à falta de regulamentação profissional, o que para eles seria fundamental para o reconhecimento e valorização de sua prática profissional. Suas respostas a esse respeito foram muito objetivas, ao considerarem que a falta de legislação interna específica para suas atribuições contribui para dificultar o seu exercício profissional e diminuir o valor do seu trabalho.

Segundo relataram os Pesquisados, até “existe uma regulamentação, tem um regimento interno, que define as regras, porém ele não é usado, ele não funciona, trabalhamos, como diria: com a cara e a coragem [...] porque às vezes somos vistos como ‘bombeiros’ e isso é péssimo”.

Por esse relato, notamos que em razão da ausência ou da falta de cumprimento de um estatuto legal, que defina suas atribuições, como menciona o Pesquisado 7, eles são obrigados a desempenhar tarefas para além de suas competências e obrigações. Como ressalta o

Pesquisado 5, “essa tem sido sempre a nossa luta. Já fomos expostos a situações e nunca recebemos nenhum tipo de suporte ou de apoio e nunca somos ouvidos”.

O mesmo Pesquisado 5, na longa resposta que reproduzimos a seguir, revela de forma lúcida e objetiva os desafios cotidianos dos Assistentes de Alunos diante de uma profissão que, por falta de qualificação e definição de atribuições, termina sendo submetida a cumprir ordens e a desempenhar tarefas estranhas e muitas vezes em contradição com a própria nomenclatura da função de Assistente de Alunos, como ele bem ressalta ao fim de seu relato: fui chamado a fazer muitas coisas, “nada, porém, que tivesse relação com aluno” :

Parece que não existe um direcionamento e as ações parecem que não têm um fim adequado e aí tudo que a gente se propõe a fazer parece que não tem um propósito. Então o maior desafio é esse, que nós não compreendemos direito o que a instituição quer. Outro desafio também seria a falta de apoio que eu creio que está relacionado com isso, com a falta de clareza de suas ações. Nós atuamos só como bombeiro que apaga incêndio. Só quando acontece alguma coisa que está errada. Chama-se para aquele momento para ver aquele comportamento, aquela situação, porém não tem uma política estruturada para que nós pudéssemos atuar e ter a efetividade dessas políticas. Outra questão, seria que se confundem muito as nossas atribuições [...]. (Pesquisado 5).

A realidade observada por outro Pesquisado reforça a ideia da necessidade de um regimento institucional claro e objetivo, com suas funções devidamente delineadas, para que ocorra uma comunicação mais eficiente entre os Assistentes de Alunos e os outros sujeitos da instituição: “penso que o problema maior é a falta de comunicação entre os servidores e os setores, pois não se tem uma comunicação ativa” (Pesquisado 8).

Quando o trabalho é submetido a um regime de indefinição, a autonomia do trabalhador termina sendo sacrificada e sua atividade é destituída de potencial humanizador, de criatividade e, mais grave, privada de princípio educativo. Sob esse aspecto são muito elucidativas as ideias de Antunes (2009, p.136) ao afirmar a centralidade do trabalho no processo de humanização:

Embora seu aparecimento seja simultâneo ao trabalho, a sociabilidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem, etc., encontram sua origem a partir do próprio ato laborativo. O trabalho constituiu-se como categoria intermediária que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social. Ele está no centro do processo de humanização do homem [...].

O trabalho é premissa da realização humana: o homem se forma e é formado pelo trabalho, cuja ação e pensamento identificam sua essência e como humano somos construtores de sentidos, portanto, construímos a nós mesmos dentro do processo social. Essa concepção de trabalho deve estar presente em toda ação humana transformadora. O trabalho nessa ótica deixa

de ser um mero ato de reprodução biológica e passa a ser um processo que, por meio de ações conscientes, busca novas alternativas na práxis humana.

De acordo com Frigotto (2009, p.72), o trabalho como princípio educativo é justificado pelo sentido que é dado ao ato de transformar a natureza, ou seja, o trabalho compreendido como formação do homem como ser social:

[...] o trabalho é princípio educativo porque é através dele que o ser humano produz a si mesmo, produz a resposta às necessidades básicas, imperativas, como ser da natureza (mundo da necessidade), mas também e não separadamente às necessidades sociais, intelectuais, culturais, lúdicas, estéticas, artísticas e afetivas (mundo da liberdade).

Conforme a formulação apresentada pelas falas dos Pesquisados, o desconhecimento dos outros profissionais acerca das contribuições de sua prática, como Assistentes de Alunos, para o desenvolvimento das atividades de todos, contribui para desmerecer seu trabalho, diminuindo seu valor. Não há ainda, nesse aspecto, um projeto na Instituição voltado ao reconhecimento e à qualificação do trabalho do Assistente de Alunos.

De acordo com Sainsaulieu, citado por Dubar (1997, p. 115),

[...] A identidade, mais do que um processo bibliográfico de construção do eu, é um processo relacional de investimento do eu. A noção “Actor do eu” remete não para um simples papel passageiro numa encenação provisória, mas sim para um investimento essencial em relações duráveis que põem em causa o reconhecimento recíproco dos parceiros. Desta transição dependem as identidades daqueles que nelas se comprometem ou nela se comprometeram.

Desse modo, quando comparado com o sentido que os Pesquisados atribuem à sua prática profissional, tem-se aí a construção da identidade profissional e, portanto, social. Os sujeitos precisam estabelecer relações de trabalho, participando de atividades coletivas de organização do trabalho, para assim contribuir de forma dialógica e solidária com o trabalho do outro.

Independentemente do setor em que o profissional atua e de sua atribuição profissional, dentro do processo de trabalho, é preciso uma constante avaliação e reestruturação de sua competência, em associação colaborativa com as ações dos demais profissionais.

Assim, em vista das indagações trazidas pela pesquisa, preconiza-se que o Assistente de Alunos assuma suas funções e participe da construção do processo de ensino no sentido de se habilitarem para atender, de forma integrada e em colaboração com os demais servidores, às demandas dos discentes no cotidiano do trabalho educativo.

4.3 Perspectivas e Projeções do Trabalho dos Assistentes de Alunos

O eixo Perspectivas e Projeções do Trabalho dos Assistentes de Alunos tem como objetivo identificar as percepções desses sujeitos acerca de suas perspectivas profissionais. Para tanto, suas falas foram analisadas e discutidas dentro da categoria qualificação profissional. A temática dessa questão complementa a investigação do eixo anterior, em que tratamos de suas concepções sobre sua prática. Agora é preciso tematizar e analisar, de forma projetiva, suas perspectivas profissionais. Os questionamentos foram: Quais cursos de formação você participou no IFAM? O trabalho que realiza atende em que medida suas expectativas profissionais e pessoais?

Ao serem indagados sobre a oferta de curso de formação pela instituição, os entrevistados foram unânimes em responder que nunca lhes foram oferecidos cursos dessa natureza, e enfatizam novamente a falta de apoio institucional e a falta de clareza sobre suas atribuições no instituto: “Nunca tive treinamento nenhum para atuar e saber qual era meu papel aqui dentro” (Pesquisado 1). Este Pesquisado foi bem sucinto, reforçando o que foi dito pelo Pesquisado 5: “Não, não foi oferecido nada”. Outra resposta ressalta a falta de apoio e de direcionamento quanto ao seu papel: “não, nenhum curso. Me mandaram para o diretor de ensino e ele só me apresentou para os outros colegas e só. Não fui apresentada nem para os alunos. Tive que contar com a sorte para ser respeitado pelos alunos” (Pesquisado 6).

Para os pesquisados a oferta de um curso de formação para quem entra no Instituto é fundamental, principalmente para entender a rotina no contexto de trabalho e para ter clareza das suas atribuições, mais ainda, seria uma forma de tornar seu trabalho visível e reconhecido pelos demais sujeitos do Instituto como uma atribuição essencial para o funcionamento do processo do ensino.

Um elemento importante dessa indagação está na associação que os Pesquisados fazem entre a formação demandada por eles e a contribuição daí resultante para o processo de ensino, o que mostra, da parte desses profissionais, que ser Assistente de Aluno tem uma natureza inegavelmente pedagógica e não predominantemente disciplinar ou punitiva. Vale ressaltar que, ao apresentarem à Diretoria de Ensino do IFAM-Campus Centro a necessidade da oferta de cursos para os servidores Assistentes de Alunos, esses profissionais se ressentem dessa lacuna ao explicitar, em suas respostas à nossa pesquisa, que “no momento, o Instituto não oferece curso, nem faz nenhum tipo de ambientação dos novos servidores” (Pesquisado 7).

Nossa análise verifica que não basta passar nos critérios estabelecidos no edital do concurso, porque, na prática, isso não é suficiente se não houver um conjunto de ações capazes de fornecer elementos necessários para que seu trabalho possa afirmar-se, dentro de uma instituição de ensino, como um trabalho de natureza educativa. Ademais, como percebemos, não é oferecida aos profissionais que não dominam uma área específica do conhecimento a possibilidade de acesso a subsídios para que satisfatoriamente possam responder aos desafios inerentes ao seu trabalho.

As questões práticas de como lidar com situações de indisciplina, agressão, entre outros, acabam sendo de responsabilidade exclusiva do servidor Assistente de Aluno, reforçando a ideia equivocada de que seu trabalho é solitário e individualizado, o que implica de forma decisiva para a criação de uma identidade profissional negativa.

Em referência ao seu trabalho no cotidiano, foi perguntado aos sujeitos se este trabalho corresponde às suas expectativas profissionais e pessoais? Todos os pesquisados responderam que “não”, que o seu trabalho cotidiano não corresponde às suas expectativas profissionais e sociais, e foram considerados como motivos: a falta de clareza sobre suas atribuições; a desvalorização profissional e o tratamento discriminatório dispensado a eles por parte dos alunos e dos professores.

A fala do Pesquisado 5, de forma direta e objetiva, mostra a compreensão de um duplo obstáculo à materialização de suas expectativas profissionais: de um lado, a discrepância entre as atribuições que realiza no cotidiano e as expectativas geradas pelo concurso; de outro, a falta de condições objetivas necessárias à realização dessas atribuições, conforme se verifica em sua resposta: “Os meus trabalhos no cotidiano não correspondem às minhas expectativas de quando entrei aqui no IFAM e quando eu prestei o concurso. Quando vi as atribuições, vejo que aqui não tenho clareza e nem o suporte para fazer esse trabalho”.

A mesma relação de descontentamento é compartilhada por outro profissional (Pesquisado 7), ao expressar que ser Assistente de Aluno é algo indefinido, “nebuloso”, conforme diz, porque não existe uma definição (o Pesquisado fala em regimento) sobre o que deve e não deve ser feito. Reconhece como favoráveis o ambiente de trabalho e a relação com os professores:

Olha essa coisa de ser Assistente de Aluno, para mim é nebuloso, pois para mim seria mais manter a disciplina, a realidade tem que ser essa, porque o adolescente, o jovem, tem que ser controlado. Você não pode deixar a garotada solta por aí, porque vai dar problema, pois é natural do jovem ele aprontar, isso é normal. Acho que a falta de um regimento com regras e punição, que está faltando, atrapalha totalmente meu trabalho. Nós não temos apoio, e dentro desta perspectiva não estou satisfeito. Pessoalmente, o

ambiente de trabalho é muito bom, trabalhar com professor é muito bacana, é uma raça muito educada, agradável, é bom, pessoalmente é bom. Porém, profissionalmente, eu sei o que estou fazendo, mas eu acho que eu poderia estar fazendo outras coisas ainda melhor (Pesquisado 7).

A análise dos dados obtidos nos permite concluir que há um desapontamento dos pesquisados em relação às suas funções, o que se deve, principalmente, tanto à falta de clareza de suas atribuições quanto ao não reconhecimento do seu trabalho. Ao mesmo tempo, revelam um compromisso com a sua prática, ao manifestar preocupação com o que ocorre no Instituto, visto que há da parte deles um envolvimento emocional com o trabalho, mesmo que seus anseios profissionais e pessoais ainda não sejam alcançados. O relato do Pesquisado 5, abaixo, mostra esse conflito entre o real e o possível, entre o que se faz e o que poderia ser feito:

Até então não corresponde. Porque quando eu me inscrevi para o concurso para Assistente de Alunos a gente tinha outra visão. Uma visão de trabalho em conjunto, se a gente trabalhasse junto com a parte pedagógica, numa equipe multidisciplinar. Mas o que eu observo é que a gente trabalha sozinho, ninguém nos apoia em nada e aí, às vezes, a gente fica insatisfeito, mas eu gosto do trabalho que eu faço, gosto de trabalhar com pessoas, informar, dar orientações para os alunos. Então, para mim, é gratificante o meu trabalho. Só, em contrapartida, a gente fica desmotivado em alguns momentos por não ter a equipe trabalhando junto (Pesquisado 5).

Compreende-se que o Assistente de Alunos se percebe tanto pelas suas condições profissionais quanto pelas responsabilidades de desempenhar suas funções. Mas devido à falta de apoio ao seu trabalho cotidiano, ao não reconhecimento pelo que fazem, tem-se como consequência disso uma frustração profissional. Isso gera também desencanto e cerceia criatividade e estratégias, o que limita a atuação desses profissionais ao cumprimento de trabalhos burocráticos, sem identidade e capacidade de iniciativa.

De certa forma, nas indagações de todos os Pesquisados, percebemos que o cargo de Assistente de Alunos não motiva esses profissionais, sendo “somente um meio de vida”. Além do mais, essa concepção negativa é reforçada pela própria natureza do cargo, que não se constitui por uma carreira, com perspectiva de progressão e promoção, e suas exigências formativas se limitam ao ensino médio, sem horizonte de ascensão profissional. Enfatizam que se a profissão fosse mais valorizada, com perspectiva de crescimento profissional, o trabalho dos Assistentes de Alunos teria uma natureza mais atrativa e afirmativa. Os relatos dos Pesquisados 1 e 2 reforçam essa compreensão:

Simplesmente, em algum momento, eu vou querer uma coisa melhor, não que necessariamente aqui seja um problema, não precisa ser para eu querer uma coisa melhor, eu acho. Apenas penso que o trabalho é pouco valorizado, não tem como crescer. Exigem apenas o ensino médio para trabalhar aqui. (Pesquisado 1).

[...] uma coisa que eu puder ganhar mais, me sentir bem. Acima de tudo me sentir bem, porque você trabalhar em situações que você não é bem-vindo, onde te tratam mal, ser incomodo, desagrada. É onde você quer mudar. O meu intuito é ter amizade, ter um bom ambiente, trabalhar... (Pesquisado 3).

Essas indagações, mais do que isso, insatisfações, são percebidas no cotidiano do trabalho dos Pesquisados. O trabalho do Assistente de Alunos, além de não oportunizar crescimento profissional, também não é valorizado pela instituição, haja vista que a esses profissionais nunca são oferecidos cursos de formação e de qualificação. O relato do Pesquisado 8 é indicativo dessa insatisfação: “dentro do IFAM, não vejo espaço para minha área, aqui não temos apoio”.

Essa insatisfação também é compartilhada por outro profissional, o Pesquisado 5, que novamente enfatiza a falta de apoio institucional como uma realidade cotidiana vivida por esses servidores:

Hoje eu não tenho interesse mais, pois vejo que a Instituição nunca oportunizou para nós nenhum tipo de curso, de treinamento, para que nós pudéssemos desempenhar o nosso papel dentro daquilo que a instituição deseja de nós. Não me sinto valorizado pela Instituição, que nunca me apontou caminho para desempenhar melhor o meu trabalho. Quando você fala Instituição, seria quem? IFAM? No caso, seria o Campus Centro, porém pelo que vejo com os contatos que tenho com outros colegas de outros campi, isso é um problema institucional geral, essa questão de falta de política de clareza relacionada a nós, Assistentes de Alunos. Acho que outros colegas de outros campi, se você fosse fazer essa pesquisa, eles fariam as mesmas coisas (Pesquisado 5).

A propósito das expectativas profissionais, o Pesquisado 6, deu a seguinte resposta: “Sim eu pretendo fazer um mestrado [...] porque você vê que a educação é de fato transformadora na vida das pessoas”.

Com base nas percepções dos Assistentes de Alunos, acerca de suas expectativas profissionais e a partir das respostas por nós analisadas, verificamos como consequência da falta de cursos de capacitação, que a Instituição deveria oferecer a esses profissionais, bem como da ausência de ambientação dos servidores quando de sua admissão, que eles se sentem desorientados, tanto na forma de agir quanto no sentido que o seu trabalho deveria ter para si mesmos. Além disso, deve-se mencionar a consequência negativa em relação à identidade socialmente construída pelos demais sujeitos, dentro e fora da instituição, sobre esses profissionais.

Ao discutir o trabalho formativo e educativo dos Assistentes de Alunos, destaca-se a necessidade de compreender a sua prática e a realidade em que ela em que ela está inserida, a

partir do ponto de vista dos próprios sujeitos. Por outro lado, o resultado das análises das falas, teoricamente referenciadas, pedem uma reflexão crítica sobre o trabalho e a identidade profissional dos Assistentes de Alunos, bem como pensar os conhecimentos adquiridos em sua prática profissional, como forma de desvendar os processos implicados na organização da sua atividade no interior da Instituição.

5 PRODUTO EDUCACIONAL: PRINCÍPIOS BÁSICOS PARA TRILHAR CAMINHOS NO TRABALHO DOS ASSISTENTES DE ALUNOS

Uma das exigências do Mestrado Profissional é a elaboração, decorrente do resultado da dissertação, de um produto pedagógico como forma de explicitar de forma prática e didática o retorno social do conhecimento. Esse é o diferencial de um Mestrado Profissional: elaborar um instrumento (mediação) didático, em linguagem acessível, para socializar os conteúdos acadêmicos trabalhados ao longo do curso.

Noutras palavras: estabelecer uma ponte pedagógica entre o conhecimento produzido e as demandas da sociedade. A afirmação muito citada de Marx (LABICA, 1990), que ficou conhecida pelo nome Teses sobre Feuerbach, mais precisamente a 11ª Tese, em que ele diz os pensadores interpretaram o mundo de diferentes formas e agora o desafio é transformá-lo, nos dá uma ideia da necessidade de afirmar o caráter prático e social do conhecimento.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (BRASIL, 2013) caracteriza os produtos educacionais como: “uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, uma exposição etc.”. Conforme a caracterização apresentada por Gonçalves, Oliveira, Maquiné e Mendonça (2019, p. 77), “os produtos educacionais segundo a CAPES podem ser caracterizados como processos ou produtos educativos utilizados e utilizáveis em condições reais de ensino, como protótipo ou de cunho artesanal”.

Quanto ao percurso e conclusão de nossa pesquisa e da dissertação aqui apresentada, esclarecemos que o produto gerado a partir desse processo se materializou numa Cartilha Digital intitulada “Trilhando caminhos no trabalho do Assistente de Alunos: possibilidades de interlocução”. Ao longo de nossa formação acadêmica nas graduações em Serviço Social e em Pedagogia na Universidade Federal do Amazonas-UFAM e, agora enriquecida com a experiência desse Mestrado Profissional, no IFAM, um desafio que sempre se fez presente é o de explicitar a relação entre conhecimento e transformação social. Se a teoria qualifica a prática, é sempre na prática que verificamos o valor da teoria.

Se conhecimento é poder, a questão é: a quem destinamos esse poder? Como socializamos esse poder? Sem acesso ao conhecimento, que é um direito humano fundamental e condição para o exercício crítico e autônomo da cidadania, os trabalhadores seguirão como massa de manobra da exploração capitalista. Se estudamos numa instituição pública, maior ainda deve ser o compromisso ético da destinação social do conhecimento. Rubem Alves (1979, p. 18), um autor bastante conhecido no campo pedagógico faz uma oportuna interrogação sobre

esse desafio: “Que ocorre quando o conhecimento científico é do por aqueles que se constituíram no objeto da investigação?” Uma possível resposta seria: quando numa pesquisa o conhecimento é trabalhado apenas como um processo acadêmico, o resultado é que ele termina por trazer mais benefícios ao pesquisador do que ao pesquisado. É essa prática, elitista, que deve ser superada.

A temática acerca do profissional Assistente de Alunos e sua prática formativa e educativa traz uma análise de vários aspectos constitutivos de sua atuação no IFAM Manaus Centro. Dentre esses aspectos destacamos, a partir de seus relatos, aqueles ligados às suas atribuições no espaço educativo (como agentes ou fiscais disciplinares ou agentes educativos?), à valorização e ao reconhecimento de seu trabalho, às expectativas da profissão, às demandas por formação e questões relativas à sua identidade profissional: como são vistos e como se veem?

O produto possibilita aos profissionais Assistentes de Alunos trilharem caminhos de sua função na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ajudando-os a reconhecerem as contribuições de sua atividade profissional.

Estruturalmente a Cartilha está organizado em 03 (três) tópicos fundamentais que explicam, de forma reflexiva, aspectos relacionados ao Ensino Médio Integrado e a prática do Assistente de Alunos:

- ✓ Tópico 1 – Ensino Médio Integrado, o que é?
- ✓ Tópico 2 – O que fundamenta pedagogicamente o Ensino Médio Integrado?
- ✓ Tópico 3 – As contribuições da prática dos Assistentes de Alunos no Ensino Médio Integrado.

O produto foi diagramado no sentido de despertar o interesse pela leitura, bem como auxiliar na compreensão do texto. O colorido foi aspecto preponderante desse produto, na busca de lograr a promoção da identificação do leitor com o texto, sem abrir mão da linguagem culta, clara, objetiva e lógica no enunciado dos juízos e raciocínios.

Levamos em conta a exigência acadêmica e institucional de que o produto deverá passar por um pré-teste, antes da defesa da dissertação, como forma de avaliar a sua efetividade e passar pelos ajustes que se fizerem necessários. Para isso, realizamos o pré-teste com os Assistentes de Alunos, os sujeitos de nossa pesquisa (oito sujeitos), utilizando a plataforma Google® Formulário (GOOGLE, 2020).

Após a realização do pré-teste, os resultados foram analisados com base nos conhecimentos prévios dos sujeitos relacionados a elementos que apontam a necessidade de instrumentalização de sua prática teórica ou atitudinal, para então ser aplicado com os sujeitos

da pesquisa. Apresentamos em seguida a análise das respostas do questionário online (apêndice B):

Em relação à diagramação (textos, legendas, fotos, ilustrações etc.) do produto, 87,5% dos avaliadores responderam excelente. Considerando a avaliação do tamanho da fonte, 62,5% consideram excelente. Já o tamanho do texto quanto à quantidade dos tópicos, 87,5% avaliaram como excelente e 12,5% bom.

Em relação à avaliação da organização do conteúdo (divisão dos tópicos), 75% responderam excelente, 12,5% ótimo e 12,5% bom. Quanto à facilidade de manuseio do produto, 87,5% concordaram totalmente e 12,5% concordaram parcialmente. Quanto à indagação sobre a aplicação da proposta da Cartilha no trabalho cotidiano, 75% concordaram totalmente e 25% concordaram parcialmente. No espaço deixado para sugestões para a melhoria da Cartilha, os sujeitos não apontaram sugestões nem ajustes.

Após ser validado pela Banca de Mestrado e posteriores ajustes, o mesmo será encaminhado para impressão e depositado no Repositório do IFAM. É importante destacar que os produtos educacionais devem ser elaborados com o propósito de serem replicados por outros profissionais da área de ensino.

Para tanto, o produto será amplamente divulgado, e o acesso será realizado por meio do Repositório institucional – nacional ou internacional – com acesso público e gratuito. Como registro, será feita a vinculação do produto à Averbção na Biblioteca Nacional, enfatizando que sua validade dependerá da Banca de dissertação composta para este fim.

Portanto, a Cartilha pretende contribuir para que esses profissionais reexaminem sua prática a partir da reflexão crítica acerca do valor do seu trabalho e de sua trajetória profissional. Isso porque, para potencializar a prática profissional do Assistente de Alunos, é preciso não somente mobilizar suas capacidades e aptidões individuais, mas também reconhecer e valorizar o seu trabalho como um trabalho educativo e integrado ao crescimento e objetivos comuns da instituição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações aqui apresentadas como finais apenas indicam esse qualificativo quanto ao término da dissertação, não dos desdobramentos que podem resultar de sua reflexão. Significa dizer: seus limites não podem se definir apenas pelo cumprimento de exigências de natureza acadêmica. Toda intervenção teórica, na medida em que constrói uma objetivação da realidade, sempre carrega expectativas de intervenção prática.

Diante do objetivo do nosso estudo, de investigar o trabalho educativo do Assistente de Alunos no contexto da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade integrada, que buscamos materializar a partir da leitura de textos, da definição do referencial teórico, das disciplinas cursadas, da orientação acadêmica, da pesquisa de campo, da pesquisa e revisão bibliográfica e documental, enfim, depois de todo esse percurso, nos foi possível elaborar uma compreensão sobre a atuação profissional dos Assistentes de Alunos no IFAM Manaus Centro, que a seguir apresentamos.

Uma das grandes referências para a compreensão do espírito científico, Gaston Bachelard (1996), nos diz que o homem tem a idade de seus preconceitos e, no percurso do desenvolvimento da consciência científica, o preconceito é sempre o obstáculo primeiro a ser removido. E aqui não estamos fazendo uma consideração abstrata, sem fundamentação, porque ao adentrar, por meio da experiência de seus relatos, no mundo da atuação profissional dos Assistentes de Alunos, verificamos a necessidade de superar a dificuldade apontada por Bachelard: compreender essa categoria profissional para além dos preconceitos que pesam sobre o seu trabalho.

Para tornar mais objetivas as nossas considerações, optamos por explicitá-las nos três elementos de compreensão a seguir apresentados:

Um primeiro elemento que deve ser aqui acentuado é o de que, a despeito de uma visão de que esses profissionais têm uma baixa qualificação, o que verificamos vai na linha contrária dessa compreensão preconceituosa: todos os oito Assistentes de Alunos possuem formação superior, entre já formados ou ainda cursando. E, seguramente, por terem tido acesso a esse nível de formação manifestaram, como atestam os relatos, consciência, insatisfações, expectativas e uma compreensão dos limites e das possibilidades de sua atuação profissional numa instituição de ensino.

Um segundo elemento a ser também considerado é que os Assistentes de Alunos se veem, mesmo que nem sempre sejam reconhecidos como tais, como agentes educativos, que o seu trabalho não se limita a uma configuração meramente disciplinar, como fiscais do

comportamento alheio, como manifestaram em seus relatos. É importante ressaltar essa compreensão, que julgamos positiva, porque mesmo que eles não tenham manifestado um conhecimento mais elaborado sobre o trabalho como um princípio educativo – e isso não depõe em nada contra esses profissionais, sobretudo quando essa compreensão ainda não está bem definida nem mesmo entre muitos de nós professores –, consideramos muito relevante a consciência que eles manifestaram acerca da natureza educativa, pedagógica, de seu trabalho.

Um terceiro elemento, por fim, que desejamos destacar, e em decorrência do anterior, é que os Assistentes de Alunos por terem consciência de que seu trabalho é de natureza educativa, manifestam o desejo de participar de cursos de formação, qualificação. Eles têm compreensão de que essa exigência decorre dos desafios de lidar diariamente com o mundo complexo e inquieto dos jovens e adolescentes. Por não desejarem ser vistos, pelos alunos, como agentes de punição, mas antes como sujeitos que contribuem com a formação dos jovens e adolescentes, é que eles, nesse aspecto, insistem na necessidade de um trabalho comum, cooperativo, com todos os demais sujeitos que atuam no espaço educativo. Não querem se sentir isolados do processo mais amplo do trabalho educativo.

Aos três elementos gerais de compreensão acima caracterizados acrescentamos ainda outras considerações, como as que abaixo descrevemos e que, em conjunto nos ajudaram a pensar a identidade profissional dos Assistentes de Alunos, mesmo que nossas considerações não tenham se limitado a essa discussão.

Notamos, quanto à percepção da natureza da EPT, por exemplo, que o entendimento dos pesquisados, em relação a essa temática, precisa ser mais bem trabalhada, o que resultaria num duplo benefício: contribuiria tanto para a formação desses profissionais quanto para os objetivos mesmos dessa modalidade educativa.

Outro aspecto que apontamos nessas considerações é o do planejamento coletivo. Mesmo dentro de suas atribuições específicas, o trabalho de qualquer profissional não só se legitima como igualmente ganha em efetividade quando se integra ao planejamento geral de toda a instituição. Isso reforça o sentido e a responsabilidade comum, porque nenhum trabalho pode obter êxito, mais ainda um trabalho de natureza educativa, se feito de forma isolada.

As posturas profissionais não podem ser passivas nem omissas diante das dificuldades, pois as insatisfações, pessoais ou profissionais, se vistas isoladas do todo, acabam gerando frustrações e individualizando tanto os êxitos quanto os fracassos. O trabalho como princípio educativo não combina com produção de culpa nem com depreciação axiológica.

Dessa forma, o desenvolvimento de ações que unam os esforços sob a perspectiva da interação e da construção de uma concepção comum, a partir de atitudes e princípios claros e

objetivos ligados à visão e missão da instituição, contribui, igualmente, para a satisfação comum, ao mesmo tempo em que afirma, em cada sujeito, os sentimentos de dignidade e de pertença.

Para potencializar a prática profissional dos Assistentes de Alunos é preciso não somente a mobilização de capacidades e aptidões individuais, mas também reconhecer e valorizar o seu trabalho, afirmando-o como uma referência positiva para todos.

Em relação às perspectivas do trabalho, verificou-se, como atestam os relatos, a necessidade da oferta de cursos de capacitação em serviço para a promoção de conhecimentos sobre o contexto de trabalho, bem como uma definição clara de que suas atribuições têm uma natureza educativa. Assim, abre-se a perspectiva para uma relação diferente da que foi demonstrada nos relatos e nas análises que envolvem os Assistentes de Alunos em sua relação com o trabalho.

Por isso, as categorias de análise (mercado de trabalho, educação profissional e tecnológica; discriminação, relacionamento interpessoal, regulamentação, qualificação profissional) trazidas pelo estudo podem balizar reflexão e questionamentos sobre a construção de sua identidade profissional e de como a prática cotidiana pode se converter num espaço de relações afirmadoras da dignidade e da cidadania profissional dos Assistentes de Alunos.

Consideramos que tanto essa dissertação quanto o produto pedagógico dela resultante podem contribuir para estabelecer uma discussão acerca da prática dos Assistentes de Alunos e de sua relação com a prática dos demais servidores no espaço pedagógico, bem como instigar novas questões que podem se constituir acerca do entendimento do Assistente de Alunos e de seu trabalho, como resultado de um processo coletivo. Isso porque o trabalho como resultado de um processo coletivo corresponde ao trabalho assumido como responsabilidade de todos na construção da identidade da Instituição.

Portanto, julgamos que, dentre outras possíveis perspectivas, essa pesquisa proporcionou aos Assistentes de Alunos nela envolvidos, como também pode proporcionar aos demais sujeitos e Assistentes de Alunos a possibilidade de: ampliar o conhecimento sobre sua prática profissional; colaborar para o reconhecimento e a valorização do trabalho desses profissionais no processo educativo; fortalecer a demanda por formação continuada e, servir de aporte teórico para a reflexão crítica sobre as atribuições e a importância dos profissionais dentro do processo de construção do ensino e da aprendizagem.

Por fim, como uma possível iniciativa concreta para a discussão coletiva e a socialização dos resultados dessa pesquisa, pensamos na organização de um Seminário, com a

participação dos Assistentes de Alunos e Sujeitos desse trabalho, a se realizar de forma integrada com os Institutos Federais do Amazonas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Protestantismo e repressão**. São Paulo: Ática, 1979.

ANDRADE, Andrea de Faria Barros. **Os institutos federais de educação, ciência e tecnologia**: uma análise de sua institucionalidade. 2012 f. tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília. Brasília, 2014. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18289/1/2014_AndradeFariaBarrosAndrade.pdf Acesso em: 27 abr. 2020.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, mai./ago. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 set. 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

ARRAIAS NETO, Enéas de Araújo. Empregabilidades, competências e desqualificação dos trabalhadores: a dança das palavras sobre o solo real das transformações produtivas. *In*: **Educação Profissional**: análise contextualizada. SOUSA, Antônia de Abreu; OLIVEIRA, Elenilce Gomes (Orgs). Fortaleza: Edições UFC, 2014.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1996.

BARATO, Jarbas Novelino. Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para a educação profissional. **B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof.**, Rio de Janeiro, v. 34, n.3, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/262/245>. Acesso em: 29 jan. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOCO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 25 set. 2018.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 08 jun. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Resolução Nº 6, de 20 de Setembro de 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-

rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28 jan. 2019.

BRASIL. **Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. MEC. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento base. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. MEC. **Resolução N° 6, de 20 de setembro de 2012**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. CAPES. **Documento de área 2013**. Brasília, DF: Capes, 2013. Disponível em <http://www.avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/documento-de-area-e-comissao>. Acesso em: 05 jul 2019.

BUENO, Daniela Gomes Martins. **Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: uma política a ser cravada na história**. Curitiba: Appris, 2015.

CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral: Por que lutamos? **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte, v.23, n.1, p. 187-205, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 09 set. 2019.

CIAVATTTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). São Paulo: Cortez, 2005. p. 21-56.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprovar as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: CNS, 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2019.

CORACINI, Maria José R. F. Língua estrangeira e língua materna: uma questão de sujeito e identidade. In: CORACINI, M. J. R. F. (Org.). **Identidade e discurso: (des) construindo subjetividades**. Campinas: Argos, 2003.

CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco de. **Educação Profissional e tecnológica no Brasil: síntese histórica e perspectivas**. São Paulo: SENAC, 2017.

CORREA, Raimundo Nonato Gaia; RODRIGUES, Doriedson do Socorro; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Práxis produtiva, metamorfoses no mundo do trabalho e processo de constituição de identidade entre trabalhadores na Amazônia paraense. **Trabalho Necessário**. 16 n. 31, p. 85-111, 2018 Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/27385/15926>. Acesso em: 15 jan. 2020.

COSTA, Pedro Luiz de Araújo; MARINHO, Ricardo José de Azevedo. Educação profissional e tecnológica brasileira reinstitucionalizada: uma visão geral dos embates sobre a aprovação dos IFs. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

CUNHA, Luiz Antônio. **O Ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo, Brasília: EdUNESP-Flacso, 2000.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Porto Codex - Portugal: Porto, 1997.

ESPINOZA, Olga. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979). *In*: Almeida, Guilherme A. de; Perrone-Moisés, Cláudia. **Direito Internacional dos Direitos Humanos: instrumentos básicos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 40-49.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; coordenação Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos**. 4. ed. – Curitiba: Ed. Positivo; 2009.

FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos: é ela um quefazer neutro?. **Revista Educação & Sociedade**, ano 1, n. 1, set. 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 67. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Projeto societário, ensino médio integrado e educação profissional: o paradoxo da falta e sobra de jovens qualificados. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: gênese e indeterminação da identidade e campo de disputas. *In*: FRIGOTTO, G. (coord.geral). **Ofertas formativas e características regionais: A Educação Básica de nível médio no Estado do Rio de Janeiro**. Relatório de Pesquisa apresentado à FAPERJ em julho de 2015, p. 85-99.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. **Trab. educ. saúde** [online]. 2009, vol.7, suppl.1, p.67-82. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462009000400004>. Acesso em: 15 set. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Apresentação à terceira edição. *In*: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. (orgs.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação dos trabalhadores. *In*: COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO,

Martinho. **Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GONÇALVES, Carmen Érica de L. Campos; OLIVEIRA, Carolina de Souza; MAQUINÉ, Gilmara Oliveira; MENDONÇA, Andréa Pereira. (Alguns) desafios para os produtos educacionais nos mestrados profissionais nas áreas de ensino e educação. **Edutec, Manaus**, v. 5, n. 10, p. 74-87, mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.31417/educitec.v5i10>. Acesso em: 05 jul. 2019.

GOOGLE. **Formulários**. 2019. Disponível em: <https://docs.google.com/forms/u/0/?tgif=d>. Acesso em: 10 jul. 2020.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Unidade VI: Pesquisa e produção do conhecimento na área do Serviço Social. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p. 701-718.

KUENZER, Acácia Zeneida. O Ensino Médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação & Sociedade**, 2000, v. 21, n. 70, p.15-39. ISSN 1678-4626. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302000000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 24 abr. 2020.

LABICA, Georges. As "**teses sobre Feuerbach**" de Karl Marx. Tradução de Arnaldo Marques. Revisão técnica: João Quartim de Moraes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

LUCK, Heloisa. **Ação Integrada**: Administração, supervisão e orientação educacional. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MANACORDA, Mario Alighiero. Marx e a pedagogia moderna. Tradução Newton Ramos de Oliveira. Campinas, SP: Alínea, 2007.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MARTINELLI, Maria Lúcia. A pergunta pela identidade profissional do serviço social: uma matriz de análise. **Serv. Soc. & Saúde**, Campinas, SP v. 12, n2, p. 145-156, jul./dez 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8639491>. Acesso em: 09 set. 2019.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves, Revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Moraes, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12.ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MONASTA, Atílio. **Antônio Gramsci** / Atillio Monasta; tradução: Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em dez. 2019.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**, [S.l.], v. 2, p. 4-30, mar. 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 10 set. 2019.

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. 1ª edição. Coleção Formação Pedagógica. Volume III. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-para-download/trabalho-e-formacao-docente-na-educacao-profissional-dante-moura>. Acesso em: 26 abr. 2020.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. Trad. de Marylene Pinto Michael. Rev. da tradução: Maria Estela Heider Cavalheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. – Natal: IFRN, 2010. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1013>. Acesso em: 10 jun. 2019.

PACHECO, Eliezer Moreira; SOBRINHO, Moisés Domingos; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. Educação Profissional e Tecnológica: das Escolas de Aprendizes Artífices aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista T&C Amazônia**, Ano VII, n. 16, fev. 2009.

PORTAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Planejamento Estratégico 2012-2017. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/adminitracao/proad/planoestrategico-1>. Acesso em: 27 abr. 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Coleção Formação Pedagógica. Volume V. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.

RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: da concepção à operacionalização. **Cadernos de pesquisa em educação**. Vitória, ES, v. 19, n. 39. p. 15-39, jan./jun. 2014. Disponível em: http://www.periodicos.ufes.br/?journal=educacao&page=issue&op=view&path%5B%5D=562_. Acesso em: 15 jan. 2020.

RAMOS, Marise. O estudo de saberes profissionais na perspectiva etnográfica: contribuições teórico-metodológicas. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 30, n. 4, p. 105-125, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v30n4/06.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2020

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

RIBEIRO, Elisa Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais**, Araxá/MG, n. 4, p.129-148, mai. 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. ver.ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, jan./abr., p. 152-180, 2007.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnicidade. **Educação, Trabalho e Saúde**, Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, v. 1, p. 131-152, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TEODORO, Elinilze Guedes. Docentes na escola de aprendizes artífices do Pará: diacronia dessa atuação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 24, p. 26 -39, dez. 2006.

ANEXO A – Parecer Substanciado do Comitê de Ética de Pesquisa

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS
e IFAM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: (RE) CONHECER-SE: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO ASSISTENTE DE ALUNOS

Pesquisador: ROSENIRA MONTEIRO DA COSTA OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 17515419.8.0000.8119

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Numero do Parecer: 3.655.427

Apresentação do Projeto:

O Projeto de Pesquisa "(RE) CONHECER-SE: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO ASSISTENTE DE ALUNOS" apresentado pela pesquisadora Rosenira Monteiro da Costa Ribeiro tem como foco o estudo sobre identidade dos Assistentes de Alunos no contexto do Instituto Federal de Educação, campus CMC.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral é reconhecer a construção da identidade profissional do Assistente de Alunos que se desdobrará nos seguintes objetivos específicos: identificar as atribuições do Assistente de Alunos no âmbito dos Institutos Federais de Educação; discutir o trabalho formativo e educativo e sua interlocução com o ensino, pesquisa e extensão, elencando novas possibilidades para sua prática profissional; desenvolver um plano de trabalho pedagógico do Assistente de Alunos (produto educacional. Neste sentido, verifica-se que o trabalho parte de uma tese " a noção de construção de identidade" do Assistente de Aluno. A partir disso, propoe-se a pesquisa buscar nas atribuições, no estudo contextual, na formação e na interlocução dentro do Campus Centro do IFAM, a legitimação desse postulado por meio da pesquisa ação.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O trabalho apresenta benefícios saltares ao campo da ducação profissional e aos profissionais de

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Predio da Reitoria, 2º andar, Manaus e AM

Bairro: CENTRO

CEP: 69.025-010

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3306-0060

E-mail: cepsh.pggi@ifam.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS
IFAM



Continuação do Parecer: 3.655.427

Assistência de alunos na articulação teórica prática da identidade destes profissionais e o conhecimento do campo da educação profissional; apresenta baixos riscos aos agentes da pesquisa, primordialmente registra-se aos receios sob possíveis reações dentro da hierarquia do IFAM - CMC.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa tem com desafio colocar em debate a temática da identidade dos Assistentes de Alunos no contexto do IFAM CMC em uma dialogia com os aspectos legais das atribuições e da especificidades da educação profissional neste contexto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O Projeto apresenta de maneira adequada os itens necessários e exigidos pelo CEP

Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Concluo que a proposta de pesquisa intitulada (RE) CONHECER-SE: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO ASSISTENTE DE ALUNOS atende aos ditames estabelecidos pelo CEP.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado solicita que seja colocado para apreciação o questionário que será aplicado aos participantes e a inclusão manual da área temática na folha de rosto. Além disso, solicita-se que no parágrafo do TCLE que fala do Comitê de ética, seja explicitado em linguagem simples o papel do comitê

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1332703.pdf	04/07/2019 22:13:19		Aceito
Outros	Termo_anuencia.pdf	04/07/2019 22:03:24	ROSENIRA MONTEIRO DA COSTA OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	04/07/2019 21:57:57	ROSENIRA MONTEIRO DA COSTA OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	folhade_rosto.pdf	04/07/2019 21:47:27	ROSENIRA MONTEIRO DA	Aceito

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Predio da Reitoria, 2º andar, Manaus - AM
 Bairro: CENTRO CEP: 69.025-010
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (92)3306-0060 E-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS
& IFAM



Continuação do Parecer: 3.655.427

Folha de Rosto	folhade_rosto.pdf	04/07/2019 21:47:27	COSTA OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_detalhado.pdf	04/07/2019 19:20:57	ROSENIRA MONTEIRO DA COSTA OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Pendente

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 22 de Outubro de 2019

Assinado por:
Tarcisio Serpa Normando
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Predio da Reitoria, 2º andar, Manaus & AM

Bairro: CENTRO

CEP: 69.025-010

UF: AM

Município: MANAUS

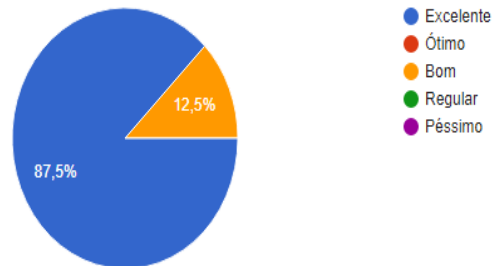
Telefone: (92)3306-0060

E-mail: cepsh.pggi@ifam.edu.br

APÊNDICE A - Gráfico do questionário do Produto

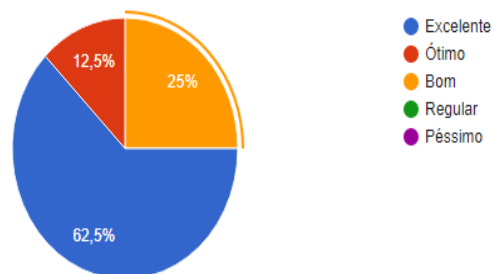
1. Em relação a diagramação (textos, legendas, fotos, ilustrações etc.) como você avalia o produto ?

8 respostas



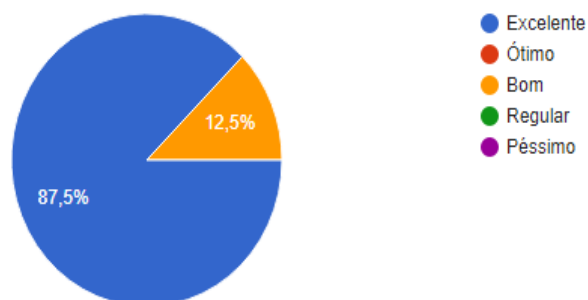
2. Como você avalia o tamanho da fonte?

8 respostas



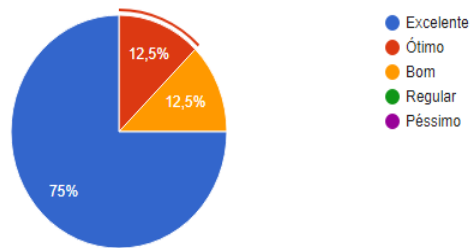
3. Como você avalia o tamanho do Texto (quantidade dos tópicos)?

8 respostas



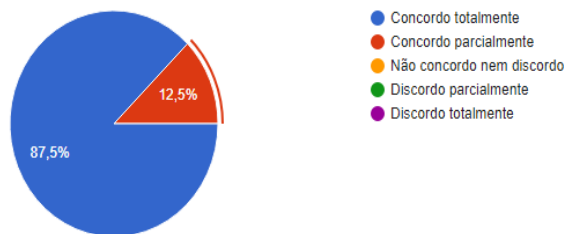
4. Como você avalia a organização do conteúdo (divisão dos tópicos)

8 respostas



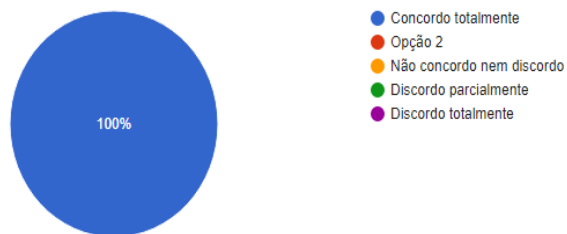
5. O produto é de fácil manuseio ?

8 respostas



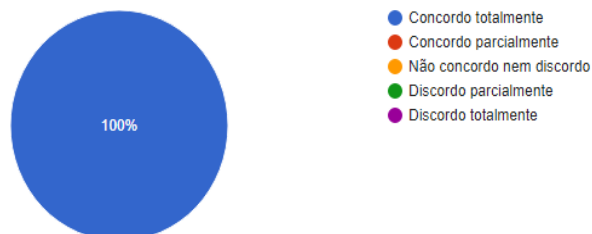
6. A Cartilha contribuirá com o seu fazer profissional no ensino médio integrado como Assistente de Aluno?

8 respostas



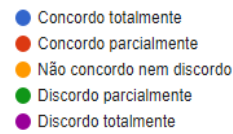
7. O produto alcançou o objetivo propostos na pesquisa?

8 respostas



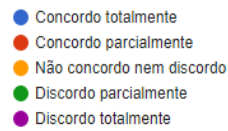
9. O produto apresenta as características que dele se espera?

8 respostas



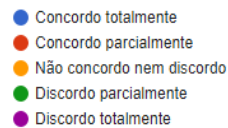
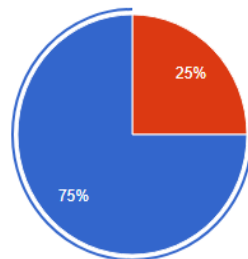
10. O produto transmite confiabilidade em sua proposta?

8 respostas



11. Você aplicaria a proposta da cartilha no seu trabalho cotidiano ?

8 respostas



12. Deixe suas sugestões para a melhoria da cartilha


3 respostas

Não precisa mudar nada está perfeita! você está de parabéns!

o produto ficou muito bom. Principalmente a dedicatória

Disponibilizar on line, destacadamente no site do IFAM.

APÊNDICE B - Produto educacional



TRILHANDO CAMINHOS NO TRABALHO DO ASSISTENTE DE ALUNOS: POSSIBILIDADES DE INTERLOCUÇÃO

Rosenira Monteiro da Costa Oliveira
Deuzilene Marques Salazar

Autores

Rosenira Monteiro da Costa Oliveira
Deuzilene Marques Salazar

Diagramação e finalização

Michelle Costa de Lima
E-mail: michellecdelima@gmail.com

Imagens e ilustrações


Recursos do Freepik.com

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

- O48t Oliveira, Rosenira Monteiro da Costa.
Trilhando caminhos no trabalho do assistente de alunos: possibilidades de interlocução. / Rosenira Monteiro da Costa Oliveira, Deuzilene Marques Salazar. – Manaus, 2020.
38 p. : il. color
- Produto Educacional oriundo da Dissertação – Assistentes de alunos: quem são esses profissionais que atuam na educação profissional técnica de nível médio? (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, 2020. ISBN 978-65-88247-07-5
1. Educação profissional e tecnológica. 2. Ensino médio integrado.
3. Cartilha digital. I. Salazar, Deuzilene Marques. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas III. Título

CDD 378.013





TRILHANDO CAMINHOS NO TRABALHO DO ASSISTENTE DE ALUNOS: POSSIBILIDADES DE INTERLOCUÇÃO

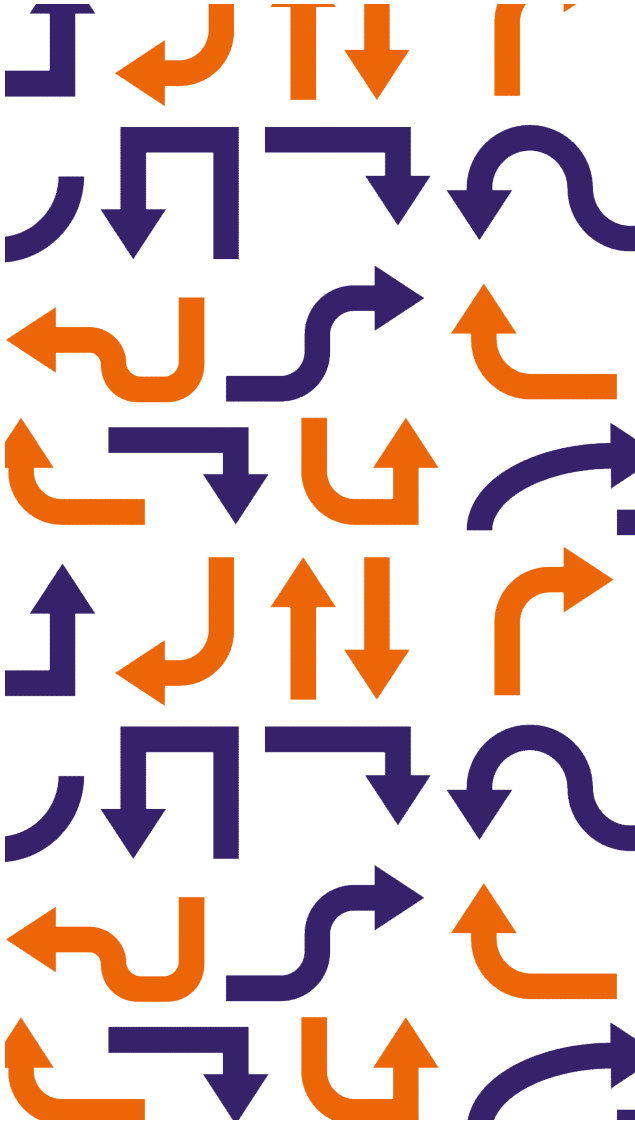
Rosenira Monteiro da Costa Oliveira
Deuzilene Marques Salazar

Para ouvir o texto



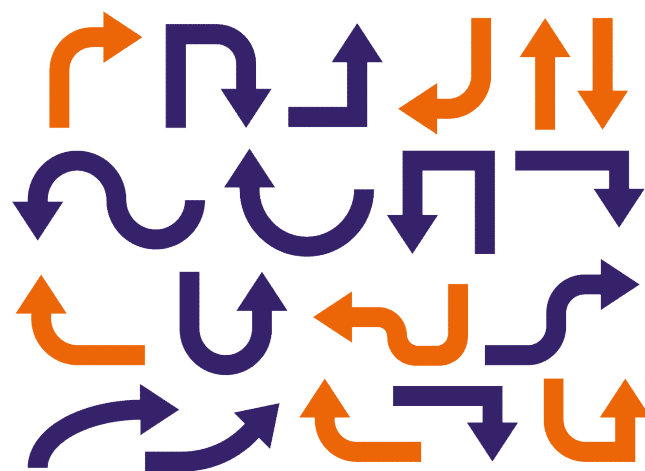
FICHA TÉCNICA DO PRODUTO

- **Título:** TRILHANDO CAMINHOS NO TRABALHO DO ASSISTENTE DE ALUNOS: POSSIBILIDADES DE INTERLOCUÇÃO
- **Origem do Produto:** Trabalho de Dissertação “Assistente de alunos: quem são esses profissionais que atuam na Educação profissional Técnica de Nível Médio?”
- **Área do Conhecimento:** Ensino
- **Público Al** Profissionais Assistentes de Alunos.
- **Categoria deste Produto** Cartilha digital informativa.
- **Finalidade:** Destinado aos Assistentes de Alunos, este Produto é uma contribuição de natureza pedagógica para que esses profissionais reflitam sobre: 1) a sua identidade profissional; 2) os princípios da Educação Profissional e Tecnológica e 3) a relação de sua prática profissional com o Ensino Médio Integrado.
- **Estruturação do Produto** Organizado em três tópicos: o primeiro apresenta algumas aproximações acerca da construção da identidade profissional do Assistente de Alunos; o segundo trata dos princípios da Educação Profissional e Tecnológica; e o terceiro pensa as relações entre a prática dos Assistentes de Alunos e os desafios do ensino Médio Integrado.
- **Registro do Produto** Biblioteca Paulo Sarmento do IFAM-Campus Manaus Centro, 2020.
- **Avaliação do Produto:** Tanto na fase de pre-teste quanto na fase de validação final fizemos uso do questionário online, por intermédio da plataforma Google Formulários (GOOGLE, 2020).
- **Disponibilidade:** Irrestrita, mantendo-se o respeito a autoria do produto, não sendo permitido uso comercial por terceiros.
- **Divulgação:** Em formato digital.
- **Instituições envolvi** Instituto Federal do Amazonas
- **U L:** <http://www2.ifam.edu.br/profepet>
- **Idioma:** Português
- **Cidade:** Manaus
- **País:** Brasil



**TRILHANDO
CAMINHOS
NO TRABALHO DO
ASSISTENTE DE
ALUNOS:
POSSIBILIDADES
DE INTERLOCUÇÃO**

Rosenira Monteiro da Costa Oliveira
Deuzilene Marques Salazar



.....

*Aos Assistentes de Alunos, sujeitos dessa pesquisa,
pela forma generosa com que me acolheram e
aceitaram participar desse trabalho: sem vocês
nada do que aqui produzimos teria sido possível.*

A vocês, minha eterna gratidão.

.....

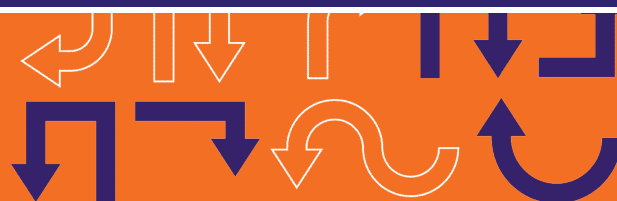
RESUMO

A Cartilha Digital “Trilhando caminhos no trabalho do Assistente de Alunos: algumas interlocuções” é resultado da pesquisa intitulada: “Assistente de alunos: quem são esses profissionais que atuam na Educação Profissional Técnica de Nível Médio?”, vinculada à linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em EPT”, do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT). A Cartilha pretende contribuir com o trabalho educativo dos Assistentes de Alunos junto aos jovens e adolescentes da educação profissional técnica de nível médio na modalidade integrada. O produto educacional teve origem nos resultados oriundos da dissertação que, dentre outras evidências, indicou a necessidade de apre-

sentar os fundamentos conceituais do ensino médio integrado e algumas possibilidades de atividades educativas que sejam integradoras do trabalho docente e pedagógico da instituição educacional. A avaliação do produto educacional teve a colaboração dos Assistentes de Alunos, participantes da pesquisa da qual resultou a dissertação, com base nas respostas ao questionário constituído por questões objetivas e disponibilizado em plataforma digital, em razão da pandemia da Covid-19. Pretende-se com este produto promover reflexões sobre as ações educativas desenvolvidas pelos Assistentes de Alunos e, assim, contribuir com sua função social como trabalhadores da e na educação por meio da cooperação e colaboração com a Equipe Pedagógica. Como uma co-

buição pedagógica, indica caminhos quanto à assistência e orientação desses profissionais aos discentes no aspecto da disciplina, do lazer, da segurança, da saúde e do compromisso das atividades acadêmicas dos jovens e adolescentes na Educação Profissional Técnica de Nível Médio. O impacto potencial desse produto prevê a apropriação pelos Assistentes de Alunos dos fundamentos do ensino médio integrado, bem como fomentar a discussão e elaboração de atividades educativas para serem incorporadas ao Planejamento Pedagógico do Curso.

PALAVRAS-CHAVE: Assistente de Alunos. Ensino Médio Integrado. Cartilha Digital.



ABSTRACT

The Digital Booklet “Tracking Paths in the Work of the Student Assistant: some dialogues” is the result of the research entitled: “Student Assistant: who are these professionals whose job is to work in Technical Professional Education at Medium Level?”, linked to the research line “Organization and Memories of Educational Spaces in EFA” of the Program of Graduation in Professional and Technological Education (PROFEPT). The booklet aims to contribute to the educational work of the Student Assistants with young people and adolescents of the technical professional education from the medium level in the integrated modality. The educational product originated from the results of the dissertation which, among other evidence, indicated the need

to present the conceptual foundations of integrated high school and some possibilities of educational activities that integrate the teaching and pedagogical work of the educational institution. The review of the educational product had the collaboration of the Student Assistants, participants of the research that resulted in the composition, based on the answers to the questionnaire made up of objective questions and made available on the digital platform, due to the Covid-19 pandemic. This product intends to promote reflections on the educational actions developed by the Student Assistants and, therefore, contribute to their social function as workers through education through cooperation and collaboration with the Pedagogical Team. As a pedagogical contribution,

it indicates ways to assist and guide these professionals to the students in the aspect of discipline, leisure, safety, health, and the commitment of the academic activities of young people and adolescents in the Technical Professional Education of Medium Level. The potential impact of this product foresees the appropriation by the Student Assistants of the fundamentals of integrated high school, as well as encouraging the discussion and elaboration of educational activities to be incorporated into the Pedagogical Planning of the Course.

KEYWORDS: Student Assistant. Integrated High School. Digital Booklet.

SUMÁRIO



Apresentação

Página 12

2. O que fundamenta pedagogicamente o Ensino Médio Integrado?

Página 19

Considerações finais

Página 31

Apêndice: Breve vocabulário

Página 34

1. Ensino Médio Integrado: o que é?

Página 14

3. As contribuições da prática dos Assistentes de Alunos no Ensino Médio Integrado

Página 23

Referências

Página 33



OLÁ, ASSISTENTES DE ALUNOS!

Esta cartilha teve origem na pesquisa intitulada “Assistente de alunos: quem são esses profissionais que atuam na Educação Profissional Técnica de Nível Médio?”. Este material é resultado das interlocuções com os servidores Assistentes de Alunos que na investidura do cargo público, em uma instituição educacional de referência na educação profissional, assumiram a assistência e orientação

Para ouvir o texto



de jovens e adolescentes do ensino médio integrado no aspecto de disciplina, segurança, saúde e compromisso com as atividades escolares.

A Cartilha **“Trilhando caminhos no trabalho do assistente de alunos: possibilidades de interlocução”** apresenta elementos conceituais sobre o ensino médio integrado e traz também algumas possibilidades de ações educativas que organizadas e planejadas por vocês fomentem a cooperação e colaboração com a Equipe Docente e Técnico-Pedagógica, dando efetividade ao campo de atuação do profissional Assistente de Aluno.

Busca-se, assim, ajudá-los a se reconhecerem como protagonistas no trabalho educativo junto aos jovens e adolescentes bem como o fortalecimento de sua identidade profissional como trabalhadores da e na educação profissional. É imprescindível destacar que ao falarmos da sua atuação profissional, entendemos que, além das atribuições inerentes ao cargo, vocês contribuem na formação humana por meio de sua interação no processo educativo.

A cartilha está organizada em três tópicos, que procuram contribuir com a sua atuação profissional no ensino médio

integrado:

- **Tópico 1** – Ensino Médio Integrado, o que é?
- **Tópico 2** – O que pedagogicamente o Ensino Médio Integrado?
- **Tópico 3** – As contribuições da prática dos Assistentes de Alunos no Ensino Médio Integrado

Convido você, Assistente de Aluno, como profissional da e na Educação Profissional Técnica de nível médio, a trilharmos juntos o caminho de uma ação educativa efetiva junto aos jovens e adolescentes.

Vamos lá!



Para ouvir o texto



ENSINO MÉDIO INTEGRADO: O QUE É?

Neste tópico queremos apresentar para vocês algumas informações sobre o ensino médio integrado. Mas para isso precisamos entender o que é educação profissional e tecnológica.

A Educação Profissional Tecnológica – EPT – recebeu esta nomenclatura na Lei nº 11.741/2008 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996. A EPT se configura como uma modalidade de ensino que se integra aos diferentes níveis e modalidades de educação e trabalho, da ciência e da tecnologia.

A LDB situa a Educação Profissional e Tecnológica na confluência de dois dos direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho. Isso a coloca em uma posição privilegiada, conforme determina o Art. 227 da Constituição Federal, ao incluir o direito à “educação” e à “profissionalização” como dois dos direitos que devem ser garantidos “com absoluta prioridade”.

Você sabe quais são os níveis de ensino? Vamos lembrar

A LDB/1996 estabelece dois grandes níveis de educação escolar:

a) a educação básica (que compreende educação infantil, ensino fundamental e ensino médio);

b) e a educação superior.

As modalidades da educação são: educação especial, educação de jovens e adultos, educação a distância, educação indígena, educação profissional, dentre outras.

Os cursos de abrangência da Educação Profissional e Tecnológica são:

- **Formação inicial e continuada ou qualificação profissional;**
- **Educação profissional técnica de nível médio; e**
- **Educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.**

Em consonância com a LDB/1996, temos as Diretrizes Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio - DNEPTNM (BRASIL, 2012) que ratifica que a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM – deve se articular às dimensões do trabalho, da tecnologia, da ciência e da cultura.

Vamos entender um pouco mais essas dimensões na perspectiva de Marise Ramos¹(2007):

TRABALHO	CIÊNCIA	CULTURA	TECNOLOGIA
“O trabalho compreendi do como realização humana inerente ao ser (sentido on lógico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao respectivo modo de produção)” (RAMOS, 2007, p.3)	“[...] a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que bilita o contraditório avanço produtivo” (RAMOS, 2007, p.3)	“[...] corres de aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade” (RAMOS, 2007, p.3)	É “mediação entre ciência (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção no real). (RAMOS, 2003, p. 44)

¹ Quem é Marise Ramos? Possui graduação em Licenciatura em Química pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1990) e Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Profissional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação profissional em saúde, educação profissional integrada ao ensino médio, ensino médio, ensino técnico, reformas educacionais, saberes profissionais.

As dimensões do trabalho e a cultura são realizações humanas inerentes ao ser social (sentido ontológico) e como prática econômica, no sentido histórico, associada ao modo de produção: as formas como o homem produz e reproduz sua existência pessoal e coletiva ao longo da história. Da mesma forma, também a ciência, compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade e que possibilitam o contraditório avanço das forças produtivas; assim, também, a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade (SAVIANI, 2007).

A EPT pode ser desenvolvida de forma articulada e subsequente ao Ensino Médio, podendo a primeira ser integrada ou concomitante a essa etapa da Educação Básica, tendo como finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos e saberes necessários ao mundo do trabalho, com

base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais.

Na concepção de Ramos (2007, p. 16) o Ensino Médio Integrado é uma formação que tem três sentidos:

- A formação omnilateral, que considera a formação “com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo”;
- A indissociabilidade entre Educação Profissional e Educação Básica; e,
- A integração entre conhecimentos gerais e conhecimentos específicos, como totalidade.

O Ensino Médio Integrado busca garantir aos discentes (adolescentes, jovens e adultos) uma educação que lhes permita reconhecer as contradições existentes, compreendendo o mundo e sua complexidade.

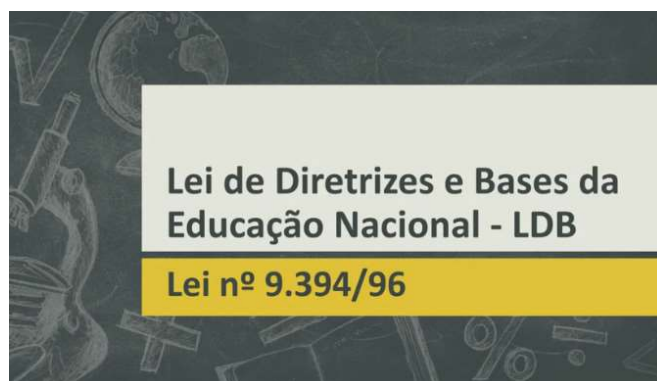
A proposta de ensino no Ensino Médio Integrado articula:

- a) o trabalho e a pesquisa como princípios educativos e pedagógicos;
- b) a indissociabilidade entre educação e prática social;
- c) a teoria e a prática (práxis) no processo de ensino-aprendizagem, considerando a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos no processo social e produtivo;
- d) o Projeto Político Pedagógico como fruto do debate das necessidades da comunidade escolar.

Este ensino, portanto, possibilitará o alcance de conhecimentos capazes de promover a prática social e uma educação que desenvolva a formação humana integral.

FIQUE POR DENTRO

O vídeo trata da Educação Profissional na Lei de Diretrizes e Base



LDB 2019 - Educação Profissional Art. 39 e Art. 42, no link: <https://www.youtube.com/watch?v=bCcRiXp2BTk>

O QUE FUNDAMENTA PEDAGOGICAMENTE O ENSINO MÉDIO INTEGRADO?

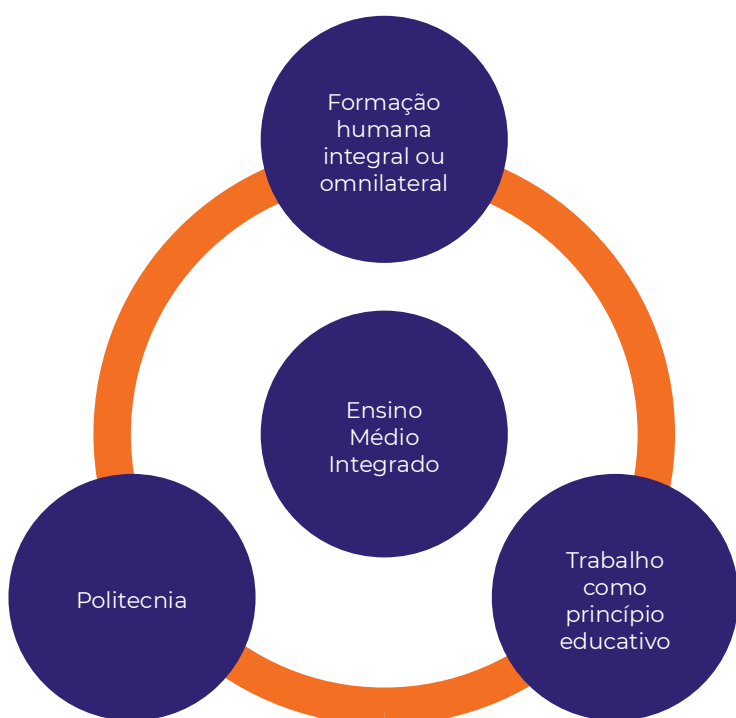
02

Para ouvir o texto



19

○ Ensino Médio Integrado tem como fundamentos principais e indissociados as seguintes categorias:



A Formação Humana Integral é uma das categorias principais que sustentam o Ensino Médio Integrado, pois busca oferecer uma educação de qualidade, em que o processo de ensino desenvolva meios que permitam aos sujeitos desenvolver, de forma crítica, uma leitura de mundo, em vista da transformação de sua realidade. Trata-se de uma formação para o mundo do trabalho e não para o mercado de trabalho. Noutras palavras, uma formação para o trabalho como atividade humana que humaniza, afirma a vida, ao contrário do trabalho alienado, em que o trabalhador trabalha para o mercado, para o lucro de poucos e não para se afirmar em sua humanidade.

Nessa direção, a Formação Humana Integral significa ofertar uma educação que possibilite a todos o acesso aos conhecimentos, permitindo a percepção do mundo circundante de modo crítico com conhecimentos necessários para transformar a realidade.

A formação politécnica, por sua vez, de acordo com Moura, Lima Filho e Silva (2015, p.1061), compreende a “formação intelectual, física e tecnológica” ou seja, “pode abarcar a ideia de formação humana integral”. Essa concepção tem seu alicerce na própria configuração tecnológica da sociedade na qual se tem presenciado o surgimento de novos rumos de organização do processo produtivo, a demandar conhecimentos práticos e teóricos, capacidade de comunicação, entre outros, que implicam a exigência de novas qualificações.

Politecnia significa uma educação que possibilita a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas

(RAMOS, 2007, p.3)

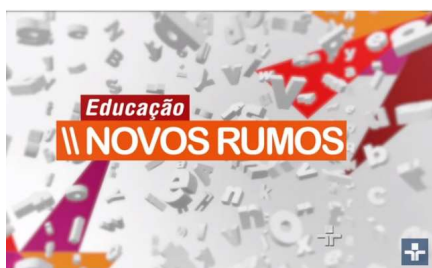
O trabalho, compreendido como princípio educativo, requer uma concepção de educação que compreenda a necessidade de o indivíduo manter uma relação ativa com a realidade social, no sentido de realizar atividades que acentuem a inter-relação entre pensamento e atividade prática, como garantia da utilidade social do conhecimento.

A construção do conhecimento, tendo como base o trabalho, exige conhecer a realidade como ela pode ser objetivada por meio da análise, do recurso às mediações científicas, para se chegar às relações gerais determinantes do fenômeno estudado. Assim, compreende-se que o trabalho em sua dimensão ontológica evidencia a unicidade entre as dimensões científica, tecnológica e cultural, sendo essa concepção a base para a organização curricular e a prática docente em seus objetivos, conteúdos e métodos (SAVIANI, 2007).



FIQUE POR DENTRO

Quer saber mais sobre esse assunto? Então o que você acha de assistir aos vídeos?



Ensino Técnico Integrado | Educação: Novos Rumos, que pode ser assistido no link: <https://www.youtube.com/watch?v=-JZBYuD9G4a8>



Trabalho como Princípio Educativo, no link: <https://www.youtube.com/watch?v=b-WT-zRUWHLE>



Conceito de Politecnia, no link: <https://www.youtube.com/watch?v=2o89DIH76rw>

AS CONTRIBUIÇÕES DA PRÁTICA DOS ASSISTENTES DE ALUNOS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

03

Para ouvir o texto



O profissional Assistente de Alunos, nos Institutos Federais, assume um papel relevante, mediado por suas experiências e por sua contribuição participativa na organização do trabalho pedagógico. O cargo de Assistente de Alunos compreende como principal atribuição: assistir e orientar o aluno no aspecto de disciplina, nunca de forma autoritária, mas pedagógica, no acompanhamento no campo do lazer, segurança, saúde, pontualidade e higiene dentro das dependências escolares, como também, auxiliando nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. De um modo geral, este profissional trabalha no atendimento e em contato direto com os jovens.

Assim, o Assistente de Alunos é um dos profissionais que atuam nos processos educativos do ensino médio integrado e têm livre acesso a todas as dependências da escola e, em geral, tem interlocução com os discentes, assim como estabelecem parcerias com os docentes e demais profissionais.

Uma das ações do Assistente de Alunos no trabalho educativo de jovens e adolescentes refere-se ao aspecto mediador e facilitador, que poderá contribuir com a formação dos discentes e também com a melhoria do ensino. Seu trabalho em quanto profissional que atua nos espaços pedagógicos visa garantir um ambiente favorável à construção da aprendizagem.





A organização de suas atividades dentro da instituição é necessária e requer, portanto, o conhecimento de suas atribuições como profissional da educação que desenvolve um trabalho educativo na educação profissional e tecnológica. Nesse aspecto, a equipe dos Assistentes de Alunos deve dialogar e participar do planejamento pedagógico como forma de se apropriar da totalidade da proposta educativa e formativa dos Cursos e da Instituição. Assim, é importante que conheça o Plano de Desenvolvimento Institucional, os Projetos Pedagógicos de Curso, o Planejamento Anual da Instituição. Enfim, interagir com a dinâmica educacional.

25



FIQUE POR DENTRO

Conheça um pouco mais sobre isso nos vídeos:

a) Plano de Desenvolvimento Institucional - <https://www.youtube.com/watch?v=stInFY-rwOBs>



Pontuamos alguns aspectos que devem contribuir com a trilha de um caminho na efetividade da atuação dos assistentes de alunos, especializando o trabalho educativo e pedagógico da instituição. São eles:

b) Projeto Pedagógico - <https://www.youtube.com/watch?v=cYL80sMsd3w>



• Acompanhamento dialógico junto aos jovens e adolescentes nos espaços e ambiente educacionais, tais como laboratórios, quadras desportivas, locais de estudo e lazer, refeitório etc.;

26

• Proposição, planejamento, organização e realização de atividades educativas para os jovens e adolescentes que estejam articuladas ao Planejamento Pedagógico Anual da Instituição;

• Colaboração e cooperação com o planejamento pedagógico por meio de informações, percepções e análises da dinâmica educacional, principalmente as relacionadas à observação das vivências juvenis no contexto institucional.

Estes aspectos incidem na construção de um processo educativo na Educação Profissional que considere as seguintes questões:

Quem é o público atendido no ensino médio integrado?

- São jovens e adolescentes na faixa etária de 13 a 18 anos que estão se inserindo no ensino médio integrado, na educação profissional e tecnológica.
- São jovens que trazem sonhos, esperanças, expectativas e perspectivas.
- Concordamos com Dayrell (2003) ao ressaltar que a ventude é parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. Por isso, no processo educativo, devemos considerar a diversidade. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos.

Qual a intencionalidade educativa do Ensino Médio Integrado?

O EMI é oferecido em forma de matrícula única para cada aluno, garantindo assim a formação geral do ensino médio e a formação profissional técnica (Gonçalves, 2012).

Ramos (2007, p. 14) acredita que a forma integrada de oferta do ensino médio com a educação profissional obedece a algumas diretrizes ético-políticas, a saber:

- a) Integração de conhecimentos gerais e específicos;
- b) Construção do conhecimento pela mediação do trabalho, da ciência e da cultura;
- c) Utopia de superar o processo de dominação dos trabalhadores e construir a emancipação – formação de dirigentes.

27

FIQUE POR DENTRO

DICAS DE VÍDEO:



Série Diz Aí Amazônida - Ep. Identidade disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n1SIZ2pH2UA>

Alunos como profissional que trabalha diretamente com os jovens e adolescentes, muitas vezes pode se deparar com questões de saúde, sobretudo a depressão, que muitas vezes pode levar adolescentes e jovens a decisões extremas como o suicídio, principalmente devido à complexidade dos processos emocionais e afetivos comuns da adolescência e ao atual ritmo de vida orientado pela permanente competição. Por consequência, esse comportamento se reflete nos espaços da escola e, por isso, é importante que o Assistente de Alunos tenha ferramentas para reconhecer esses sujeitos e suas emoções e, dessa forma, oferecer-lhes acolhimento, ajudando-os a encontrar caminhos de superação.

28

COMO ASSISTENTE DE ALUNO, QUE CONTRIBUIÇÃO POSSO OFERECER PARA O TRABALHO EDUCATIVO E FORMATIVO DOS JOVENS NA EPT?

Tendo em vista que os espaços pedagógicos têm papel educativo e informam o que acontece na Instituição, também apontamos algumas ações que podem ser realizadas nos corredores e no rol dos Institutos pelos Assistentes de Alunos para a promoção do lazer, segurança, higiene etc.:

- Roda de conversas em pequenos grupos com temáticas sobre saúde, esporte, sociedade e, principalmente, conversas sobre o uso responsável dos espaços internos, como, por exemplo, não ficar parado na escada ou no corredor, conversando ou

aguardando o colega; não ficar sentado nos corredores; contribuir com a limpeza dos locais, jogando no lixo papéis e demais materiais já usados e mantendo as paredes sem riscos ou sujeira.

- Confecção de mural informativo com frases animadoras e dicas de saúde, alimentação, atividades físicas e lazer;
- Próximo à biblioteca, afixar informações de natureza preventiva e com dicas em linguagem acessível sobre tabagismo, alcoolismo e o uso

29

de drogas como forma de incentivar a prática da leitura dos discentes acerca das problemáticas presentes na sociedade, ajudando-lhes no processo de autoconsciência frente a essas problemáticas;

- Promoção de atividades recreativas e de lazer durante os intervalos das aulas, e ainda, a promoção de concursos literários;

Desse modo, a prática dos Assistentes de Alunos poderá ganhar efetividade e visibilidade, pois as características definidoras de sua profissão visam promover tanto a organização dos espaços e a promoção do bem-estar dos discentes quanto as interações necessárias ao seu processo formativo.

30



FIQUE POR DENTRO

Quer saber mais sobre isso? Então vamos ler os textos abaixo:

- Importância do Trabalho do Inspetor Escolar na Redução da Indisciplina e Construção do Conhecimento. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/importancia-trabalho-inspetor-escolar-na-reducao-indisciplina-construcao-conhecimento.htm>
- Por que ninguém fala sobre saúde mental?, no Link: https://www.youtube.com/watch?v=UwyE_XIQ7DA
- Yves de La Taille e Telma Vinha falam sobre namoro na escola, no link: https://www.youtube.com/watch?v=aeFBf_3Yool
- Ensino Médio Integrado e a EJA, no link: <https://www.youtube.com/watch?v=zN-vatLoTMI>

CONSIDERAÇÕES

Diante do objetivo deste produto, em forma de Cartilha Digital, de possibilitar aos profissionais Assistentes de Alunos trilharem novos caminhos em sua prática na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ajudando-os a conhecer o quanto sua prática pode contribuir no processo formativo dos jovens e adolescentes, suas contribuições, discutimos a necessidade destes profissionais aproximarem-se cada vez mais das especificidades e peculiaridades do Ensino Profissional e Tecnológico, em particular no Ensino Médio Integrado, apontando elementos para refletirem acerca de caminhos possíveis a serem trilhados em sua prática, como forma de concretizar a unidade entre teoria e prática, entre processos de abstração e de intervenção e, desse modo, afirmar a dimensão formativa da prática profissional desses sujeitos no interior da instituição de ensino.

Para ouvir o texto



31

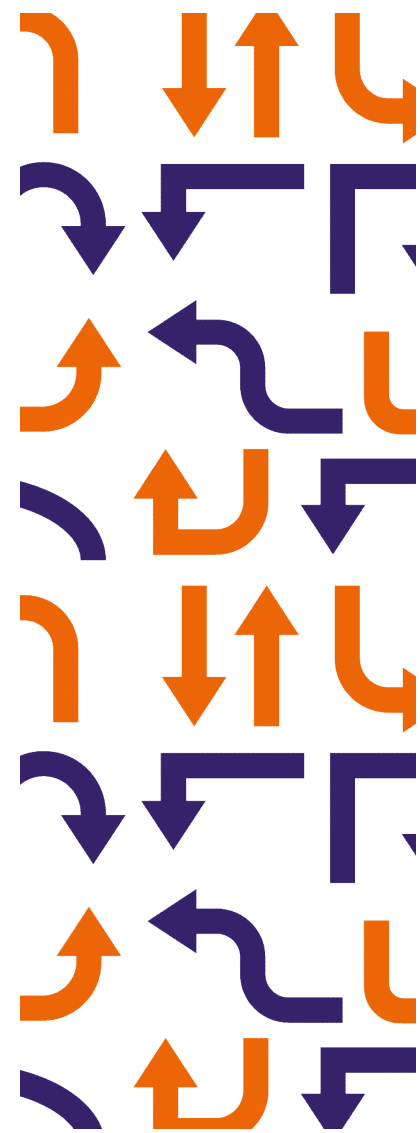
As discussões propostas mostraram a necessidade de fortalecer a participação do Assistente de Alunos no trabalho educativo de jovens e adolescentes no ensino médio integrado, ao mesmo tempo em que destacaram que a atuação de qualquer profissional não se realiza de forma isolada, mas por meio de trabalho cooperativo e colaborativo entre todos os profissionais da educação. Nunca é demais lembrar que no processo educativo o espaço institucional deve, ele mesmo, se configurar como um espaço formativo. Sob esse aspecto, ganha importância a prática profissional do Assistente de Aluno.

Por fim, é necessário que os trabalhadores que atuam na EPT-

NM se apropriem das bases conceituais da educação profissional e tecnológica, fortalecendo relação de interdependência entre as pessoas e suas responsabilidades profissionais e sociais com o processo escolar.

Nessa direção, essa cartilha intenta fomentar a colaboração dos Assistentes de Alunos no trabalho pedagógico da escola por meio da proposição de atividades educativas e da interação com a equipes pedagógica e docente da instituição. A prática educativa, da qual faz parte o profissional Assistente de Aluno, é necessariamente uma prática coletiva.

32



REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Resolução N° 6, de 20 de setembro de 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 fev. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de **Educação Profissional e Tecnológica**. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**: documento base. Brasília: MEC/SETEC, 2007.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação** v. 20 n. 63 out.-dez, p.1057-1080. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206313>: Acesso em 19 jan. 2019.

RAMOS, Marise Nogueira. O “novo ensino médio” à luz de antigos princípios: trabalho, ciência e cultura. **Boletim Técnico do Senac**, vol. 29, n. 2. Rio de Janeiro, pp. 19-27, maio/agosto, 2003.

RAMOS, Marise. Concepção do ensino médio integrado. In.: SEMINÁRIO SOBRE ENSINO MÉDIO, Superintendência de Ensino Médio, Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte. **Anais [...]**. Natal; Mossoró: SEDUC-RN, 2007.


REZENDE, Antônio (org.). Curso de filosofia para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação. 10. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, jan./abr., p. 152-180, 2007.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, 1(1):131-152, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/10.pdf>. Acesso em: 15 de fev. 2020

33

APÊNDICE: BREVE VOCABULÁRIO

 Breve Vocabulário, aqui apresentado como Apêndice a esta Cartilha Digital Informativa, não se trata de um dicionário, mas de um instrumento elementar como forma de colaborar para a compreensão e fixação de alguns termos utilizados ao longo do trabalho. Tomamos por base, para sua elaboração, alguns termos do Vocabulário organizado por Hilton Japiassú, incluído em Rezende (2001, pp. 293-305). Outros termos foram por nós organizados.

34

ABSTRAÇÃO – Capacidade de pensar algo que não está diante de nós; abstrair significa separar.

ALIENAÇÃO – Situação de quem não tem a posse de si mesmo ou se vê privado (separado) de seus direitos; situação de dependência do proletário em relação ao capitalista, em que o operário vende sua força de trabalho como se fosse uma mercadoria.

ANÁLISE – Processo de explicação que procede pela divisão do todo em suas partes; pela análise o sujeito produz uma explicação racional de uma situação ou de conjunto de natureza complexa.

CONHECIMENTO – Ato pelo qual o sujeito se apropria mentalmente da realidade; o nível desse processo de apropriação dos objetos (mundo subjetivo, objetivo e social) depende das mediações (teorias, instrumentos) e do domínio que o sujeito adquiriu sobre elas.

ESTÉTICA – É um ramo do conhecimento filosófico que trata da apreensão da realidade por meio da arte; conhecimento artístico; é o estudo da natureza, da beleza e dos fundamentos da arte; do ponto de vista educativo, a estética pode ser vista como a educação dos sentidos.

ÉTICA – É a parte da filosofia que estuda os princípios que fundamentam a vida moral; a ética pode ser conceituada como a teoria da moral. A ética tenta responder à pergunta: o que devo fazer?

FENÔMENO – É tudo aquilo que aparece ao sujeito. O trabalho do conhecimento consiste em ir além

daquilo que aparece, do aparente, porque, como reconhece o próprio senso comum, as aparências enganam. Dentre os vários fenômenos, os de natureza mental e social são os mais complexos.

FORMAÇÃO POLITÉCNICA (POLITECNIA) – Refere-se, em linhas gerais, a concepção marxista da educação. Para essa concepção o trabalho produtivo não pode ser separado da educação.

MEDIAÇÃO – Diz respeito aos meios, instrumentos materiais, técnicas, teorias, de que o sujeito dispõe para objetivar e transformar a realidade.

MODO DE PRODUÇÃO – Refere-se às diversas formas históricas de organização da vida produtiva; em geral, compreende quatro formas históricas: modo de produção comunitário; modo de produção escravista; modo de produção feudal; modo de produção capitalista.

OBJETIVO – É o que se refere ao objeto. Objetivar algo é torná-lo legível, compreensível. A esse processo dá-se o nome de objetivação.

OMNILATERALIDADE – Tem na raiz a palavra latina omnis, que significa tudo. Quando falamos em educação omnilateral nos referimos a um processo de educação integral, que leva em conta as várias dimensões da existência humana. O contrário da omnilateralidade é a unilateralidade, que pensa o homem apenas por um aspecto ou lado. É, por exemplo, o que ocorre na educação para o mercado.

ONTOLÓGICO – Vem de ontologia, que é a teoria do ser. Ontológico, portanto, se refere ao ser. No caso da ontologia social falamos do ser social (homem).

PRÁXIS – É a unidade entre teoria e prática. Nesse aspecto Paulo Freire afirma que a prática de pensar a prática é a melhor maneira de pensar corretamente. Trata-se da prática pensada que, para Marx, é critério da verdade.

PRINCÍPIO EDUCATIVO – É o que fundamenta uma teoria educacional. No caso, por exemplo, da concepção marxista da educação o trabalho é definido como princípio educativo fundamental, porque pelo trabalho, não o trabalho alienado, o homem (ser social) transforma o mundo e a si mesmo.

SER SOCIAL – É o próprio homem compreendido pela tradição do pensamento marxiano e marxista. O homem é um ser social porque ele se constitui como um conjunto de relações sociais.

TRABALHO - categoria ontológica fundamental para conhecer o processo de constituição do homem como ser social; princípio educativo da educação libertadora.

